



Tribunal de Contas da União

RECIBO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Unidade prestadora de contas: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Exercício de referência: 2014

Data da conclusão: 02/07/2015

Hora da conclusão: 15:39:51

Responsável pela conclusão: ROBERTO CONCEICAO DOS SANTOS - CPF: 787.290.255-91

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2014 da unidade prestadora de contas Secretaria-Geral do Ministério da Defesa foi recebido e encontra-se na base de dados do Tribunal de Contas da União aguardando análise técnica.

Ressalta-se que o cumprimento do dever de prestar contas dos administradores da referida unidade estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal somente será concretizado com a homologação e publicação do relatório de gestão pela unidade técnica deste Tribunal.

Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa

Em 04/07/2015



Tribunal de Contas da União

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Unidade prestadora de contas: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Exercício de referência: 2014

Data da conclusão: 02/07/2015

Hora da conclusão: 15:39:51

Responsável pela conclusão: ROBERTO CONCEICAO DOS SANTOS - CPF: 787.290.255-91

Data da publicação: 09/07/2015

Hora da publicação: 15:12:12

Responsável pela publicação: VANDER PEREIRA RODRIGUES - CPF: 760.316.086-34

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2014 da unidade prestadora de contas Secretaria-Geral do Ministério da Defesa foi publicado no sítio do Tribunal de Contas da União na *Internet*, conforme informações acima.

Ressalta-se que os dirigentes da unidade permanecem responsáveis pelos conteúdos e forma do referido relatório, conforme dispõem as normas deste Tribunal que regem a prestação de contas anual.

Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa

Em 09/07/2015



MINISTÉRIO DA DEFESA – MD
SECRETARIA-GERAL – SG

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Brasília, DF, em 06 de maio de 2015



MINISTÉRIO DA DEFESA – MD
SECRETARIA-GERAL – SG

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 134/2013, alterada pelas Decisões Normativas TCU nº 139/2014 e 143/2015, na Portaria TCU nº 90/2014 e nas orientações da Secretaria de Controle Interno (Ciset/MD), por meio dos Memorandos nº 356/2014/Ciset-MD e nº 393/2014/Geaud/Ciset-MD.

Brasília, DF, em 06 de maio de 2015

SUMÁRIO

CAPA DA UNIDADE JURISDICIONADA		
	Folha de Rosto	1
	Lista de Abreviações e Siglas da SEORI	4
	Introdução	6
1.	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	10
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	10
1.3	Organograma Funcional	11
1.4	Macroprocessos Finalísticos	13
2.	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	23
2.1	Estrutura de Governança	23
2.4	Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos	24
3.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	26
3.1	Canais de acesso do cidadão	26
3.2	Carta de Serviços ao Cidadão	26
3.3	Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	27
3.4	Acesso às informações da unidade jurisdicionada	27
3.5	Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada	27
3.6	Medidas Relativas à acessibilidade	27
5.	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	28
5.1	Planejamento da unidade	28
5.2	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	30
5.2.1	Programa temático	30
5.3	Informações sobre outros resultados da gestão	64
5.3.1	PROSUB	64
5.3.2	SisGAaz	74
5.3.3	Aquisição de Helicópteros de Multiemprego	77
5.3.4	Protótipo de Reator Nuclear	79
5.3.5	Construção do Núcleo do Poder Naval	82
5.3.5.1	Subprojeto: Navios-Patrolha de 500 Ton	82
5.3.5.2	Subprojeto: PROSUPER	84
5.3.6	F-X2	85
5.3.7	H-XBR/EC-725	87
5.3.8	KC-X2	90
5.3.9	KC-390	92
5.3.10	Modernização de Aeronave AM-X/A-1M	96
5.3.11	Modernização de Aeronave P-3BR	98
5.3.12	VLM-1	101
5.3.13	ASTROS 2020	103
5.3.14	SISFRON	108
5.3.15	Defesa Antiaérea	114
5.3.16	GUARANI	123
5.3.17	OCOP (antigo RECOP)	126
7.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	131
7.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	131
13.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	132
13.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	132

Lista de Tabelas

Nº	Descrição
Tabela 01	Parâmetros de Desempenho para o Projeto de Defesa Antiaérea
Tabela 02	Faixa de Aceitação - valores desejáveis alcançados e vinculados às metas propostas do Projeto Guarani

Lista de Quadros

Nº	Descrição
Quadro A.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
Quadro A.1.3	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
Quadro A.1.4.1	Macroprocesso “Gestão Estratégica do Profissional de Defesa”
Quadro A.1.4.2	Macroprocesso “Gestão do Conhecimento de Defesa”
Quadro A.1.4.3	Macroprocesso “Comunicação Social de Defesa”
Quadro A.1.4.4	Macroprocesso “Planejamento Estratégico, Orçamento e Finanças”
Quadro A.1.4.5	Macroprocesso “Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto”
Quadro A.1.4.6	Macroprocesso “Gestão Estratégica de CT&I, Logística e Mobilização”
Quadro A.1.4.7	Macroprocesso “Assuntos Internacionais de Defesa”
Quadro A.1.4.8	Macroprocesso “Apoio a Políticas Públicas”
Quadro A.5.2.1.1	Programa Temático 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida
Quadro A.5.2.1.2	Programa Temático 2055 – Desenvolvimento Produtivo
Quadro A.5.2.1.3	Programa Temático 2057 – Política Externa
Quadro A.5.2.1.4	Programa Temático 2058 – Política Nacional de Defesa
Quadro A.5.3.1.4.1	Valor Global estimado do Programa PROSUB
Quadro A.5.3.1.5.1	Fontes de Financiamento do Programa PROSUB
Quadro A.5.3.1.6.1	Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Programa PROSUB
Quadro A.5.3.1.7.1	Situação do Contrato de Offset do Programa PROSUB, em 31/12/2014
Quadro A.5.3.1.7.2	Compensações do Contrato de Offset do Programa PROSUB, em 31/12/2014
Quadro A.5.3.1.8.1	Estrutura de gestão e controle do Programa PROSUB
Quadro A.5.3.1.9.1	Cronograma global de entregas do Programa PROSUB
Quadro A.5.3.2.6.1	Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Programa SisGAaz
Quadro A.5.3.3.6.1	Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto Aquisição de Helicópteros de Multiemprego
Quadro A.5.3.4.6.1	Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto Protótipo de Reator Nuclear
Quadro A.5.3.5.1.4	Valor Global estimado do Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton
Quadro A.5.3.5.1.6	Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton
Quadro A.5.3.6.7.1	Acordo de Compensação Comercial do Projeto F-X2
Quadro A.5.3.7.7.1	Acordo de Compensação Comercial do Projeto H-XBR/EC-725
Quadro A.5.3.9.4.1	Valor Global estimado do Projeto KC-390
Quadro A.5.3.9.7.1	Acordos de Compensação Comercial do Projeto KC-390
Quadro A.5.3.10.7.1	Acordo de Compensação Comercial do Projeto de Modernização de Aeronave AM-X/A-1M
Quadro A.5.3.11.7.1	Acordo de Compensação Comercial do Projeto de Modernização de Aeronave P-3BR
Quadro A.5.3.11.9.1	Variações de custos dos contratos referentes ao Projeto de Modernização de Aeronave P-3BR
Quadro A.5.3.13.4.1	Déficit Orçamentário do Projeto ASTROS 2020
Quadro A.5.3.13.6.1	Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto ASTROS 2020
Quadro A.5.3.13.9.1.1	Variação de custos no Projeto ASTROS 2020
Quadro A.5.3.14.3.1	Grupos de Interesse (Público externo) do Projeto SISFRON
Quadro A.5.3.14.3.2	Grupos de Interesse (Público interno) do Projeto SISFRON
Quadro A.5.3.14.6.1	Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto SISFRON
Quadro A.5.3.14.7.1	Acordos de Compensação Comercial do Projeto SISFRON
Quadro A.5.3.15.1.1	Projetos componentes do Projeto Estratégico de Defesa Antiaérea
Quadro A.5.3.15.3.1	Grupos de Interesse do Projeto de Defesa Antiaérea
Quadro A.5.3.15.6.1	Valores empenhados, liquidados e pagos (2013) no âmbito do Projeto de Defesa Antiaérea
Quadro A.5.3.15.6.2	Valores empenhados, liquidados e pagos (2014) no âmbito do Projeto de Defesa Antiaérea
Quadro A.5.3.15.7.1	Acordos de Compensação Comercial do Projeto de Defesa Antiaérea - Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado (RBS 70)
Quadro A.5.3.15.7.2	Acordos de Compensação Comercial do Projeto de Defesa Antiaérea - Plano de Compensação do Sistema Gepard

Quadro A.5.3.15.9.1	Indicadores de Monitoramento (Tipo Eficácia) do Projeto de Defesa Antiaérea
Quadro A.5.3.15.9.2	Indicadores de Monitoramento (Tipo Efetividade) do Projeto de Defesa Antiaérea
Quadro A.5.3.16.3.1	Grupos de Interesse do Projeto Guarani
Quadro A.5.3.16.5.1	Fontes de Financiamento do Projeto Guarani (FINEP)
Quadro A.5.3.16.6.1	Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto Guarani
Quadro A.5.3.16.9.1	Indicador de Desempenho do Projeto Guarani em 2014
Quadro A.5.3.16.9.2	Evolução do Indicador de Desempenho do Projeto Guarani
Quadro A.5.3.17.9.1	Evolução do Percentual de Execução do Projeto Guarani

LISTA DE FIGURAS

Nº	Descrição
Figura 1	Estrutura Organizacional do Ministério da Defesa/Secretaria-Geral
Figura 2	Estrutura Organizacional da Secretaria-Geral/UJ Subordinadas
Figura 3	Cadeia de Valor Institucional com macroprocessos inseridos no PTA-SG 2014
Figura 4	Modelo atual da Cadeia de Valor Institucional com novos macroprocessos
Figura 5	Organograma funcional referente ao Programa PROSUB
Figura 6	Organograma funcional referente ao Programa SISGAAZ
Figura 7	Grupos de interesse do Programa SisGAAz
Figura 8	Organograma funcional ref. ao Projeto Aquisição de Helicópteros de Multiemprego
Figura 9	Organograma funcional referente ao Projeto Protótipo de Reator Nuclear
Figura 10	Organograma funcional referente ao Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton
Figura 11	Organograma funcional referente ao Subprojeto PROSUPER
Figura 12	Organograma funcional referente ao Projeto ASTROS 2020
Figura 13	Organograma funcional referente ao Projeto SISFRON
Figura 14	Organograma funcional referente ao Projeto de Defesa Antiaérea
Figura 15	Organograma funcional referente ao Projeto Guarani
Figura 16	Evolução do Indicador de Desempenho do Projeto Guarani
Figura 17	Organograma funcional referente ao Projeto OCOP

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão consolida informações referentes à gestão da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG/MD) no ano de 2014. Foi elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 134/2013, alterada pelas Decisões Normativas TCU nº 139/2014 e 143/2015, e na Portaria TCU nº 90/2014 e, ainda, acresce informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada, especialmente nas principais atividades desenvolvidas em 2014.

Ao Ministério da Defesa compete promover a coordenação da Política Nacional de Defesa, que se dá pela atuação conjunta do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pelas defesas marítima, terrestre e aeroespacial.

A Secretaria-Geral foi criada como órgão central de direção do Ministério da Defesa, por meio da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012 e instituída pelo Decreto 7974, de 1º de abril de 2013, que aprovou a nova Estrutura Regimental do Ministério da Defesa. O indiscutível papel estratégico da Secretaria-Geral, aliado à relevância e ao volume das iniciativas de gestão a cargo de suas áreas subordinadas, evidenciam a oportunidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de coordenação existentes e de implementação de novas ferramentas de gestão, condizentes com a estatura dos desafios presentes e futuros.

No processo de elaboração do Relatório de Gestão 2014 das unidades jurisdicionadas do Ministério da Defesa, relacionadas no Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, conforme previsto no art. 6º da Decisão Normativa TCU nº 143/2015, a Secretaria-Geral desempenhou o papel de **coordenadora** da prestação de contas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), das Secretarias de Coordenação e Organização Institucional (Seori), de Produtos de Defesa (Seprod), de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd), e do Departamento do Programa Calha Norte.

As principais atividades que estão sob a coordenação desta Secretaria estão vinculadas aos Programas de Governo 2046 - MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA, 2055 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO e 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.

No âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), cabe à Secretaria de Organização Institucional (SEORI) a execução dos recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, as ações de correição, a gestão de pessoas, do patrimônio mobiliário e imobiliário, da tecnologia da informação e do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, assim como as informações de natureza contábil. Por isso, as informações referentes a alguns itens descritos no Anexo II, Parte “A” da DN-TCU nº 134/2013 **não se aplicam à realidade desta Unidade Jurisdicionada (UJ)**. São eles: 2.3, 6.1 a 6.6, 7.2, 8.1 a 8.3, 9.1, 10.1, 11.3 a 11.5, 12.1 a 12.4.

Também não se aplica à realidade desta UJ o item 6.7, em virtude desta Secretaria-Geral **não dispor de informações próprias ou não exercer competência específica** referente a gestão de renúncias de receitas tributárias.

Os itens a seguir não se aplicam à esta UJ, pois serão tratados especificamente por cada Unidade Jurisdicionada subordinada responsável diretamente pelo desenvolvimento de seu conteúdo: 5.2.2, 5.2.3, 5.4, 5.5, 11.1 e 11.2.

Os demais itens a serem apresentados neste RG, serão numerados conforme a sequência estabelecida pela DN TCU nº 134/2013 e pela Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014.

Em 2014, destacam-se as seguintes realizações:

a) No que concerne à normatização da Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND) são documentos do mais alto nível da cadeia de planejamento estratégico do País. Em estrito alinhamento com esses instrumentos, em 2014 foram elaboradas as

primeiras políticas e estratégia setoriais de defesa, iniciativas que estão inseridas no âmbito do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped);

b) Em 2014, deu-se prosseguimento à primeira fase de implantação do Programa, com a construção da Base e do Estaleiro Naval, no Município de Itaguaí/RJ, e com a conclusão das edificações e das estruturas metálicas dos prédios, onde serão abrigados os profissionais de todas as atividades relacionadas à construção dos submarinos. Também, foi inaugurado o prédio principal do Estaleiro de Construção de Submarinos, projetado para as atividades de união das seções e de acabamento dos submarinos convencionais e de propulsão nuclear;

c) Em 2014, O Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN teve versões editadas em inglês e espanhol, distribuídas para as mais diversas organizações nacionais e internacionais, além de ter sido divulgado eletronicamente em rede nacional e mundial. Esse livro constitui-se em instrumento de fundamental importância para o incremento da confiança entre os estados estrangeiros e para o estímulo à participação da sociedade na temática de Defesa do Brasil;

d) Em setembro de 2014, foi realizada a terceira edição da Mostra da Base Industrial de Defesa (III Mostra BID-Brasil), em Brasília, no mês de setembro, contando com a participação de cerca de 89 empresas de defesa, visando apresentar as principais soluções produzidas pela indústria de defesa nacional;

e) Elaboração e tramitação dos Marcos Regulatórios da Indústria de Defesa;

f) Para reafirmar o compromisso de fortalecimento de parceria estratégica em defesa, foi assinado um memorando de entendimento técnico entre o Brasil e Angola. Dentre as áreas possíveis negociação coube destaque para a de cooperação naval, que envolve a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), em virtude da implementação do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola (Pronaval);

g) Em 2014, foi dada continuidade ao Programa Inova Aerodefesa, no âmbito do qual foram aprovados 315 projetos, de 64 empresas, atingindo o valor de R\$ 8,4 bilhões em créditos reembolsáveis, o que demonstra a grande demanda reprimida e o potencial de desenvolvimento de novos produtos pelas empresas do setor de defesa;

h) Para fortalecer a presença e a capacidade de atuação do Estado na faixa de fronteira, prosseguiu-se, em 2014, com a implantação do Projeto-Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no Mato Grosso do Sul;

i) Em 2014, por meio do Projeto Guarani foram entregues às organizações militares do Exército 128 viaturas blindadas de transporte de pessoal. O Projeto Guarani tem a finalidade de substituir as viaturas Urutu e Cascavel por meios mais modernos;

j) O Projeto Astros 2020, inserido no Programa de Aceleração do Crescimento em 2014, tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, que possibilitarão à Força Terrestre dispor de um sistema de apoio de fogo, com capacidade de empregar foguetes guiados e mísseis táticos de cruzeiro com alcance de 300 km. Um dos grandes avanços desse Projeto no exercício foi o desenvolvimento tecnológico de produtos de defesa como

o do Míssil Tático de Cruzeiro e do foguete guiado. Além disso, destacam-se o prosseguimento das atividades de aquisição e a modernização das viaturas do Sistema Astros;

k) Em 2014, foi assinado o contrato com a Empresa Sueca *Svenska Aeroplan AktieBolaget* (Saab), o qual prevê a aquisição de 36 aeronaves caças Gripen NG (F-39), no âmbito do Projeto F-X2. O contrato inclui o treinamento de pilotos e mecânicos, o apoio logístico e a transferência de tecnologia para indústrias brasileiras. Além disso, prosseguem as negociações entre a FAB e a Saab para a cessão temporária de caças Gripen, modelo C/D, como solução temporária até a chegada das novas aeronaves;

l) No que concerne ao Projeto KC-390, que prevê a aquisição de aeronaves para transporte tático/logístico e reabastecimento em voo, foi assinado o contrato de aquisição de 28 unidades. Em outubro de 2014, foi apresentado o primeiro protótipo da aeronave, produzida na fábrica de Gavião Peixoto (SP), das duas unidades que serão produzidas para as campanhas de desenvolvimento, testes de solo, de voo e certificação;

m) Em 2014, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos - Prosub foram concluídas as edificações e as estruturas metálicas dos prédios onde serão abrigados os profissionais de todas as atividades relacionadas com a construção dos submarinos;

n) Em decorrência da prioridade do governo brasileiro em ampliar as pesquisas científicas nas águas jurisdicionais brasileiras, prosseguiu-se, em 2014, com a construção do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, na China, com entrega prevista para maio de 2015;

o) Em 2014, o governo brasileiro prosseguiu com o apoio às Missões de Paz da Organização das Nações Unidas – ONU para Estabilização no Haiti - Minustah e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil);

p) As Operações Ágata são realizadas em pontos estratégicos localizados ao longo dos 16.886 quilômetros de fronteira do Brasil com dez países sul-americanos. A iniciativa faz parte do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), criado em 2011, com o objetivo de inibir a incidência de ilícitos na região de fronteiras. Em maio de 2014, foi realizada a Operação Ágata 8, cujas principais linhas de atuação foram os patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais e a instalação de postos de bloqueio na calha dos rios e nas principais rodovias, contando com 30 mil militares do Exército, Marinha e Aeronáutica. Em termos de resultados, bateu o recorde de apreensão de drogas em relação às edições anteriores, visto que, durante os 11 dias de ação foram apreendidas cerca de 40 toneladas de entorpecentes.

q) Além da Operação Ágata 8, as Forças Armadas também participaram, em 2014, da Operação Sentinela, cujo foco foram as ações de inteligência, e da Operação Fronteira Blindada, realizada com o objetivo de coibir crimes paralelos ao tráfico de drogas e ao contrabando em áreas de fronteira;

r) As Forças Armadas Brasileiras (FA), sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, são aliadas do governo federal na realização de ações ou programas de saúde, cívicos-sociais, educacionais, defesa civil e de garantia da lei e da ordem, dentre outros. Nesse sentido, em 2014, as Forças Armadas coordenaram o trabalho de atendimento clínico, cirúrgico e odontológico, nas

comunidades indígenas das Regiões de Barra do Garças e Sinop, no Estado de Mato Grosso, e nas regiões de Xingu e Xavantes, no Estado do Pará; apoiaram o governo federal no processo eleitoral de 2014, por meio da realização de ações em favor da garantia da lei e da ordem, durante o período de votação e apuração de resultados, nas localidades designadas pelo Tribunal Superior Eleitoral; trabalharam na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); promoveram ações de socorro às vítimas de inundações nos Estados do Amazonas, Rondônia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná, além da cidade de Itaoca, no Estado de São Paulo. Foram empregadas viaturas blindadas do Corpo de Fuzileiros Navais para apoiar os Órgãos de Segurança Pública do Rio de Janeiro, na retomada das comunidades do Complexo da Maré, que estavam sob o domínio de facções criminosas. Enquanto aguarda-se a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora naquele Complexo, a segurança da população vem sendo mantida por tropas do Exército. Há de se ressaltar, também, em 2014, a importância da Operação Carro-Pipa, coordenada pelo Governo Federal, em prol das vítimas da estiagem que ocorre no Semiárido Nordestino, assegurando o abastecimento de água para cerca de quatro milhões de pessoas; e

s) Em apoio à realização da Copa do Mundo de 2014, as Forças Armadas (FA) atuaram com base em dez eixos estratégicos, no cumprimento de missões típicas militares, tais como: defesa aeroespacial e controle do espaço aéreo; fiscalização de explosivos; segurança e defesa cibernética e prevenção e combate ao terrorismo. As FA contaram com o efetivo de, aproximadamente, 59,5 mil militares para a segurança do evento, que atuaram nas 12 capitais as quais sediaram a competição.

As principais dificuldades encontradas referem-se às restrições orçamentárias, que obrigaram a reprogramação do cronograma físico-financeiro de diversos projetos estratégicos relacionados à Estratégia Nacional de Defesa.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria-Geral			
Denominação Abreviada: SG			
Código SIORG: 113057	Código LOA: 52.101	Código SIAFI: 110622	
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: -
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-9095	(061) 3312-4371	
Endereço Eletrônico: sg@defesa.gov.br			
Página na Internet: http://www.defesa.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 2º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Secretaria-Geral foi criada como órgão central de direção do Ministério da Defesa, por meio da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012 e instituída pelo Decreto 7974, de 1º de abril de 2013, que aprovou a nova Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Normativa nº 564, de 12 de março de 2014, que aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110404	Departamento de Administração Interna	-	DEADI
110407	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças	-	DEORF
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
		00001*	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		

*Todas as UG's estão vinculadas à Gestão Tesouro.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Quanto à finalidade e competência da Secretaria-Geral, cabe destacar a Portaria Normativa nº 1797, de 25 de novembro de 2010, que estabeleceu a Missão e a Visão do Ministério da Defesa:

Missão: Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

Visão: Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como órgão de Estado efetivamente integrador da segurança e da defesa nacional, dispondo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estatura político-estratégica do Brasil.

Segundo o art. 24, do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, e conforme descrito na Portaria Normativa nº 564, de 12 de março de 2014, a Secretaria-Geral foi criada com a finalidade de assumir as funções de órgão central de direção do Ministério da Defesa, competindo a ela:

- Assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de competência dos órgãos e unidades a ela subordinados;
- Assistir o Ministro de Estado da Defesa na definição de diretrizes e na supervisão dos órgãos a ela subordinados;
- Auxiliar o Ministro de Estado da Defesa na implementação das ações das áreas de competência dos órgãos a ela subordinados; e
- Coordenar as atividades das Secretarias, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte, que lhe são diretamente subordinados.

1.3 Organograma Funcional

Figura 1 - Estrutura Organizacional do Ministério da Defesa/Secretaria-Geral

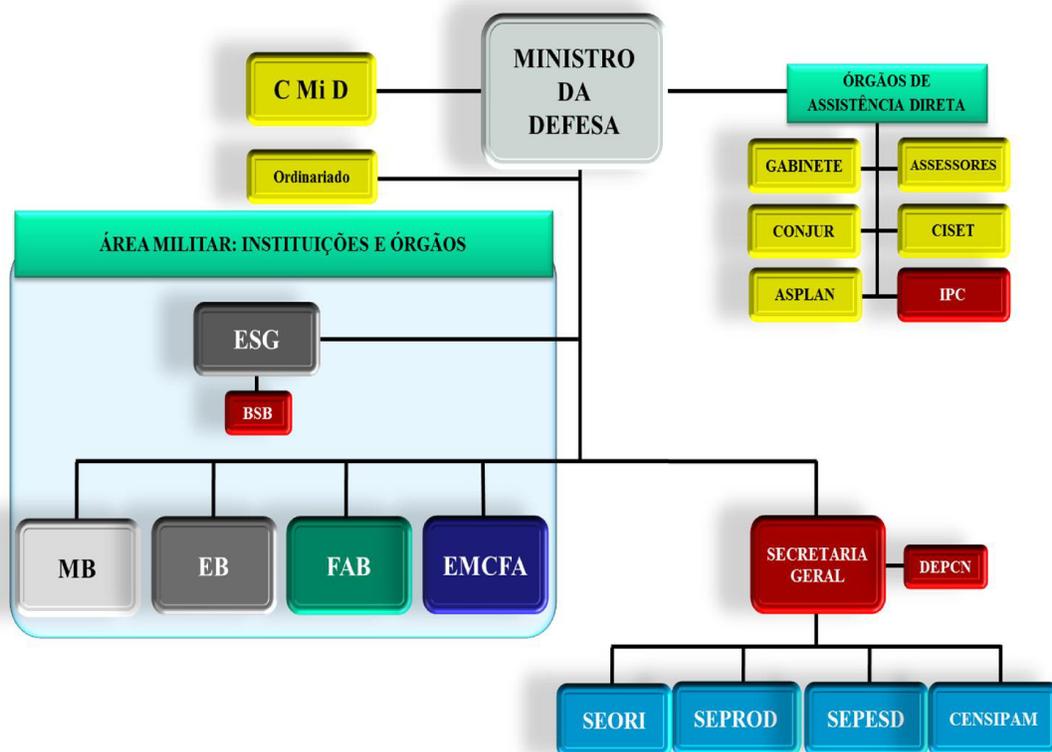
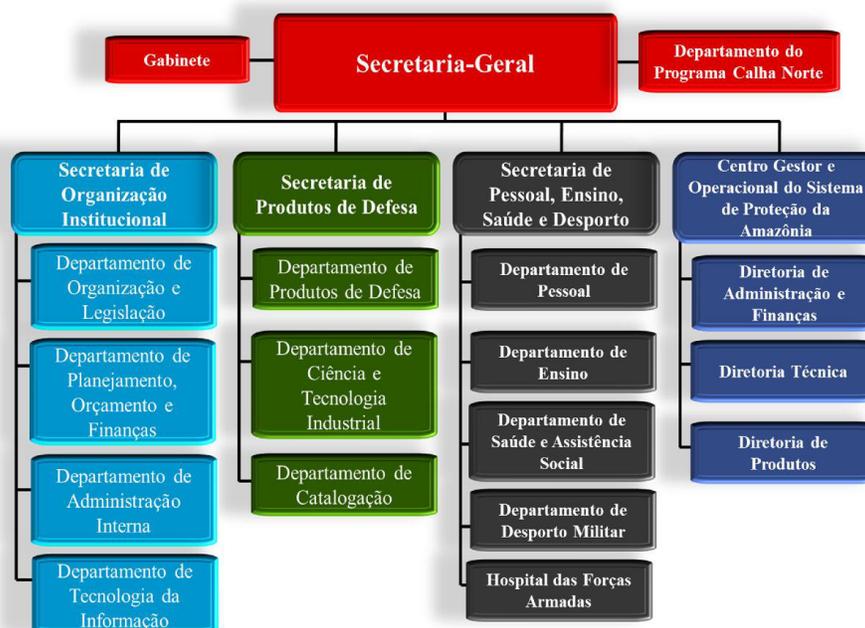


Figura 2 - Estrutura Organizacional da Secretaria-Geral/UJ Subordinadas



Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

UJ Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
SG	Órgão central de direção do Ministério da Defesa	Ari Matos Cardoso	Secretário-Geral	01/01/2014 a 31/12/2014
DEPCN	Planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas ao Programa Calha Norte	Roberto de Medeiros Dantas	Diretor	01/01/2014 a 31/12/2014
Gabinete	Assistir, prestar assessoramento, apoio técnico e administrativo ao Secretário-Geral na execução de suas atribuições; acompanhar os temas relacionados às áreas de atuação da Secretaria-Geral e o andamento dos projetos sob sua responsabilidade; e manter permanente articulação com os órgãos e as unidades subordinadas à Secretaria-Geral.	Oswaldo Gomes dos Reis Júnior	Chefe de Gabinete	01/01/2014 a 31/12/2014
Seori	Gestão das estruturas organizacionais, estudo de propostas de alteração da legislação, controle orçamentário e financeiro dos recursos do MD e gestão da tecnologia e informação da ACMD.	Luiz Antonio de Souza Cordeiro	Secretário	01/01/2014 a 31/12/2014
Seprod	Propor os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional de CT&I de defesa, da política nacional da indústria, de compras e de catalogação de produtos de defesa, acompanhando a sua execução.	Murilo Marques Barboza	Secretário	01/01/2014 a 31/12/2014
Sepesd	Planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas à política de pessoal civil, militar e pensionistas, à Política de Ensino de Defesa, ao Projeto Rondon, à Política e à Estratégia de Saúde e Assistência Social das Forças Armadas, ao desporto militar, além da gestão do Hospital das Forças Armadas.	Joaquim Silva e Luna	Secretário	01/01/2014 a 31/12/2014
Censipam	Propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM.	Rogério Guedes Soares	Diretor	01/01/2014 a 31/12/2014

1.4 Macroprocessos finalísticos

A Secretaria-Geral (SG) em virtude de seu papel estratégico, aliado à relevância e ao volume de iniciativas de gestão a cargo de suas áreas subordinadas, evidenciou a oportunidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de coordenação existentes e de implementação de novas ferramentas de gestão, condizentes com a estatura dos desafios presentes e futuros da SG e de seus setores.

O processo de construção da cadeia de valor da Administração Central do Ministério da Defesa (MD-AC) teve início em 2013, quando a Secretaria-Geral lançou mão dos subsídios fornecidos pelo trabalho de levantamento, análise e discussão dos processos do MD envolvendo:

- o delineamento dos macroprocessos da administração central do MD;
- a formulação da cadeia de valor da administração central do MD;
- a identificação de clientes e das respectivas propostas de valor para cada macroprocesso;
- a proposição de ações de melhoria ou de aperfeiçoamento de processos, traduzidas por propostas de projetos.

Desta forma, foi criado o Plano de Trabalho Anual da Secretaria-Geral para 2014 (PTA-SG 2014), aprovado pela Instrução Normativa nº 9/SG-MD, de 5 de junho de 2014.

A figura 3 representa a cadeia de valor institucional apresentada no PTA-SG 2014, com a estrutura dos macroprocessos voltados para a consecução da missão do MD, assim enunciada: *“Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional”*.

Figura 3 – Cadeia de Valor Institucional com macroprocessos inseridos no PTA-SG 2014



A construção da cadeia de valor e a sua efetiva utilização como referencial para a prospecção de oportunidades de melhorias evidencia uma nova abordagem, que prioriza a reflexão crítica sobre o desempenho dos grandes processos da organização, envolvendo o trabalho colaborativo de diferentes setores para o cumprimento da missão institucional.

Visando aperfeiçoar a reflexão sobre processos e sobre o desempenho institucional com base na cadeia de valor, objetivando que as áreas interajam com maior sinergia e, por consequência, com melhores resultados, a Secretaria-Geral aperfeiçoou a definição dos Macroprocessos.

Assim, embora ainda esteja em fase final de aprovação, a figura 4 rerepresenta a cadeia de valor institucional contendo a nova estrutura dos macroprocessos voltados para a consecução da missão do MD.

Figura 4 – Modelo atual da Cadeia de Valor Institucional com novos macroprocessos



Os 8 (oito) macroprocessos finalísticos do MD-AC, acima listados, representam a consolidação, no segundo nível da Cadeia de Valor, de diversos processos densamente relacionados e com níveis distintos de relacionamentos setoriais, conforme a seguir apresentados:

Quadro A.1.4.1 – Macroprocesso “Gestão Estratégica do Profissional de Defesa”

Macroprocesso	Descrição dos Processos Finalísticos Relacionados	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão Estratégica do Profissional de Defesa	Carreiras de Pessoal Civil	Reestruturação de carreiras, propostas de concurso público, negociação de realinhamentos salariais e movimentação de pessoal.	Comandos Militares (E) MD (I) MPOG (E)	SEPESD
	Carreira de Pessoal Militar	Propostas de legislações e estudos de impacto orçamentário	Comandos Militares (E) MD (I) MPOG (E) Congresso Nacional	SEPESD SEORI
	Coordenação de Saúde e Assistência Social no Ministério da Defesa	Coordenação de normas aplicáveis ao MD.	Usuários dos Sistemas de Saúde e de Assistência Social (E)	SEPESD
	Ensino de Defesa	- Propostas de normas e legislação relativas ao Ensino de Defesa; - Apoio de execução financeira.	Instituições de Ensino Técnico e Superior de Defesa (E)	SEPESD

Obs: (E) – Clientes Externos e (I) – Clientes Internos

Quadro A.1.4.2 – Macroprocesso “Gestão do Conhecimento de Defesa”

Macroprocesso	Descrição dos Processos Finalísticos Relacionados	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão do Conhecimento de Defesa	Divulgação de Conhecimento sobre Defesa	Palestras sobre temas de defesa e promoção e organização de eventos	Ministro (I) ASPLAN (I) SEPESD (I) ESG (I) Forças Armadas (E) Instituições de Ensino e Pesquisa (E) OEG (E)	IPC
	Produção e Divulgação de Conhecimento sobre Defesa	Estudos, subsídios para palestras, notas técnicas, informações e análises	Ministro (I) Sociedade Civil (E) ASPLAN (I) SEPESD (I) SEPROD (I) ESG (I) OEG (E) Forças Armadas (E)	IPC
	Catologação de Produtos de Defesa e Credenciamento de Empresas de Defesa	Banco de dados destinado à governança do ciclo de vida dos produtos de defesa	EMCFA/CHELOG (I) Forças Armadas (E) Base Industrial de Defesa (E) Governo Federal (E)	SEPROD
	Domínio de Tecnologias de Interesse da Defesa	Pareceres sobre bens sensíveis e disposições de regimes e acordos internacionais; Participação em articulações na área de bens sensíveis; e Participação nas articulações para evitar ou contornar possíveis cerceamentos tecnológicos aos projetos de interesse da defesa.	EMCFA/CAE (I) Forças Armadas (E) Base Industrial de Defesa (E) Governo Federal (E)	SEPROD
	Integração e Divulgação de Informações sobre a Amazônia	Organização e gestão da informação para integração e divulgação do conhecimento	Governo Federal (E) Estados (E) Municípios (E) Instituições de Ensino e Pesquisa (E) Comunidade Internacional (E) empresas detentoras de know-how de geotecnologias (E) DIGER, DIPRO, DITEC, DIRAF, CGIIN, CGINT e Centros Regionais (I)	CENSIPAM
	Fomento aos Estudos e Difusão de Conhecimentos de Defesa junto à Sociedade	Conscientização da sociedade para a importância da Defesa e Inserção desse tema na agenda nacional ; e Apoio de execução financeira	Instituições de Ensino e Pesquisa (E) Sociedade Civil	SEPESD

Obs: (E) – Clientes Externos e (I) – Clientes Internos

Quadro A.1.4.3 – Macroprocesso “Comunicação Social de Defesa”

Macroprocesso	Descrição dos Processos Finalísticos Relacionados	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Comunicação Social de Defesa	Comunicação Digital	Divulgação de informações acerca de Defesa Nacional (Livro Branco de Defesa Nacional)	Sociedade (E) Governo Federal, Comunidade Internacional (E) Forças Armadas	ASCOM
	Comunicação Interna			ASCOM
	Imprensa			ASCOM
	Planejamento e Gestão da Comunicação			ASCOM
	Promoção Institucional			ASCOM
	Divulgação de Ações de Defesa			ASPLAN

Obs: (E) – Clientes Externos e (I) – Clientes Internos

Quadro A.1.4.4 – Macroprocesso “Planejamento Estratégico, Orçamento e Finanças”

Macroprocesso	Descrição dos Processos Finalísticos Relacionados	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Planejamento Estratégico, Orçamento e Finanças	Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade	Propostas: PPA; LDO; LOA; Execução orçamentária, financeira e patrimonial; e Relatório de Gestão e de avaliação do PPA	Administração Central do MD (I) Comandos Militares (E) TCU (E)	SEORI
	Gestão do Processo de Planejamento Estratégico de Defesa	Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa	Administração Central do MD (I) Comandos Militares (I)	ASPLAN

Obs: (E) – Clientes Externos e (I) – Clientes Internos

Quadro A.1.4.5 – Macroprocesso “Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto”

Macroprocesso	Descrição dos Processos Finalísticos Relacionados	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Apoio à Atividade de Inteligência de Defesa	Conhecimentos	SCIE	CHOC
	Coordenação de Ações de Ajuda Humanitária Internacional	Coordenação de Assistência Humanitária	Nações Amigas (E)	CHOC
	Coordenação do Apoio das Atividades de Defesa Civil	Coordenação do apoio às atividades de Defesa Civil	Estado Brasileiro (E) Órgãos Governamentais (E)	CHOC
	Coordenação de Operações de Adestramento Conjunto	Instruções, Planos Estratégicos, Operacionais e Táticos	Forças Armadas Brasileiras	CHOC
	Coordenação de Operações de Adestramento Combinado das FA brasileiras e estrangeiras	Instruções, Planos Operacionais e Táticos	Forças Armadas brasileiras (I) e estrangeiras (E)	CHOC
	Coordenação de Operações Complementares/ Subsidiária	Diretrizes e Planos de coordenação de emprego conjunto	Governo Federal (E) Estados (E) Municípios (E) Forças Armadas (E)	CHOC
	Coordenação de Operações Conjuntas Interagências	Diretrizes e Planos	Forças Armadas, Órgãos Governamentais e Agências	CHOC
	Coordenação da Participação Brasileira em Operações de Paz	Planos Específicos de Coordenação	ONU (E) Governo Federal (E) Forças Armadas (E)	CHOC

Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto	Coordenação do Sistema de Inteligência de Defesa - SINDE	Padronização de doutrina e normatização de assuntos relativos à Inteligência de Defesa	EMA (E), EME (E), EMAER (E), ComOpNav (E), CIM (E), CIE (E), CIAER (E) e EMCFA (I)	CHOC
	Doutrina Conjunta de Comando e Controle	Desenvolvimento da Doutrina de Comando e Controle	Forças Armadas e Comandos Operacionais Ativados (E) MD/EMCFA (I)	CHOC
	Gerenciamento da execução da Atividade de Inteligência pelos Adidos de Defesa	Proposta de diretrizes em proveito das medidas de Segurança Orgânica e Ativa	Adidâncias de Defesa (E)	CHOC
	Gerenciamento do Sistema Militar de Comando e Controle	Plano Estratégico para o Sistema Militar de Comando e Controle; Gerência técnica e logística do SISCOMIS; Ampliação da capacidade de comunicações militares	Forças Armadas e Comandos Operacionais Ativados (E) MD/EMCFA (I)	CHOC
	Gestão de Inteligência de Defesa para Operações Conjuntas	Análises de Intlg (Estrt Op e Tat); Anexos de Inteligência (PEECFA, Plan Op e Pls Tat); Produtos do SIOP (imagens, meteorologia, GE, cartografia, estruturas estratégicas, PLOp); Doutrina; Assessoramento de Contrainteligência (CI)	Grupos de planejamento do PEECFA, Plano Operacional e Planos Táticos (I/E) – Órgãos de Inteligência do MD e das FA (I/E) Comandos Operacionais Conjuntos (E)	CHOC
	Gestão de Inteligência de Defesa para Operações Interagências e Grandes Eventos	Análises de Intlg (Estrt Op e Tat), Anexos de Inteligência (PEECFA, Planos Operacionais e Planos Táticos); Produtos do SIOP (imagens, meteorologia, GE, cartografia, estruturas estratégicas, PLOp); Assessoramento de CI; Relatórios e Sínteses de Inteligência	Órgãos do SIOP (E) Comandos Operacionais Conjuntos (E) Agências de Inteligência de Órgãos Civis / SISBIN (E)	CHOC
	Gestão de Inteligência de Defesa para Operações de Paz sob a Égide da ONU	Produtos e Assessorias na Atividade de Inteligência Operacional, com destaque para as áreas de Imagens, Criptografia, Tecnologia da Informação, GE e Meteorologia. Ambientação de Inteligência Operacional para o EM de novos contingentes.	Forças de Paz (E) Comandos Operacionais das FS (E)	CHOC
	Planejamento Estratégico de Defesa (Plano de Inteligência de Defesa)	Proposta do Plano de Inteligência de Defesa	EMCFA (I) Forças Armadas (E)	CHOC
	Planejamento Estratégico de Defesa (Avaliação Estratégica de Inteligência)	Avaliação Estratégica de Inteligência de Defesa (AEID)	EMCFA (I)	CHOC
	Planejamento Estratégico de Emprego Conjunto	Planos Estratégicos, Operacionais e Táticos; Planos; Conhecimentos e Planos Logísticos	EMCFA (I) Forças Armadas (E)	CHOC
Planejamento Estratégico de Defesa (Política e Estratégia Militar de Defesa)	Proposta de atualização da Política Militar de Defesa (PMD); Proposta de atualização da Estratégia Militar de Defesa (EMiD)	MD (I) Forças Armadas (E)	CAE	

	Planejamento Logístico para Emprego Conjunto	Planos de Logística e Mobilização	EMCFA (I) Forças Armadas (E)	CHELOG
	Doutrina de Defesa			ADL
	Gestão de Dados e Conhecimento de Inteligência para a Proteção da Amazônia	Produtos de Inteligência Tecnológica, Produtos da Análise Tecnológica, Portal de Fiscalização de Produtos e Subprodutos de Origem Florestal e apoio no Planejamento e Controle (PLACON) de operações.	Direção-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e Integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)	CENSIPAM

Obs: (E) – Clientes Externos e (I) – Clientes Internos

Quadro A.1.4.6 – Macroprocesso “Gestão Estratégica de CT&I, Logística e Mobilização”

Macroprocesso	Descrição dos Processos Finalísticos Relacionados	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão Estratégica de CT&I, Logística e Mobilização	Articulação com a BID e Instituições Interessadas no Setor de Defesa	Proposta de participação/parceria em programas e iniciativas setoriais; e Pareceres sobre produtos, empresas e tecnologias de defesa	EMCFA (I); Forças Armadas (E); BID (E); e Governo Federal (E)	SEPROD
	Consolidação e Sustentação da BID	Proposições de negócios e parcerias; e Emissão de documentos de credenciamento e homologação	Secretaria-Geral e EMCFA (I); e BID (E)	SEPROD
	Coordenação do Fomento das Atividades de PD&I de Interesse da Defesa	Proposições de parcerias; e Viabilização da execução de projetos de interesse da defesa.	Secretaria-Geral e EMCFA (I); Forças Armadas (E); Base tecnológica (E); e BID (E)	SEPROD
	Gerenciamento das Compensações Comerciais, Tecnológicas e Industriais de Interesse da Defesa	Otimização do uso de direitos decorrentes das cláusulas contratuais de offset	Forças Armadas (E); e BID (E)	SEPROD
	Normatização de Produtos, Tecnologias e Empresas de Defesa	Normas de competência da SEPROD; e Subsídios para normas relacionadas a produtos, tecnologias e empresas de defesa	Secretaria-Geral e EMCFA (I); Forças Armadas (E); Governo Federal (E); e BID (E)	SEPROD
	Promoção Comercial do Setor de Defesa	Pareceres sobre produtos e tecnologias de defesa; Participação em iniciativas setoriais; Atendimento de demandas relacionadas à BID; Elaboração de cenários sobre a BID; Planejamento estratégico para o mercado internacional de defesa; e Autorizações de exportação e importação.	Base Industrial de Defesa - BID (E); Entes da administração pública (E); e Entes internacionais (E)	SEPROD
	Coordenação das Atividades de Alimentação nas FA	RH capacitados; estabelecimento do valor da etapa alimentação; consolidação de processos de segurança alimentar; e aprimoramento das rações operacionais	Ministério da Defesa (I) Forças Armadas (E)	CHELOG

	Coordenação de Projetos de Modernização	Consolidação de planos e projetos de equipamentos de Defesa	EMCFA (I) Forças Armadas (E)	CHELOG
	Credenciamento e Autorização para Aerolevantamento (Território Nacional)	Instrumentos legais de inscrição de entidades executantes de aerolevantamento e autorização para execução de projetos de aerolevantamento	Empresas de cartografia e geoprocessamento que executam o aerolevantamento (E)	CHELOG
	Gestão da Interoperabilidade Logística	Relatórios de requisitos da Interoperabilidade	EMCFA (I) SEPROD (I) Forças Armadas (E)	CHELOG
	Planejamento de Mobilização Nacional e Setorial de Mobilização Militar	RH capacitados; Marco legal; Escritórios de Mobilização Setoriais; Informações para o apoio ao Planejamento Nacional de Mobilização; Carências logísticas; Mentalidade de mobilização; Plano Setorial de Mobilização Militar; Plano Nacional de Mobilização	Estado Brasileiro (E) Ministério da Defesa (I) Forças Armadas (E)	CHELOG
	Processo Seletivo para o Serviço Militar Obrigatório	Serviço Militar obrigatório e Capacitação profissional	Forças Armadas (E)	CHELOG
	Requisitos de Apoio Logístico às Atividades de Defesa Civil	Coordenação de recursos logísticos em apoio às atividades de Defesa Civil	Estado Brasileiro (E) Órgãos Governamentais (E)	CHELOG
	Informações sobre CT&I na Área de Inteligência Tecnológica de Defesa	Assessoramento nas áreas de Meteorologia, Cartografia, GE, Cibernética, Criptografia e Sensoriamento Remoto	EMCFA (I) (Inteligência de Defesa)	CHOC

Obs: (E) – Clientes Externos e (I) – Clientes Internos

Quadro A.1.4.7 – Macroprocesso “Assuntos Internacionais de Defesa”

Macroprocesso	Descrição dos Processos Finalísticos Relacionados	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assuntos Internacionais de Defesa	Apoio às Iniciativas e Atividades do CDS	Pareceres, Informações, Orientações e Recursos	Sec CDS (E) Sec/Ch MD (I)	CAE
	Autorização de Voo	Exposição de motivos	PR (E)	CAE
	Criação e Acreditação de Representações Militares no Exterior	Exposição de Motivos, Aviso Ministerial e Parecer	MD/FA, MRE e PR (E)	CAE
	Participação Brasileira em Operações de Paz sob a Égide da ONU	Exposição de Motivos; Aviso Ministerial; Portarias; Acordos de cooperação	ONU via MRE (E) FA (E)	CAE
	Relacionamento Internacional com Ministérios de Defesa Congêneres	Exposição de motivos, Aviso Ministerial e Acordos de Cooperação	MD (I) MRE e FA (E)	CAE
	Cooperação Internacional	Articulação, Intercâmbio e Acordo Internacional com Países dentro e fora da UNASUL	Ministério da Defesa, Países dentro e fora da UNASUL (E)	CENSIPAM

Obs: (E) – Clientes Externos e (I) – Clientes Internos

Quadro A.1.4.8 – Macroprocesso “Apoio a Políticas Públicas”

Macroprocesso	Descrição dos Processos Finalísticos Relacionados	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Apoio a Políticas Públicas	Apoio às Ações da Defesa Civil na Amazônia	Boletins Meteorológicos; Boletins Hidrometeorológicos. Operacionalização e gestão do parque de sensores tecnológicos instalados na Amazônia e geração de pesquisas e produtos aplicados a gestão de riscos e desastres naturais e antrópicos.	Governo Federal, Estados, Municípios e Países (E) / DIGER, DIPRO, Centros Regionais (I) e a sociedade (E)	CENSIPAM
	Apoio às Políticas Públicas na Amazônia	Implantação e gestão de infraestrutura de comunicação satelital, operacionalização e gestão do parque de sensores tecnológicos instalados na Amazônia; apoio a inclusão social e digital, ao ordenamento territorial e a regularização fundiária; gestão territorial e ambiental com base em geoinformação; desenvolvimento de pesquisa aplicada; capacitação e formação de competências locais na região amazônica.	Governo Federal, Estados, Municípios, Instituições de Ensino e Pesquisa, Países, (E) / DIGER, DIPRO, DITEC, Centros Regionais (I) e a sociedade (E)	CENSIPAM
	Proteção Ambiental por meio de dados de sensoriamento remoto	Produtos Cartográficos; Métodos de extração de dados obtidos de imagens de satélite; Produtos resultantes do monitoramento de uso e ocupação do território em áreas prioritárias para combate ao desmatamento na Amazônia; Estudos técnico-científicos para indicação de novas tecnologias para obtenção de dados remotos na região da Amazônia Legal.	Governo Federal, Estados, Municípios, Instituições de Ensino e Pesquisa, Países/ DIGER, DIPRO, DITEC, CGINT e Centros Regionais.	CENSIPAM
	Apoio às Políticas de Saúde e de Assistência Social	Apoio às políticas públicas de Saúde e Assistência Social, mediante capacitação de pessoal e prestação de serviços assistenciais.	Público em geral de acordo com o tema alvo da política pública	SEPESD
	Coordenação do Projeto Rondon	Implementação das Ações decorrentes dos Projetos provenientes das Instituições de Ensino Superior; Apoio Logístico; e Apoio de execução financeira.	Estudantes das Instituições de Ensino Superior (E) e Comunidades carentes (E)	SEPESD
	Gerenciamento de Programas Desportivos	Coordenação e execução	Forças Armadas (E) Ministério do Esporte (E) Entidades Esportivas Nacionais e Internacionais (E)	SEPESD
	Gerenciamento de Programas de Inclusão Social pelo Esporte	Gerenciamento de Programas de Projetos Especiais	Forças Armadas (E) Ministério do Esporte (E) Ministério do Desenvolvimento Social (E) Ministério da Educação(E)	SEPESD

	Planejamento e Coordenação do Programa Calha Norte	Celebração, acompanhamento e recebimento da execução de Convênios firmados com Estados e Municípios da Região do Calha Norte, voltados para a realização de obras de infraestrutura básica. Descentralização orçamentária e controle da execução dos recursos destinados às iniciativas priorizadas pelos Estados-Maiores das Forças Armadas, no âmbito do Calha Norte.	Governos Estaduais e Municipais (E) Forças Armadas (E)	DPCN
	Capacitação para o Mercado de Trabalho (Projeto Soldado Cidadão)	Projeto Soldado Cidadão	Forças Armadas (E)	CHELOG

Espera-se que, após a elaboração do PED em 2015, sejam estabelecidos os indicadores de desempenho que serão utilizados para o acompanhamento dos macroprocessos.

Dessa forma, a previsão é de que os dados que serão utilizados para a utilização desses indicadores somente sejam coletados a partir de 2016.

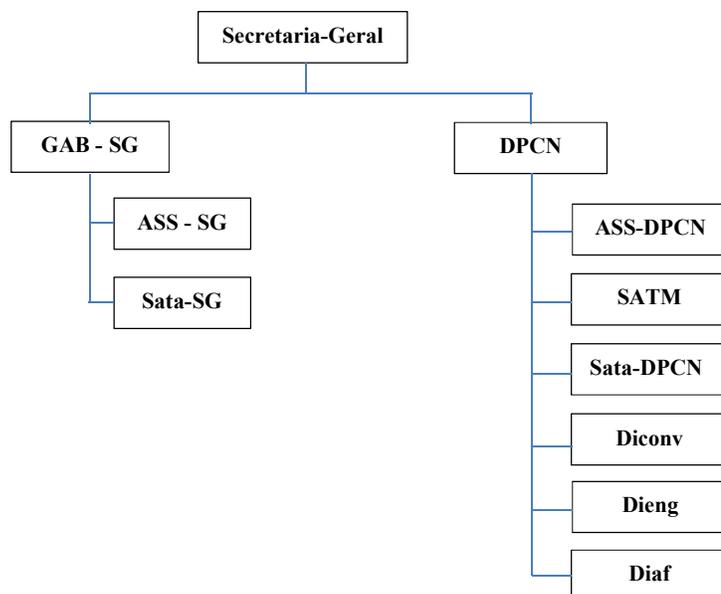
Os principais parceiros para a consecução dos processos finalísticos de cada área e dos macroprocessos da ACMD são:

- a) Casa Civil,
- b) Congresso Nacional,
- c) Ministério da Fazenda,
- d) Ministério da Integração Nacional,
- e) Ministério da Justiça,
- f) Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação,
- g) Ministério de Relações Exteriores,
- h) Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome,
- i) Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior,
- j) Ministério do Esporte,
- k) Ministério do Meio Ambiente;
- l) Ministério das Comunicações;
- m) Secretaria Nacional de Aviação Civil;
- n) Secretaria de Portos;
- o) Ministério dos Transportes;
- p) Ministério da Saúde;
- q) Ministério da Educação;
- r) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e
- s) Secretaria de Assuntos Estratégicos.

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Secretaria-Geral é baseada no Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, e na Portaria Normativa nº 564, de 12 de março de 2014, que aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa, conforme descrito abaixo:



A Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete (GAB - SG):

a) Assessoria (ASS - SG);

b) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (Sata - SG);

II - Departamento do Programa Calha Norte (DPCN):

a) Assessoria Técnica (ASS-DPCN);

b) Serviço de Assistência Técnica Militar (SATM);

c) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (Sata-DPCN);

d) Divisão de Convênios (Diconv)

e) Divisão de Engenharia (Dieng)

f) Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira (Diaf)

A Secretaria-Geral é dirigida pelo Secretário-Geral do Ministério da Defesa, o Gabinete pelo Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral e o Departamento do Programa Calha Norte por Diretor, cujos cargos serão providos na forma da legislação em vigor.

Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores indicados e previamente designados na forma da legislação em vigor.

O Gabinete assiste o Secretário-Geral em sua representação funcional e na execução de suas atribuições, mantendo permanente articulação com os órgãos e as unidades subordinadas.

2.4 Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as					X

direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise crítica e comentários relevantes:					
<p>É importante observar que embora não existam documentos formais de controle de todas as atividades realizadas no âmbito do Gabinete da SG, todas as tarefas realizadas são de conhecimento dos responsáveis, o que facilita a identificação e avaliação dos riscos, visando à tomada de medidas para eliminá-los ou mitigá-los.</p> <p>Os procedimentos de controle estão institucionalizados por meio de Memorandos, que são divulgados a todos os envolvidos nos processos. A informação e a comunicação são realizadas através de documentos administrativos, meios eletrônicos, quadros de avisos e reuniões.</p> <p>O monitoramento de expedientes e sua data limite para resposta é conduzido pela SATA, subordinada diretamente ao Chefe de Gabinete.</p>					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1. Canais de acesso ao cidadão

O Sistema de Informações ao Cidadão (SIC) do Ministério da Defesa está à disposição da sociedade para atender todas as demandas com base na **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). Seu funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h, na Esplanada dos Ministérios Bl. Q – Térreo.

O serviço de Ouvidoria está disponível pelo web site do MD (www.defesa.gov.br). Este serviço dispõe do canal de comunicação “Fale com a Ouvidoria”, que coloca à disposição do cidadão formulário eletrônico, telefone, e-mail (ouvidoria@defesa.gov.br), visita pessoal ou carta registrada, para a realização de denúncias, elogios, reclamações ou sugestões. Além desses canais de comunicação, é disponibilizado, ainda, o e-mail sic@defesa.gov.br, visando atender todas as demandas com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Em 2014 o SIC-MD, registrou e analisou 477 (quatrocentos e setenta e sete) pedidos de acesso à informação. Desse conjunto de pedidos, cabem os seguintes destaques:

- a) 269 foram reencaminhados, pois abordavam tema de competência de outros órgãos;
- b) 208 pedidos, com 407 perguntas, foram tramitados internamente e providenciadas as suas respostas, sendo que:
 - b.1) 17 pedidos tiveram negativas de acesso, considerando que se referiam a informações de natureza sigilosa, pessoal ou classificados como genérico; e
 - b.2) 16 recursos interpostos por cidadãos em face das respostas oferecidas pelo Ministério da Defesa. Desses recursos, 5 foram respondidos pela Autoridade Máxima (Ministro de Estado da Defesa), 4 tramitaram perante a CGU em grau de 3ª instância, que acolheu os argumentos do MD e desproveu o pedido do cidadão recorrente, e nenhum recurso foi julgado pela Comissão Mista de Reavaliação de Documentos Sigilosos (CMRI).

Registra-se também, o recebimento, tratamento e respostas a 57 correspondências eletrônicas (e-mails) recebidas, para as quais o SIC apresentou os devidos encaminhamentos em face dos diversos assuntos tratados. Houve, ainda, o tratamento e respostas das 5 correspondências eletrônicas (e-mail) provenientes da CGU, com a solicitação de providências afetas a demandas recursais de cidadãos com fundamento na Lei de Acesso à Informação.

Por fim, foram realizados 85 atendimentos presenciais, ocasiões em que orientou os cidadãos para o encaminhamento das suas solicitações, instruindo-os caso a caso.

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011 - Art. 30, inciso III), estão disponíveis relatórios estatísticos contendo, em tabelas e gráficos, dados a respeito dos pedidos e recursos realizados desde o início da vigência da Lei (16 de Maio de 2012), bem como informações gerais sobre os solicitantes, gerados a partir dos dados existentes no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação aos Cidadãos – e-SIC, por meio do seguinte link: http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html.

3.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Quanto à implementação da Carta de Serviço ao Cidadão (CSC), o MD vem promovendo internamente estudos e debates a respeito da aplicabilidade, no todo ou em parte, dos termos do art. 11 do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tendo em conta a natureza dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Pasta.

3.3. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Todos os 208 pedidos de informação e as 57 correspondências eletrônicas foram respondidos e houve a realização de 85 atendimentos presenciais com as devidas instruções, conforme informado no item 3.1. Embora não tenha sido aplicado mecanismo específico para medir a satisfação dos cidadãos-usuários com os produtos e serviços prestados, este item vem sendo acompanhado a partir da apuração da tempestividade no atendimento das solicitações apresentadas.

Desse total de 208 pedidos apresentados, apenas 4 recursos em grau de 3ª instância – Controladoria-Geral da União, foram interpostos no exercício de 2014.

3.4. Acesso às informações da unidade jurisdicionada

O caminho para acesso ao portal do MD é o sítio <http://www.defesa.gov.br>, onde qualquer cidadão pode obter informações sobre a atuação do Órgão, seu organograma, as principais autoridades e suas respectivas agendas, conteúdos em geral e o SIC, cujo acesso pode ser feito pelo sítio <http://www.defesa.gov.br/servico-de-informacoes-ao-cidadao>.

3.5. Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

A Carta de Serviços ao Cidadão só será implementada no exercício de 2015, motivo pelo qual ainda não foi realizada pesquisa de satisfação junto aos usuários de seus serviços relativamente ao cumprimento de compromissos e dos padrões de qualidade ali fixados, acompanhados de análise circunstanciada e da identificação das providências adotadas frente aos resultados observados.

3.6. Medidas relativas à acessibilidade

As informações consignadas neste item permitem a avaliação das medidas adotadas pela Seori para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Nesse sentido, apresentamos a título de exemplo o que se segue:

- a) Rampas de acesso no bloco “Q” da administração central do Ministério da Defesa e no Anexo do bloco “O”;
- b) Construção de rampas para Pessoas com Necessidades Especiais; e
- c) Reserva de áreas de estacionamento para Pessoas com Necessidades Especiais e Gestantes.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

O indiscutível papel estratégico da Secretaria-Geral, aliado à relevância e ao volume das iniciativas de gestão a cargo de suas áreas subordinadas, evidenciam a oportunidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de coordenação existentes e de implementação de novas ferramentas de gestão, condizentes com a estatura dos desafios presentes e futuros da SG e de seus setores.

Em resposta a esse desafio, foi emitida a Instrução Normativa nº 9/SG -MD, de 5 de junho de 2014, aprovando as Diretrizes Gerais, o Plano de Trabalho Anual (PTA) e a Agenda Estratégica da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa para o exercício de 2014.

O objetivo da edição das Diretrizes Gerais da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa é vincular a implementação de iniciativas no PTA-2014 com estreito alinhamento com as seguintes orientações estratégicas:

a) Planejar, organizar, controlar e avaliar as atividades relacionadas com as competências da Secretaria-Geral, no intuito de dotar a estrutura organizacional do Ministério da Defesa de condições para o cumprimento de sua missão, diante da realidade atual e dos desafios impostos;

b) Ampliar as iniciativas voltadas para a capacitação da indústria de defesa nacional, com base na Lei de Produtos de Defesa e seus decretos de regulamentação, visando conquistar a autossuficiência das cadeias produtivas nacionais de defesa, contribuindo para o aparelhamento das Forças Armadas e o desenvolvimento do País e gerando inovação e exportações;

c) Atuar em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) no cumprimento das diretrizes previstas na Estratégia Nacional de Defesa (END);

d) Estudar a concepção de um modelo que permita viabilizar os recursos orçamentários para o atendimento das demandas previstas nos Projetos Estratégicos do MD, de modo a oferecer à área econômica do Poder Executivo proposta exequível quanto aos recursos necessários à área de Defesa;

e) Dotar a ACMD de recursos de tecnologia da informação compatíveis com sua dimensão e que atendam aos requisitos de segurança, velocidade e transparência aos diversos públicos de interesse do Ministério da Defesa;

f) Adotar às providências junto ao MP com vistas à criação da Carreira de Analista de Defesa Nacional, que tem como objetivo dotar o MD de quadro próprio de profissionais civis especializados na área de Defesa;

g) Adotar às providências junto aos órgãos pertinentes com vistas a valorização da carreira militar, de forma a estimular o ingresso e a permanência nas Forças Armadas;

h) Adotar às providências junto ao MP com vistas à recomposição da força de trabalho das carreiras de pessoal civil destinadas ao Ministério da Defesa e aos Comandos das Forças Armadas, de modo a reduzir a grande defasagem existente em relação ao efetivo aprovado;

i) Apoiar a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e promover o Programa de Alto Rendimento para os atletas que participarão dos VI Jogos Mundiais Militares, a serem realizados em 2015, na Coreia do Sul;

j) Ampliar o alcance do Projeto Rondon, considerado exitoso, aumentando o quantitativo de universitários atendidos pelo Projeto, por semestre;

k) Dar prosseguimento às providências destinadas à ampliação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do Instituto Militar de Engenharia (IME), a fim de duplicar o número de vagas nos cursos de graduação, em articulação com os Comandos da Aeronáutica e do Exército, respectivamente, e em parceria com o Ministério da Educação;

l) Aperfeiçoar a integração logística e o apoio mútuo entre os órgãos militares de saúde, no intuito de prover assistência médico-hospitalar com padrão de excelência e elevada satisfação do seu público-alvo;

m) Estimular o processo de coordenação e interação do ensino militar entre as Forças Armadas e a difusão dos assuntos de interesse da Defesa Nacional no meio acadêmico civil;

n) Coordenar os estudos para a adaptação dos currículos das escolas de formação e pós-graduação das Forças Armadas, de modo a contemplar programa sobre Direitos Humanos, com ênfase aos militares designados para Missões de Paz e de Garantia da Lei e da Ordem;

o) Incrementar as ações do CENSIPAM na região amazônica para disponibilização de informações sistematizadas de caráter técnico, visando apoiar, com eficácia, a atuação dos órgãos públicos sediados na região; e

p) Aumentar a presença do Poder Público na Região Norte, por intermédio do Programa Calha Norte, com a finalidade de produzir resultados geradores de renda e emprego, bem como o fortalecimento da cadeia produtiva, a melhoria das condições de vida e a fixação do homem em suas localidades, contribuindo com a defesa nacional.

Adicionalmente, convém salientar a importância do PTA-SG 2014 e da metodologia empregada em sua preparação como elementos indutores da gestão estratégica no âmbito da administração do MD, fomentando a positiva interação da Secretaria-Geral com os demais segmentos da estrutura do Ministério com foco na obtenção de resultados e o melhor cumprimento de seu desempenho institucional. Nesse particular, é imperioso destacar também o papel do Plano no fortalecimento da cultura institucional voltada para a programação, o monitoramento, a avaliação e a prestação de contas.

Como iniciativa focada no aprimoramento da gestão e na consolidação de resultados, o PTA-SG 2014 deve ser compreendido como o passo inicial de uma jornada que, por certo, demandará o seu aperfeiçoamento por meio da utilização das capacidades e a motivação de todos os componentes da estrutura da SG; um documento vivo, capaz de absorver as mudanças e as adaptações inerentes ao cenário dinâmico em que atua o MD.

Em relação ao Planejamento Estratégico da Defesa (PED), cabe comentar que embora o Manual do PED já tenha sido aprovado no final de 2014, não houve a implantação efetiva do PED até o presente momento. Caberá à ASPLAN a coordenação da elaboração do planejamento estratégico do MD, o que deve ser concluído em 2015.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Programa temático

Quadro A.5.2.1.1 – Programa Temático 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2046				
Título	Mar, Zona Costeira e Antártida				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b)Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c)Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	410.960.802,00	250.361.162,00	86.539.640,00	74.060.000,00	
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	410.960.802,00	250.361.162,00	86.539.640,00	74.060.000,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2014)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2)Não Processados	
15.434.949,10	12.599.072,11	12.101.205,88	497.866,23	2.835.876,99	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2014	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	35.399.993,92	12.101.830,56	11.517.969,62	-22.017.596,07	1.864.428,23
Processados	430.533,57	0,00	329.246,59	-83.992,96	33.383,55
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	67.050.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	0,00

Fontes: Siafi Gerencial e SIOP, 10/02/2015.

O Programa 2046 tem a execução da maior parte de seus Objetivos, Iniciativas e Metas sob a responsabilidade do Comando da Marinha e também alguns Objetivos, Iniciativas e Metas vinculadas ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, outras informações sobre os resultados e sobre a alocação de recursos desse Programa deverão constar dos Relatórios de Gestão daqueles Órgãos.

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Análise Situacional do Objetivo:

A implementação desse objetivo envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, e contribui para a consecução de objetivos mais amplos das políticas públicas ligadas à pesquisa científica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) conduz programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano, com o apoio logístico da Marinha do Brasil (MB), onde são desenvolvidas atividades científicas com potencial econômico e importância estratégica para o País. A efetiva e continuada presença de pesquisadores brasileiros no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) consolida a soberania e amplia a jurisdição oceânica do Brasil, com o aumento da Zona Econômica Exclusiva adjacente a essa feição geográfica.

Ao longo de 17 anos, cerca de 2.000 pesquisadores já tiveram a oportunidade de desenvolver pesquisas científicas em Ilhas Oceânicas, apoiados pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). A cada ano, cerca de 200 pesquisadores são apoiados pelos dois programas de pesquisas em Ilhas Oceânicas: O Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO) e o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE).

Pelo PROARQUIPÉLAGO, desde a ativação da estação científica em 1998, já foram realizadas 418 expedições. Manter permanentemente habitada a Estação Científica instalada na Ilhota Belmonte - a maior do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP), uma região extremamente inóspita, exige esforço logístico complexo. Nesse contexto, duas atividades são essenciais para proporcionar a segurança necessária durante as expedições científicas, que se processam a cada 15 dias, com saída de Natal. São elas: os treinamentos prévios e as comissões de manutenção. Os “Treinamentos Pré-Arquipélago” são coordenados pela SECIRM e envolvem a participação de diversos órgãos da Marinha e Universidades. Na ocasião, são proferidas palestras e instruções teóricas, seguidas de exercícios práticos, durante uma semana. Os pesquisadores indicados para integrar as expedições científicas aprendem, durante esse treinamento, a operar os equipamentos da estação e recebem noções de sobrevivência no mar, primeiros socorros e segurança. Esses treinamentos são imprescindíveis para a manutenção segura da presença humana no Arquipélago e, assim sendo, contribuem para o objetivo do Programa. Por ano, são realizados, em média, três treinamentos, que viabilizam a habilitação de 90 pesquisadores para integrar expedições científica ao ASPSP. Ao longo do ano são realizadas 24 expedições científicas ao ASPSP, envolvendo a participação direta de 85 pesquisadores, em média. Além do Treinamento Pré-Arquipélago, a manutenção permanente também é fundamental para assegurar o funcionamento e a eficiência dos equipamentos da Estação. Denominadas “APOIEX”, essas viagens são realizadas a cada quatro meses. Percorrem-se cerca de 1.100 Km, a partir de Natal-RN, e duram cerca de 12 dias, dependendo do navio empregado e do estado do mar.

Adicionalmente às atividades tradicionalmente desenvolvidas, iniciaram-se, em 2014, as tratativas relacionadas à construção de uma nova Estação Científica.

Com relação ao PROTRINDADE, a ilha da Trindade está a cerca de 1.200Km de Vitória, o porto mais próximo do litoral brasileiro. Da mesma forma, a grande distância do continente impõe significativos desafios logísticos e elevados custos à manutenção da plena capacidade operacional da Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT). Desde sua construção em 2010, o Programa apoiou cerca de 420 pesquisadores de projetos científicos, previamente aprovados nos editais do CNPq, ou associados a outras instituições voltadas às áreas do conhecimento e a divulgação dos trabalhos realizados na ilha. Estes pesquisadores foram transportados à ilha ao longo de 38 Expedições Científicas realizadas até o final desse ano, nove das quais em 2014. Atualmente, cerca de 50 projetos estão sendo desenvolvidos nos dois programas por universidades e órgãos de pesquisa, nas diversas áreas da ciência, como oceanografia, geologia, biologia, botânica e climatologia, incluindo, ainda, estudos para instalação de uma estação magnética e sismográfica do Observatório Nacional na ilha da Trindade. Na área da Biologia, cita-se o prosseguimento das atividades de monitoramento de tartarugas por pesquisadores do Projeto TAMAR, por ser a Ilha da Trindade o maior sítio reprodutivo desses animais no Atlântico Sul.

Com o objetivo de aprimorar as condições para pesquisas na ilha da Trindade está em curso processo administrativo para construção de um depósito, anexo a ECIT, capaz de armazenar os materiais e equipamentos diversos afetos aos projetos científicos apoiados. Parte deste depósito, eventualmente, poderá ser convertida em dormitório capaz de atender a até oito pesquisadores, dobrando assim a capacidade da Estação Científica.

Ainda com o intuito de ampliar as pesquisas em ilhas oceânicas e contribuir para conservação dos seus biomas terrestre e marinho, foi proposta pela Subcomissão para o Plano Setorial para Recursos do Mar (PSRM) a criação de um Programa de Pesquisas Científicas em Fernando e Noronha, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), com a previsão de instalação de uma estação científica em Fernando de Noronha, nas proximidades do porto. Para tal, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) está articulando a seção de um terreno, com área em torno de 600 m², junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo de Pernambuco, que é o administrador do território, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes (ICMBio) e Secretaria de Patrimônio da União - SPU. A assinatura do Termo de Entrega do imóvel está prevista para ocorrer em 2015. A intenção é adotar um sistema de geração de energia renovável e tratamento de lixo, com a ênfase na sustentabilidade. A Marinha busca, desse modo, reforçar as iniciativas e contribuir para um modelo de desenvolvimento que prioriza a conservação da Ilha.

Para o 1º semestre de 2015, está prevista a continuidade das expedições científicas e a intensificação das gestões para instalação de um sistema de geração de energia renovável solar na Ilha da Trindade, projeto este desenvolvido em parceria com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPTEL, da ELETROBRÁS, que permitirá a economia de 90% no consumo de óleo combustível e a consequente redução da emissão de CO₂ na atmosfera em cerca de 220 ton/ano.

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Análise Situacional do Objetivo:

O VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), ora em tramitação para aprovação final por Decreto da Presidenta da República, possui especial importância, pois define as diretrizes a serem desenvolvidas dentro das suas diversas ações e programas, para

transformar os recursos da “Amazônia Azul” e Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial em riquezas para o País.

O PSRM é conduzido pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e guarda estreita relação com este Objetivo, constituindo-se num dos desdobramentos da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), definindo ações voltadas para o conhecimento e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil.

Dos 10 Programas que compõem o PSRM, sete estão relacionados e esse objetivo: o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC); o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA); o Programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha (REVIMAR); o Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-MAR); O Programa de Biotecnologia Marinha (BIOMAR); o Programa de Aquicultura e Pesca (AQUIPESCA); e o Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR). Além desses programas, existem outros assuntos ligados aos Recursos do Mar, que são discutidos no âmbito da CIRM, por meio de Grupos de Trabalho (GT). Esses Programas do PSRM contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas e de gestão ambiental, para a criação de tecnologia de ponta, novas patentes e empregos e qualificação de recursos humanos, refletindo positivamente no desenvolvimento socioeconômico do País e na maior inserção brasileira no cenário internacional de pesquisas no mar.

O REMPLAC e o PROAREA destinam-se a analisar a potencialidade dos recursos minerais marinhos e da biodiversidade a eles associada, com importância econômica e político-estratégica para o Brasil. No contexto do PROAREA, foi aprovado, em julho de 2014, pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), órgão das Nações Unidas responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos recursos minerais marinhos em áreas além das jurisdições nacionais, um Plano de Trabalho que garantirá ao Brasil o direito de explorar por 15 anos crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande (ERG), montanha submarina que se eleva desde profundidades médias de 4.000 até os 800 metros da superfície, situada a cerca de 1.500 Km da costa brasileira. A próxima etapa desse processo será a elaboração do respectivo Contrato de Exploração, que deverá ser assinado em 2015, o que dará ao Brasil exclusividade na exploração deste recurso mineral por um período de 15 anos, nessa área de grande valor estratégico para o País. As atividades de pesquisas prosseguirão em 2015, com a realização de comissões para atender ao REMPLAC e PROAREA. Neste último, o objetivo é identificar a ocorrência de fontes hidrotermais na cadeia mesoatlântica, nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, para subsidiar a elaboração de um novo plano de trabalho a ser submetido à ISBA, agora visando a exploração de sulfetos polimetálicos. Cabe destacar que a Rússia e a França estão explorando este recurso mineral na cadeia mesoatlântica no Atlântico Equatorial, em duas áreas contíguas, que tem início a cerca de 2.000 km ao norte do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. As atividades do PROAREA contribuirão para que o Brasil lidere as pesquisas no Atlântico Sul, inclusive com possibilidade de incrementar parcerias internacionais.

No âmbito do BIOMAR, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação (MCTI), em 2014, foram criadas quatro redes de pesquisa. As redes são formadas por treze projetos individuais, desenvolvidos em todas as Regiões do País e que se encontram em fase de estruturação ao longo de 2015. Essas redes de pesquisa em biotecnologia marinha promoverão o aprofundamento do conhecimento científico sobre os potenciais usos de bioativos provenientes de organismos marinhos presentes na Zona Costeira e no Oceano Atlântico Sul e Tropical, bem como em águas internacionais de interesse nacional, que com aplicação nas áreas de saúde, agrícola, alimentícia etc.

Na área de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-MAR), em 2014 ressalta-se a assinatura do contrato para a construção de nove embarcações com a empresa Indústria Naval do Ceará S.A., cuja finalidade é servir de laboratório de ensino flutuante, conforme informações disponíveis no Portal "Ciências do Mar Brasil" (www.cdmb.furg.br). As embarcações estão sendo construídas e serão distribuídas por diversas universidades, sendo que uma poderá ser disponibilizada para a Marinha do Brasil. Além da iniciativa para a construção dessas embarcações, cabe destacar o desenvolvimento de oficinas sobre "Empreendedorismo em Ciências do Mar"; a efetivação do "Programa de Apoio à Atividade Embarcada"; a elaboração do "Programa de Apoio à Publicação" referente às Ciências do Mar; a construção do "Repositório de Dissertações e Teses em Ciências do Mar"; e o lançamento de publicações inerentes ao ensino nessa área do conhecimento. As atividades desenvolvidas pelo PPG-MAR contribuem para a criação de uma "massa crítica" de recursos humanos nacionais qualificados em Ciências do Mar, área de importância vital para as atividades desenvolvidas no âmbito da MB e da CIRM, e colaboram com o desenvolvimento da mentalidade marítima no Brasil.

Dando continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) Uso Compartilhado do Ambiente Marinho em 2014, foi disponibilizado um link na página Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (www.secirm.mar.mil.br) da 1ª Edição da publicação "COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO (Vade Mecum do Ambiente Marinho). O acesso no Portal do PPG-MAR (Ciências do Mar Brasil – www.cdmb.furg.br) será disponibilizado em 2015. A compilação, resultado do trabalho do Subgrupo Legislação, foi organizada pelos representantes do Serviço Geológico do Brasil (CPRM/MME), Diretoria de Portos e Costas da MB e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Além dos membros do Subgrupo Legislação.

Outro assunto desenvolvido no âmbito do objetivo, refere-se à criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) nas águas jurisdicionais brasileiras e em áreas internacionais, sob a coordenação do MMA e do MRE.

Com o objetivo de divulgar a importância do mar e despertar na sociedade brasileira uma mentalidade marítima, a CIRM, por meio do Programa de Mentalidade Marítima, realizou, durante o ano de 2014, várias exposições, palestras e doação de material de divulgação para várias instituições governamentais e não-governamentais, que apoiam as atividades ligadas ao mar, que também contribuirão para a divulgação do conceito "Amazônia Azul".

A execução e manutenção dos programas e ações do PSRM estão relacionadas diretamente ao modelo de gestão conduzido pela CIRM que, como fórum de discussão e articulação dos assuntos ligados aos Recursos do Mar, envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras e corrobora com políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente às relacionadas com o mar.

Apesar das dificuldades de disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como, da restrita disponibilidade de navios e embarcações, em especial os da Marinha do Brasil, avalia-se que o presente objetivo foi cumprido a contento ao longo de 2014, em função de arranjos de gestão levados a efeito pela CIRM na condução das diversas reuniões multissetoriais das Subcomissões, Comitês, e Grupos de Trabalhos, criados para tratar dos diversos assuntos ligados aos recursos do mar, principalmente no aspecto de otimização na utilização de navios e embarcações da MB para atendimento aos vários programas do PSRM.

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Análise Situacional do Objetivo:

O Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil), um dos 10 programas do PSRM - Plano Setorial para os Recursos do Mar, é composto por redes de observação do oceano e da atmosfera, que operam por meio de boias fixas, ondógrafos, marégrafos e boias de deriva no Atlântico Sul e Tropical, monitorando o nível médio do mar e de ondas em águas rasas, e produz informações que contribuem para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas, principalmente junto à população litorânea brasileira.

O GOOS/Brasil, sediado na Diretoria de Hidrografia e Navegação -DHN, contribui com o GLOSS (Global Sea Level Observing System), um programa internacional conduzido sobre os auspícios da Comissão Técnica Integrada para Oceanografia e Meteorologia Marinha – JCOMM, da Organização Mundial de Meteorologia - WMO e da Comissão Oceanográfica Intergovernamental - IOC.

Durante o ano de 2014, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuado o lançamento de boias de deriva ao longo da costa brasileira, manutenção das redes de boias fixas, recebimento de novas boias e sobressalentes, manutenção da rede de marégrafos e comissões MOVAR, o que proporciona a manutenção da capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul. Foram recebidos, no final do primeiro semestre deste ano, nove flutuadores ARGO. O Centro de Hidrografia da Marinha, Coordenadora do GOOS/Brasil deu início, no final de 2014, ao plano de coleta de dados utilizando este tipo de flutuador, tendo sido efetuado o lançamento de dois ARGO. Esses flutuadores são de última geração e coletam uma grande gama de informações da coluna de água.

Os dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos órgãos de previsão e à comunidade científica a fim de subsidiar estudos, previsões e ações e contribuem para a redução de riscos e vulnerabilidades decorrentes de eventos extremos e da variabilidade do clima que afetam o Brasil, assim como auxiliar as operações navais.

Além disso, com tais informações, a Marinha, por meio da DHN, tem condições de fornecer, quando solicitada, previsões meteorológicas para grandes eventos realizados no Brasil, como foi o caso nos Jogos Pan-americanos de 2007 e Copa das Confederações em 2013 e Copa de Mundo de Futebol de 2014, e será para os Jogos Olímpicos de 2016.

Em 2014, foram realizadas quatro comissões do Projeto MOVAR (Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na Camada Superficial do Atlântico Sul, entre o RJ e a Ilha da Trindade), com o lançamento de XBT e coleta de dados oceanográficos.

Atualmente, o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima, coordenado pelo Comitê Executivo para o GOOS/Brasil, está composto por um sistema formado por quatro Redes de Observação e um Projeto de pesquisa, quais sejam:

- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul (PNBOIA);
- Rede de monitoramento do nível médio do mar (GLOSS);
- Rede de monitoramento de ondas em águas rasas (Rede ONDAS);
- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas no Atlântico Tropical (PIRATA); e
- Projeto de monitoramento da caracterização da estrutura térmica, a partir de linhas de Alta Densidade de Batitermógrafos descartáveis, entre o Rio de Janeiro e a Ilha da Trindade (MOVAR - Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na

Camada Superficial do Atlântico Sul, entre o RJ e a Ilha da Trindade).

Em abril de 2014, foi concluída a instalação da Estação Meteo-Maregráfica da Ilha da Trindade - EMARIT, como parte da rede de estações do GOOS/Brasil. Esse resultado é fruto do trabalho conjunto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e da MB, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e logístico do Comando do 1º Distrito Naval e da SECIRM.

A Estação possui um par de marégrafos tipo radar, com duplicidade de sensores, e GPS de precisão, para registrar os deslocamentos da Ilha em relação ao nível médio do mar, sendo estes dados escoados para o continente em tempo quase real. A EMARIT, há um ano, tem gerado uma série de dados de marés, ventos, umidade relativa e temperatura do ar, pressão atmosférica, precipitação e radiação solar.

A segunda fase (de consolidação), que se inicia, contemplará a aplicação do controle de qualidade dos dados e o envio ao Banco Nacional de Dados Oceânicos – BNDO e a elaboração de artigos científicos.

A terceira fase da EMARIT (expansão) prevê a instalação de sensores para monitoramento da temperatura da superfície do mar - SM e outros parâmetros físico-químicos.

Ao longo do ano de 2014, foram recebidos sobressalentes e sensores para manter a operacionalidade das redes de observações; foi realizada a manutenção de rotina dos sensores e equipamentos de coleta de dados, principalmente, dos que integram as boias fixas, fundeadas ao longo da costa brasileira, com o auxílio dos Navios da Marinha do Brasil; foi adquirido um ondógrafo para a Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas, o qual está em fase de teste para futuro fundeio definitivo na região sul do país; os dados coletados foram disponibilizados à comunidade científica; e foram efetuados lançamentos de mais dispositivos derivantes e o aumento gradual da disponibilidade dos dispositivos. Como todos os Programas da CIRM, as atividades do GOOS-Brasil são discutidas no âmbito do respectivo Comitê Executivo, coordenado pela DHN, envolvendo diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras e contribuem para a consecução dos objetivos de políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e a previsão meteorológica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Apesar das dificuldades, decorrentes do estabelecimento, no âmbito do Poder Executivo federal, de nova programação orçamentária e financeira, da disponibilidade de equipamentos e falta de pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade de navios e barcos, em especial os da Marinha do Brasil, avalia-se que o presente objetivo foi cumprido a contento no ano de 2014, tendo em vista que todos os dados coletados pelas redes de observação foram disponibilizados às instituições de pesquisas, universidades e comunidade científica, para que possam gerar informações importantes, em tempo hábil. A comunidade científica tem expressado a importância das Redes de Observação previstas nesse objetivo, como sendo um elemento que contribui para a ampliação das pesquisas no Brasil, assim como eleva o prestígio do País junto a comunidade internacional, pela excelência dos produtos e pesquisas geradas.

Para 2015, espera-se dar continuidade as ações de monitoramento oceanográfico e climatológico da Amazônia Azul.

OBJETIVO: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Análise Situacional do Objetivo:

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) passou a ser mais conhecido tendo em vista as várias descobertas de poços de petróleo na camada denominada Pré-Sal, situados próximos do limite das 200 milhas da costa, dentro da Zona Econômica Exclusiva, aumentando sua importância estratégica para o País.

Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, após a conclusão da fase de aquisição de novos dados geofísicos, os mesmos estão sendo processados e interpretados, sob a coordenação da Diretoria de Hidrografia e Navegação, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. As atividades do LEPLAC são aprovadas e coordenadas pela respectiva Subcomissão, coordenada pelo MRE, e conduzidas pelo Grupo de Trabalho do LEPLAC (GT-LEPLAC) e envolvem, também, diversos órgãos componentes da CIRM. Essas atividades se concatenam com políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e com a soberania nacional, beneficiando diretamente toda a população brasileira, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, como é o caso do petróleo que será extraído dos poços descobertos na camada denominada Pré-Sal. Na 63ª Reunião Ordinária da Subcomissão do LEPLAC, ocorrida em 11 de setembro de 2013, foi aprovado o envio de propostas revisadas parciais ao invés de uma única proposta revisada completa. A Margem Continental Brasileira foi dividida em três áreas: Sul, Equatorial e Leste. O encaminhamento de propostas revisadas parciais tem a intenção de testar a aceitação dos argumentos utilizados em uma área e que poderão ser utilizados em outras áreas. Nesta mesma reunião, também foi aprovada a criação de um grupo de trabalho para a elaboração dos aspectos político e jurídico dos relatórios de submissão das propostas revisadas parciais, que serão apresentados à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, pelo Ministério das Relações Exteriores.

Durante o ano de 2013, iniciou-se a revisão do relatório da área Sul, que compõe a proposta revisada parcial daquela área, assim como ao processamento e interpretação dos dados das demais áreas, de modo a dar prosseguimento à elaboração de propostas revisadas parciais. Ao longo de 2014, essa proposta parcial foi prontificada e, após aprovação da CIRM e devidamente autorizado pelo Governo Federal, estará pronta para ser encaminhada no momento político oportuno, Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, no momento político oportuno, pelo Ministério das Relações Exteriores, responsável pela Meta. Para 2015, é intenção prontificar a proposta revista parcial da área norte.

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Análise Situacional do Objetivo:

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) vem realizando, por mais de 33 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, assegurando nossa participação nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente, de relevante importância geopolítica para o Brasil. Além disso, sua existência já legou ao Brasil a formação de gerações de pesquisadores, o desenvolvimento de uma logística de alcance internacional, pela

Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, para apoio a atividades científicas que dependem de uma complexa estrutura e o reconhecimento da capacitação do País para tal. Como destaque, um dos principais reflexos positivos da presença brasileira na Antártica para a sociedade brasileira está no alto nível alcançado pela previsão meteorológica efetuadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), que mantém sensores permanentes em módulos de pesquisa na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Em 12 de janeiro de 2013, foi encerrado o desmonte da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), totalizando cerca de 900 ton de destroços e uma área desmontada de 2.550 m², que retornaram para o Brasil. O sucesso da Operação de Desmonte e a limpeza da área proporcionou uma grande vitória na preservação ambiental, que possibilitou a aplicação do Plano de Remediação, implementado na OPERANTAR XXXII (2013-2014). A OPERANTAR XXXI (OUT/2012 a SET/2013) foi considerada a maior operação logística realizada na Antártica pela MB, onde foram empregados cinco navios, sendo três da MB, e realizados vários trabalhos de apoio logístico, com destaque para o desmonte da EACF. Em 14 de março de 2013, foi concluída a construção dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), na mesma área da antiga EACF, na Península Keller. São 45 módulos de três tipos, devidamente mobiliados e equipados, que propiciam a permanência do Brasil na Região Antártica, abrigando o grupo-base de militares da MB e, a partir do verão de 2013/2014, também, os pesquisadores que necessitaram de apoio na região para desenvolverem suas pesquisas. Também, a reativação dos módulos isolados da edificação principal, que não foram atingidos pelo incêndio, foi realizada com sucesso, possibilitando a retomada dos trabalhos científicos na área da EACF.

Durante o ano de 2014, foram realizados 10 voos de apoio da Força Aérea Brasileira às OPERANTAR, sendo sete voos da OPERANTAR XXXII e três voos da OPERANTAR XXXIII (de outubro de 2014 a setembro de 2015), que transportaram pesquisadores, militares, visitantes e material para a Antártica, destinados aos MAE.

No 2º semestre de 2014, foram desenvolvidas as atividades finais de planejamento e preparação logística para a OPERANTAR XXXIII. Foi realizado o treinamento pré-Antártico em duas fases (três a 10 de agosto e 17 a 24 de agosto de 2014) e apoiados 24 projetos científicos de diferentes áreas do conhecimento, com o envolvimento de cerca de 330 pesquisadores e 285 militares/servidores civis. Foram realizados, também, três dos 10 voos de apoio da FAB previstos, bem como se apoiou logisticamente o transporte de pessoal dos Programas Antárticos da Bulgária, de Portugal, da Alemanha e do Chile, além de parceria para reabertura da base antártica Argentina Tenente Câmara, na Ilha Livingston. Em decorrência das exigências legais e do trâmite administrativo exigido pelo processo licitatório, a licitação para o início da reconstrução da EACF ainda não foi concluída, porém há a expectativa que a reconstrução seja iniciada no início da OPERANTAR XXXIV (outubro de 2015 a setembro de 2016).

A XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártica – ATCM foi realizada, em conjunto com a XVI Reunião do Comitê para Proteção Ambiental - CEP, em Brasília (Brasil), de 28 de abril a sete de maio de 2014. Realizada anualmente, a ATCM constitui-se em um fórum para o estabelecimento de normas para as atividades na Antártica, em consonância com os princípios e objetivos do Tratado e do Protocolo sobre Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madri). A presença brasileira garante o “status” de Membro Consultivo, além da participação do país na elaboração de procedimentos e ações que visem à preservação do meio ambiente antártico, o crescente conhecimento científico daquela região e o desenvolvimento das demais atividades, como a pesca e o turismo. Os países participantes reforçaram o papel estratégico da ciência no desenvolvimento de políticas sobre os estudos dos efeitos da mudança climática e outras ameaças ambientais. Durante a XXXVII ATCM, o Brasil apresentou 12 documentos que foram debatidos no plenário da ATCM e CEP, quando se destacaram: o Projeto de Reconstrução da Estação Antártica Brasileira e o Plano de

Remediação para a Área da Estação Antártica Brasileira.

A SECIRM, como Gerente do PROANTAR, também, participou da XXV Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL), realizada em Buenos Aires, na Argentina, no período de 25 a 28 de março de 2014.

Quadro A.5.2.1.2 – Programa Temático 2055 – Desenvolvimento Produtivo

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2055				
Título	Desenvolvimento Produtivo				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b)Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c)Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	28.304.172.477,00	13.743.670.565,00	6.636.401.211,00	7.924.100.701,00	
Orçamento de Investimentos - OI	12.651.169.458,00	8.320.606.214,00	2.441.382.372,00	1.889.180.872,00	
Outras Fontes	51.718.736.600,00	25.194.851.800,00	13.128.555.200,00	13.395.329.600,00	
Total	92.674.078.535,00	47.259.128.579,00	22.206.338.783,00	23.208.611.173,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2014)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
6.174.795.752,67	5.876.574.887,30	5.313.836.198,99	562.738.688,31	298.220.865,37	2.112.182.114,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2014	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	479.606.365,51	254.217.917,25	251.483.961,36	-12.460.651,83	215.662.130,32
Processados	53.005.350,73	0,00	30.078.180,15	-13.367.451,33	9.379.799,09
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	105.813.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	750.000.000,00

Fontes: Siafi Gerencial e SIOP, 10/02/2015.

O Programa 2055 tem a execução do Objetivo 0196 sob a responsabilidade do MD e de outros Objetivos, Iniciativas e Metas de responsabilidade do Ministério da Saúde, do Ministério dos Transportes, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Dessa forma,

as informações sobre os resultados e sobre a alocação de recursos desse Programa deverão constar dos Relatórios de Gestão daqueles Órgãos.

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Análise Situacional do Objetivo:

Em relação ao fomento à Base Industrial de Defesa (BID), foi dada continuidade aos trabalhos realizados pela Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID), visando o credenciamento das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), classificar Produtos Estratégicos de Defesa (PED) e mapear as cadeias produtivas do setor, sendo credenciadas 34 (trinta e quatro) EED; participação em feiras internacionais de Defesa, tais como: FIDAE (Chile), EURONAVAL e EUROSATORY (França), MILIPOL (Qatar), 1ª Exposição e Conferência Internacional da Indústria de Defesa e Exposição de Defesa no Azerbaijão – ADEX 2014, EXPODEFENSA 2014 na Colômbia e ITSEC (EUA), que contaram com a presença da ABIMDE e apoio da APEX-Brasil; e Realização da III Mostra BID-Brasil 2014, tendo como participação as comitivas do Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela, África do Sul, Angola, Tanzânia e França.

No âmbito do Acordo de Cooperação Brasil-Turquia, foram realizadas duas reuniões e um Seminário GT- Naval, no Rio de Janeiro-RJ, que teve como objetivo promover a aproximação de empresas brasileiras e turcas visando possíveis parcerias no desenvolvimento conjunto de produtos de Defesa.

Em relação à cooperação no Conselho de Defesa Sul-Americano, entre as atividades desenvolvidas no âmbito do UNASUL I 2014 destacam-se prioritariamente a aprovação do Instrumento Marco (IM), que teve por objetivo materializar, o compromisso sobre a vinculação dos Estados Membros no desenvolvimento do PROGRAMA UNASUL I, que tem como objetivo o desenho, desenvolvimento, certificação, fabricação, comercialização e suporte logístico do Avião de Treinamento Primário e Básico - UNASUL I, correspondente ao Ciclo de Vida completo do produto, como também a um sistema de treinamento de terra.

Foram elaborados e encontram-se em fase final de tramitação, os seguintes marcos legais, Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), que visa capacitar, de forma competitiva, a indústria nacional de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa nacional; a Política Nacional de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (PNAC); a Política Nacional de Exportações de Produtos de Defesa (PNEPRODE).

Vinculado ao Fomento à BID, foi inserido no contexto do Plano Brasil Maior, a Política de Obtenção Conjunta de Produtos de Defesa (PRODE) com a participação da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Na área de Catalogação, destacam-se as seguintes atividades: especificação da arquitetura do ambiente conceitual e tecnológico do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT); ; elaboração de subsídios para a proposta da Política Nacional de Catalogação (PNC); elaboração das Normas de Governança Operacional do SISMICAT (NORCAT); e, principalmente, a elaboração da estratégia e do projeto básico (requisitos conceituais e tecnológicos) da modernização do SISMICAT e a contratação da EMGEPRON, com o objetivo de disponibilizar no âmbito do SISMICAT uma Solução Tecnológica que permita de forma padronizada, única e integrada, as operações, o planejamento e a coordenação da Atividade de Catalogação, contribuindo para o cumprimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e relativas ao aprimoramento da Logística Militar e do desenvolvimento da BID no país, por meio da aquisição tempestiva de uma ferramenta tipo “COTS” para a catalogação no padrão internacionalmente reconhecido do Sistema OTAN de Catalogação (SOC).

Na área de Ciência e Tecnologia, foram viabilizados os programas mobilizadores, projetos inovadores e integração das atividades de C,T&I das Forças Armadas, tais como: PROSUB-DGPM e Projeto Quercetina,. Além disso, houve a participação em fóruns internacionais e comissões governamentais em assuntos relacionados à C,T& I na área de Defesa, tais como: participação da IX Reunião da Instância Executiva e V Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), encontro de Especialistas Técnicos do Regime de Controle de Mísseis (MTCR), reunião do Comitê de Cooperação Conjunta Brasil-França, Workshop sobre o Sistema Integrado de Indústria e Tecnologia de Defesa; e Realização de seminários e participação em exposições, promoção de seminários e "workshops" sobre temas relativos a C,T&I de interesse da Defesa Nacional, tais como: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), coordenação do GT Naval Brasil-Turquia, realização iniciativa a cargo do Brasil do Plano de ação 2014/CDS referente a 3ª e 4ª Reunião do Sistema VANT UNASUL, Workshop sobre Instrumentos de apoio ao desenvolvimento dos setores de Defesa, Aeronáutico e Espacial, dentre outros.

Quadro A.5.2.1.3 – Programa Temático 2057 – Política Externa

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2057				
Título	Política Externa				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b)Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c)Dotação/Posição - 2014	d)Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	4.846.687.240,00	2.426.803.115,00	1.261.083.215,00	1.158.800.910,00	
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	4.846.687.240,00	2.426.803.115,00	1.261.083.215,00	1.158.800.910,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2014)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
1.185.310.545,82	1.093.931.032,87	1.068.125.079,34	25.805.953,53	91.379.512,95	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2014	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	141.607.477,15	116.677.697,16	113.783.364,58	-17.518.222,03	16.975.907,00
Processados	23.842.777,35	0,00	21.170.031,43	-31.778,84	4.055.428,50
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	290.326.973,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	0,00

Fontes: Siafi Gerencial e SIOP, 10/02/2015.

Todos os objetivos deste Programa são de responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores. A participação do Ministério da Defesa no Programa 2057 está relacionada Objetivo 0902 e Iniciativa 03RH – Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz.

A execução orçamentária do Programa 2057, no âmbito do Ministério da Defesa refere-se à Ação de Participação Brasileira em Missões de Paz, de responsabilidade do **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)**. Dessa forma, as informações sobre os resultados e sobre a alocação de recursos desse Programa deverão constar dos Relatórios de Gestão daqueles Órgãos.

Quadro A.5.2.1.4 – Programa Temático 2058 – Política Nacional de Defesa

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2058				
Título	Política Nacional de Defesa				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c) Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	61.277.512.018,00	31.890.310.730,00	15.939.535.482,00	13.447.665.806,00	
Orçamento de Investimentos - OI	264.581.062,00	192.805.866,00	64.475.196,00	7.300.000,00	
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	61.542.093.080,00	32.083.116.596,00	16.004.010.678,00	13.454.965.806,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
13.684.521.374,66	9.407.137.222,16	8.987.021.397,09	420.115.825,07	4.277.384.152,50	58.483.109,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	6.298.521.749,49	5.353.274.988,14	5.240.913.269,44	-95.451.482,31	1.269.931.044,10
Processados	960.942.815,21	0,00	948.598.766,28	-565.329,33	16.284.255,59
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	15.939.535.482,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	0,00

Fontes: Siafi Gerencial e SIOP, 10/02/2015.

O Programa 2058 – Política Nacional de Defesa está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. Os relatos dos resultados da execução das Metas e Ações deverá ser objeto do

conteúdo dos Relatórios de Gestão das Unidades Jurisdicionadas às quais se vinculam, a saber: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), Comando da Marinha, Comando do Exército e Comando da Aeronáutica.

O Programa 2058 é composto por objetivos relacionados às defesas terrestre, naval e aeroespacial e também ao emprego conjunto das Forças Armadas, proteção da Amazônia e apoio à sociedade.

Considerando os critérios de materialidade e relevância, foram selecionados para compor a análise situacional do Programa 2058, os seguintes objetivos:

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Análise Situacional do Objetivo:

No Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), em 2013 foi concluída a implantação do software do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados (STVD-SAGITARIO), nos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA) e Serviço Regional de Proteção ao Voo.

O sistema SAGITÁRIO também está sendo implantado nos Centros de Controle de Aproximação (APP), que tem como objetivo controlar as aeronaves que chegam e saem dos aeródromos. Até o segundo semestre de 2014, foram finalizadas seis implantações nos APP de Brasília, Confins, Curitiba, Macaé, Recife e Rio de Janeiro. Outros sete APP deverão ser implantados em 2015.

No primeiro semestre de 2014 foram modernizados cinco Sistemas Integrados de Torres de Tráfego Aéreo nas localidades de Brasília, Porto Alegre, Recife, Porto Velho e Boa Vista, sendo que, no final de 2014 a modernização de Belém-PA estava em fase de finalização.

Em 2014 também foi dada continuidade à modernização e substituição de sistemas de climatização, energia e aterramento das KF (casas de força) das unidades responsáveis pelo Controle de Tráfego Aéreo.

Na área de Meteorologia, nos anos de 2012, 2013 e 2014 foram substituídas 17 Estações Meteorológicas de Superfície (EMS- 1) que estavam no limite da sua vida útil.

Nesse mesmo período, foram substituídos 10 sistemas de auxílio à navegação por rádio VOR - "Very High Frequency Omnidirectional Range" por sistemas mais modernos DVOR- "Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range". Ainda em relação ao aperfeiçoamento do Sistema de Navegação Aérea, nesses três anos de execução do Plano foram instalados novos equipamentos auxiliares para orientação de pousos em condições de baixa visibilidade - "Instrument Landing System" (ILS), nas localidades de Brasília, Campina Grande, Campo Grande, Rio de Janeiro/Galeão, Florianópolis, Joinville, Foz do Iguaçu e Vitória.

Em 2014 continua em fase de implantação na Bacia de Campos, região estratégica para o País, uma cobertura "Automatic Dependent Surveillance-Broadcast" (ADS-B), que tem por objetivo controlar o tráfego aéreo das aeronaves (helicópteros) empregadas nas operações "off shore" (e.g. plataformas de petróleo). O ADS-B é um sistema que recebe as informações do sistema de navegação das aeronaves de forma automática, de tal maneira que as mesmas possam ser visualizadas pelos controladores em suas telas de controle, mesmo em locais desprovidos de

cobertura radar. As estações que compõem esse sistema estão sendo instaladas nas principais plataformas de petróleo e aguardam a prontificação dos canais de comunicação e do Centro de Controle em Macaé para entrada em operação, prevista para 2015.

Em paralelo às ações do SISCEAB, as empresas aéreas que operam na região estão adequando as suas aeronaves com os equipamentos de bordo necessários à utilização do serviço ADS-B.

Quanto às ações de prevenção de acidentes aeronáuticos, o planejamento do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos foi executado dentro do esperado.

A modernização e a implementação dos equipamentos/sistemas e processos no SISCEAB /SISDABRA proporcionarão uma relevante melhora na capacidade de defesa e no controle do tráfego aéreo, diminuindo os atrasos de voos e os riscos de acidentes com aumento da segurança de todos os usuários do transporte aéreo e o cumprimento dos compromissos internacionais do Brasil.

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Análise Situacional do Objetivo:

Da mesma forma que em 2012 e 2013, ao longo do ano de 2014 foram destinados recursos para as atividades de preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB) que propiciaram o aprimoramento e a prontidão tático-operacional de seu efetivo militar e civil, o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego e a elevação de sua capacidade operativa, contribuindo para o cumprimento da destinação constitucional do Comando da Aeronáutica (COMAER), sintetizada na "Manutenção da Soberania do Espaço Aéreo Nacional com vistas à Defesa da Pátria".

Neste sentido, o Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) promoveu a formação, capacitação, aperfeiçoamento ou especialização de 18.969 alunos nas áreas de interesse do COMAER, objetivando elevar a sua capacidade operativa, por meio das atividades de ensino voltadas ao emprego operacional e ao apoio das atividades subsidiárias..

Por sua vez, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), por meio dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação voltados à formação de engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse do COMAER, do Ministério da Defesa e da Aviação em geral, realizou a colação de grau de 147 alunos nos Cursos de Pós-Graduação, sendo diplomados 50 mestres, 32 doutores e 65 alunos de mestrado profissional; nos Cursos de Especialização lato sensu, colaram grau 66 alunos. Já nos Cursos de Graduação em Engenharia o ITA concluiu a formação de um total de 111 alunos.

Destacam-se ainda os esforços do governo federal para dar continuidade ao projeto de Expansão do ITA, que consiste em duplicar a oferta de vagas da Graduação e aumentar em 50% a oferta de vagas para a Pós-Graduação, que visa atender uma necessidade crescente de setores estratégicos do País. Em 2014, o ITA recebeu a aprovação do Ministério da Educação para licitar a primeira obra da expansão e um dos principais desafios nos próximos anos será a contratação de cerca de 200 novos docentes qualificados.

Em 2014, o COMAER também proporcionou adestramento ao seu efetivo por meio da realização de um conjunto de operações militares e exercícios operacionais conforme relatado na meta específica: Realizar 32 operações aéreas.

Destes destacamos o treinamento realizado com a Operação Ágata 8, que contou com a participação de 8.594 militares e a mobilização de 32 aeronaves, na qual o processo de comando e controle foi centralizado no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), quando foram realizadas missões de Defesa Aérea, de Transporte Aéreo Logístico e de Busca e Salvamento, entre outras, ao longo de toda a fronteira oeste.

Os militares da FAB também tiveram capacitações realizadas por meio dos recursos alocados às Organizações Militares (OM), para o cumprimento dos Planos de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior.

Visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, foram realizadas as missões previstas nos Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX), realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

No ano de 2014 foram realizadas movimentações de pessoal por interesse do serviço, perfazendo um total de 18.507 militares, aproximadamente 20% da meta prevista, dando pleno cumprimento ao Plano de Movimentação de Pessoal. Quanto à infraestrutura e logística necessária à manutenção da operacionalidade das OM da FAB, assegurou-se o funcionamento de 21 simuladores de voo, por meio de contratos de suporte logístico (CLS) e de manutenção corretiva, contribuindo para o objetivo de redução dos custos de operação (treinamento de pilotos em missões de instrução). Também foi possível atender as demandas de manutenção e viabilizar a operação dos 05 estandes de tiro e campo de provas da FAB, bem como realizar manutenções em material bélico e a manutenção da reserva de guerra (aérea e terrestre) e da capacidade de controle de distúrbios civis.

Quanto à logística diretamente voltada ao apoio da atividade aérea, o adequado planejamento de aquisição de itens, equipamentos e contratação de serviços para manter as aeronaves da FAB disponibilizadas permitiu que fosse alcançada a média diária de 244 aeronaves disponíveis, o que possibilitou perfazer um total de 151.310 horas voadas, cerca de 97,62% do esforço aéreo previsto de 155.000 horas para 2014.

Para o alcance de tais resultados, procedeu-se a aquisição de 125.464 m³ de combustíveis de aviação, bem como a obtenção e manutenção de equipamentos e instalações necessários ao recebimento, estocagem, conservação de combustíveis e lubrificantes de aviação. Celebrou-se, ainda, contratos com várias empresas para assegurar o fornecimento de combustíveis de aviação em todo o Território Nacional para os próximos 05 anos.

Em 2014, manteve-se a estratégia de celebrar contratos pagos por hora de voo com empresas privadas visando a melhoria na disponibilidade de alguns projetos, bem como de otimização dos processos de obtenção de serviços e materiais, diminuindo o estoque e as perdas pelo exíguo tempo de vida útil de alguns equipamentos e peças.

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Análise Situacional do Objetivo:

Para a soberania da Nação Brasileira, a Estratégia Nacional de Defesa preconiza a independência tecnológica no desenvolvimento e produção de meios que suportem as atividades militares. No caso da Força Aérea Brasileira, essa independência tecnológica está focada na área aeroespacial.

Entre os resultados alcançados no Objetivo elencam-se os obtidos no segmento espacial com o Programa Espacial Brasileiro que opera em parceria com a Agência Espacial Europeia (ESA) e alcançou a expressiva marca de 199 veículos Ariane rastreados e confirmou o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) como peça importante do Acordo de Cooperação Internacional.

O CLBI também alcançou a significativa marca de lançar, monitorar e avaliar 31 foguetes em cinco dias como parte da Operação Astros 2020, realizada pela empresa Avibrás, em parceria com o Exército Brasileiro. Em agosto de 2014, o CLBI lançou com êxito mais um Foguete

de Treinamento Básico (FTB) na Operação Barreira 10. Esse foguete tem 3 metros de comprimento e alcançou 30 km de apogeu.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) realizou com sucesso, o lançamento de um FTB durante a Operação Falcão I/ 2014 e o lançamento do décimo Foguete de Treinamento Intermediário (FTI), durante a Operação Águia I/ 2014.

Em setembro de 2014, foi realizado no CLA o lançamento do foguete (FTI) VS-30 V13 durante a Operação Raposa, que levou uma carga útil denominada EPL (Estágio Propulsivo Líquido), que utiliza etanol e oxigênio líquido e o sistema GPS para uso espacial, desenvolvido em cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o IAE, com suporte financeiro da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Nessa operação, o modelo Weather and Range Forecasting – WRF, fruto de pesquisa do IAE, foi utilizado operacionalmente pelo meteorologista da campanha com excelentes resultados. O modelo tem o propósito de prever o comportamento do vento com uma antecedência de 6 a 12 horas, simular a trajetória do veículo na atmosfera e prever o ponto de impacto, visando o resgate de carga útil (quando necessário).

Tanto os FTB quanto os FTI fazem parte do projeto Foguetes de Treinamento (FOGTREIN), cujo principal objetivo é manter operacionais as equipes e testar os meios (antenas, radares, servidores, sistemas, softwares) que operam nos voos dos veículos lançados a partir de Alcântara.

Quanto ao segmento de ciência e tecnologia deste Objetivo destaca-se como relevante na atividade de Certificação de Projetos Aeroespaciais, que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) vinculado ao COMAER entregou o Certificado de Tipo da aeronave AS 365 K2 (Pantera) para a empresa Airbus Helicopters e também que por meio do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/DCTA), o IFI efetuou em setembro de 2014, seu primeiro pedido internacional de patente de invenção, junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), sediada na cidade de Genebra, Suíça, intitulado “Dispositivo de Identificação Portátil, objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos, método de identificação de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos e sistema de prevenção de retenção de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos”.

A invenção é de titularidade do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e foi classificada de grande apelo social e de forte potencial técnico e mercadológico para a indústria.

O IFI também realizou em 2014 várias Visitas Técnicas às empresas da Indústria Aeronáutica para prospectar e ampliar seu conhecimento acerca do potencial do parque industrial brasileiro e, desta forma, permitir atuação proativa nas atividades de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (Offset), Catalogação de Empresas do Setor Aeroespacial (CESAER), Convênio ICMS 75/91, Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia.

No segmento aeronáutico do Objetivo, os principais fatos foram: em 2013 a aprovação inicial da modernização de 43 aeronaves de caça nacionais A-1; diversas assessorias técnicas no campo industrial para a definição da nova aeronave estratégica de reabastecimento em voo - Projeto KC-X2 e a continuidade do desenvolvimento de um sistema nacional de enlace de dados em tempo real (ar-ar) e (ar-solo) - Projeto Data Link BR.

No projeto do avião de transporte tático e reabastecimento em voo KC-X /KC-390 foi concluída em 2014 a certificação do projeto, viabilizada por meio dos ensaios do protótipo e validação da linha de produção.

Em 03 de fevereiro de 2015 foi realizado com sucesso o primeiro voo de testes para avaliação das qualidades de voo e desempenho da nova aeronave.

O projeto, que será a maior aeronave já produzida na América Latina, é estratégico não apenas para garantir maior mobilidade militar mas também para consolidar o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. Essa aeronave já tem 60 intenções de compra e conta com um mercado estimado de 700 unidades. A expectativa atual é que a construção do avião de carga deva atingir cerca de U\$ 20 bilhões em exportações.

O que se pode prever em função da alocação de recursos e das renegociações contratuais associadas aos projetos componentes do objetivo é um retardamento na execução e no resultado final das atividades planejadas.

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Análise Situacional do Objetivo:

O Comando da Aeronáutica (COMAER) promove continuamente a adequação da frota de aeronaves e dos meios operacionais empregados pela Força Aérea Brasileira (FAB) para assegurar a defesa aeroespacial do País e cumprir sua destinação constitucional.

A modernização e a aquisição de aeronaves de combate, transporte e patrulha, de helicópteros e de aeronaves remotamente pilotadas (ARP), mais conhecidas por veículo aéreo não tripulado (VANT), são algumas das metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa (END) estando diretamente relacionadas com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED).

Considerando o planejamento definido para os projetos do COMAER, é importante destacar que em 2014:

a) foi recebida 01 (uma) nova ARP (ou VANT), modelo Hermes 900, adquirida junto à empresa AEL Systems S.A,

b) foi entregue e recebida a última aeronave de patrulha P-3BR modernizada pela EADS – Construcciones Aeronáuticas S.A., totalizando as 09 aeronaves do projeto. Neste projeto foram recebidas as etapas contratuais referentes aos materiais de solo, à Assistência Técnica, à Garantia Estendida, aos motores reserva 5 e 6, e às etapas referentes ao Fundo de Revitalização, bem como celebrada a assinatura do 8º Termo Aditivo transferindo etapas contratuais de 2014 para 2015; estima-se para 2015 a conclusão do recebimento e pagamento de etapas contratuais finais;

c) foram recebidas 12 das 14 aeronaves de transporte de carga e tropa a serem modernizadas em 2014 no Projeto C-95 Bandeirante, muito utilizadas em missões ACISO – Ação Cívico-Social, especialmente nas regiões amazônica e do Pantanal; ao longo do ano de 2015, último ano do Projeto C-95, existe a previsão contratual de recebimento de nove aeronaves C-95 e oito aeronaves P-95 empregadas em patrulhas marítimas, buscas e resgates);

d) no Projeto H-XBR, as principais realizações no período foram: o recebimento de 07 (sete) helicópteros, acompanhados de suporte logístico inicial, desta forma foram recebidos desde 2012 o total de 12 helicópteros EC-725, sendo três para uso da FAB, quatro do Exército, três da Marinha e dois VIP (operados pela FAB); importante registrar, ainda, que em 2011 foram entregues outras três aeronaves EC-725, sendo destinada uma para cada Força Singular, perfazendo 15 helicópteros entregues desde o início do Projeto;

e) No Projeto FX-2, de aquisição de 36 caças multipropósito Gripen NG , o COMAER celebrou a assinatura do contrato comercial com a empresa SAAB e a EMBRAER, bem como do contrato de compensação comercial, em outubro de 2014, sendo o início de sua eficácia prevista para 2015; encontram-se em negociação os contratos relativos ao suporte logístico e à aquisição de armamentos;

f) quanto aos Projetos de desenvolvimento e de aquisição do cargueiro tático militar KC-390, foi celebrado em maio de 2014 com a EMBRAER o contrato de aquisição de 28 Aeronaves de série e logística inicial associada; Ainda em 2014 foram registradas as seguintes realizações: inauguração do Hangar de montagem final das aeronaves KC-390, conclusão da montagem da primeira aeronave protótipo, recebimento dos segmentos estruturais do segundo protótipo da aeronave e início da integração da segunda aeronave protótipo; apresentação oficial da primeira aeronave protótipo (roll-out). Este último evento marcou a conclusão da fase de integração

e deu início à campanha de testes em solo, visando à realização do voo inaugural que ocorreu em 3 de fevereiro de 2015, está planejada a conclusão da 2ª aeronave protótipo e o início da realização da campanha de ensaios em voo para a certificação do produto.;

g) no que se refere ao Projeto A-1 (AM-X), ao final de 2012, a EMBRAER já dispunha de quatorze aeronaves para revitalização e modernização, sendo que, em 2013, mais oito aviões foram entregues à referida empresa; até 2014 foram recebidas três aeronaves de combate modelo A-1M modernizadas;

h) na segunda fase do Projeto de Modernização dos F-5BR, iniciada em 2012, 07 aeronaves forem recolhidas à EMBRAER para execução dos serviços contratados e em 2014 foi recebida a primeira aeronave biposto modernizada; para 2015 está previsto o recebimento completo do novo objeto negociado, ou seja, 02 aeronaves F-5BR biposto já modernizadas, bem como o recebimento dos salvados provenientes das aeronaves que não serão modernizadas;

i) no âmbito do Projeto AH-X, a empresa Rosoboron Export, fornecedora dos helicópteros Mi-35, entregou em 2014 o quarto e último lote das 12 (doze) unidades contratadas no final de 2009; assim sendo, a Força Aérea incorporou ao seu acervo mais 03 (três) helicópteros AH-2 Sabre e o simulador/treinador já se encontra em fase final de recebimento;

j) no Projeto CL-X2, de aquisição de aeronaves de busca e salvamento modelo C-295, fabricado pela EADS-CASA foi concluída a análise da oferta, a elaboração do Relatório Final, a negociação contratual e a assinatura do Contrato em 30/04/2014; paralelamente foram analisados e negociados os Projetos de Compensação (Offset), resultando na assinatura do Acordo de Compensação em 17/06/2014; Ainda em 2014, teve início a execução contratual e pagamento da 1ª Etapa; Para 2015, o destaque será a realização da reunião do Critical Design Review (CDR);

l) no Projeto I-X (denominado inicialmente de Projeto VU-Y) em 30/04/2014 foi assinado contrato com a EMBRAER S/A, para o fornecimento de seis aeronaves LEGACY 500 e suporte logístico inicial, configuradas como laboratório de inspeção em voo do SISCEAB;

m) no Projeto E-99M foram realizadas várias etapas contratuais, destacando-se, em especial: a realização do Critical Design Review (CDR) com fornecedores da EMBRAER Aviation International (EAI); finalização do software, demonstração em campo e treinamento prático do hardware do Sistema de Missão Móvel de Comando e Controle (ERIEYE); e a realização da Revisão Preliminar do Projeto (PRR) com fornecedores da AEL SISTEMAS S.A.;

n) No Projeto Link BR2, que tem como objetivo de desenvolver, integrar, validar e fornecer um sistema tático de enlace de dados entre aeronaves e com estações de solo, foram recebidos os Estudos Técnicos Preliminares 1 e 2, realizada a System Functional Review (SFR) e a Preliminary Design Review (PDR) dos itens embarcados e dos itens de solo; Para 2015, estão previstas a realização do Critical Design Review (CDR), a entrega dos rádios NETCOR, o desenvolvimento e entrega (produto) da Estação Data Link (EDL) e o desenvolvimento e entrega (protótipo) da EDL de Comunicações (COM).

OBJETIVO: 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Análise Situacional do Objetivo:

No ano de 2014, o Exército Brasileiro, coerente com a concepção da estratégia de emprego, deu continuidade à manutenção e ao fortalecimento do posicionamento de cerca de 280 organizações militares operacionais e respectivos comandos no território nacional, priorizando a mobilidade estratégica de suas tropas, o aumento da vigilância e monitoramento da linha de

fronteira brasileira e a articulação militar terrestre, visando dissuadir possíveis ameaças. Foi dada continuidade à implementação dos Projetos Estratégicos do Exército (PEEx): Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger); Defesa Cibernética e Guarani. Todos estes projetos continuam contribuindo para a aquisição de meios para sensoriamento, apoio à decisão e atuação integrada da Força Terrestre.

Merece destaque a aquisição de mais 250 metros de pontes modulares semipermanentes e o prosseguimento da execução de obras de infraestrutura de instalações de aquartelamentos do Exército, bem como a elaboração de projetos para novas obras que possibilitam melhores condições para o cumprimento das missões constitucionais do Exército.

A implementação das iniciativas deste Objetivo proporcionou a melhoria da infraestrutura das organizações militares do Exército; a geração de empregos em diferentes regiões do País; e beneficiou a sociedade brasileira ao possibilitar a presença das forças militares em áreas remotas do território nacional, o que contribui, de forma permanente, para diminuir crimes transfronteiriços e ambientais, bem como proporcionar maior segurança à população.

A adequação e a otimização da infraestrutura de instalações do Exército está conectada diretamente com outras políticas públicas que visam à consecução do Plano Estratégico de Fronteiras, do Governo Federal.

As obras de adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército distribuíram-se pelo território nacional, com destaque para as áreas de fronteira.

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Análise Situacional do Objetivo:

Este objetivo tem quatro vertentes de atuação: apoio a comunidades carentes; capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças e a cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional.

Existe uma significativa aderência destas vertentes de atuação, consideradas atividades subsidiárias do Ministério da Defesa e nas Forças Armadas, às Políticas Setoriais e Agendas Transversais relativas à sociedade brasileira localizada em áreas com maiores índices de pobreza e exclusão social e em municípios isolados.

No que tange à vertente de apoio a comunidades carentes, o Projeto Rondon, é um projeto de integração social que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população e que acumulou número significativo de 4.913 universitários capacitados ao longo do período do PPA -. Ademais, houve o engajamento de 478 Instituições de Ensino Superior, localizadas em 19 Estados de origem, atuando em nove Estados da Federação, percorrendo 239 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), beneficiando milhares de cidadãos.

No âmbito da execução do Projeto Soldado Cidadão, que trata da capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, foram qualificados 12.802 jovens no ano de 2014, sendo 1.246 da Marinha, 10.654 do Exército e 902 da Aeronáutica, perfazendo, ao longo do PPA, até dezembro de 2014, um total de 37.636 jovens capacitados.

A capacitação dos jovens recrutas abrange as áreas da indústria, transporte, serviços gerais, informática e comércio, isso realizado durante a prestação do serviço militar, o que proporciona uma oportunidade de inseri-los no mercado de trabalho, ao regressarem à vida civil.

As novas parcerias entre organizações militares com instituições do Sistema “S”, entre elas o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); com empresas do setor de telecomunicações; e a criação de cursos de formação de condutores; estes foram os fatores significativos que contribuíram para a melhor qualificação dos jovens cidadãos Brasileiros.

Quanto à contribuição pelo Programa Forças no Esporte (Profesp), as Forças Armadas mantiveram as atividades de prática esportiva educacional, estimulando adolescentes e crianças que vivem na vulnerabilidade social, tornando-os integrados à cidadania, reduzindo os riscos de exposições ao uso de drogas, prostituição, outras criminalidades, bem como evitando que sejam jogados ao trabalho infantil. Nos jovens pertencentes ao Profesp, pode-se constatar diminuição da evasão escolar, melhor desempenho no aproveitamento dos alunos, como aprovação em colégios militares e em universidades, tendo alguns que se tornam atletas com conquistas de índices olímpicos. Observa-se ainda que o Profesp proporciona que ex- alunos sejam inseridos no mercado de trabalho com excelente desempenho.

As Forças Armadas também vêm atuando em ações de apoio a órgãos, entes e entidades do Governo, em atividades de assistência a comunidades carentes; apoio à Defesa Civil em situações emergenciais e de calamidades; no combate a crimes ambientais; apoio na realização de grandes eventos; na garantia da lei e da ordem; ajuda humanitária em âmbito nacional e internacional e na realização de obras em benefício do desenvolvimento nacional.

Em 2014, o Exército Brasileiro continuou apoiando a realização da Operação Pipa, destinada a levar água potável às populações afetadas pela seca no semiárido brasileiro. Cooperou na distribuição dos profissionais de saúde do programa Mais Médicos para seus destinos nas diversas regiões do País. Cooperou, também, no apoio logístico para as ações da Organização Não Governamental Expedicionários da Saúde, no atendimento clínico, cirúrgico e odontológico às populações indígenas da região do Xingu.

Destarte, ainda em 2014, no campo das ações subsidiárias, o Exército Brasileiro cooperou com a defesa civil no socorro às populações atingidas pelas enchentes que assolaram os estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, restabelecendo a ligação entre os municípios de Novo Repartimento/PA e Pacajá/PA através do lançamento de uma ponte de apoio logístico (LSB, da silga em inglês) na rodovia BR 230, e lançou uma ponte portátil fixa do tipo Bailey M2 na cidade de Manaus/AM, criando uma rota alternativa de tráfego durante a realização da Copa do Mundo de Futebol. Além disso, realizou a instalação de pontes metálicas na BR 174-AM e em São João do Triunfo-PR, a fim de permitir o restabelecimento do tráfego em virtude de quedas de pontes, provocadas pelas fortes chuvas. Cooperou, também, com meios aéreos da Aviação do Exército, no combate aos incêndios florestais ocorridos na região da Serra dos Órgãos, em Petrópolis-RJ.

Com relação à cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional, houve a contribuição da engenharia de construção do Exército em diversos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em apoio ao desenvolvimento nacional, destacando-se a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia do edifício que abrigará a nova sede do Superior Tribunal Militar, e das instalações da Escola Superior de Guerra, ambos em Brasília/DF; a conclusão das obras de restauração e reparos emergenciais da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC; a construção de 60,4 Km da BR 135 no Piauí; a duplicação e restauração de 11,7 Km do Lote 2 da BR 101 em Sergipe; na restauração, melhoramento e pavimentação de 29 Km da BR 319, no Acre; na restauração de 67 Km da BR 364, na conservação de 124 Km da BR 401, em Rondônia, na implantação e reparação de 84 km da BR-418, na Bahia; e na conservação de 68 Km da BR 367/MG.

O Exército também está trabalhando no desenvolvimento da nova plataforma para o Sistema de Patrimônio da União, utilizando como base o Sistema Unificado do Processo de Obras.

Encontra-se em fase de desenvolvimento o Portal BIM Brasileiro (Building Information Modeling) em parceria técnica com o Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como, a criação da base referencial para sistemas de defesa.

O caráter emergencial e cronogramas exíguos de algumas demandas foram fatores que dificultaram a execução do objetivo.

Para cumprir o Objetivo, foram realizados arranjos de gestão e pactuações com o Ministério da Integração; Ministério dos Transportes; Ministério dos Esportes; Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Educação.

A implementação do Objetivo beneficiou toda a sociedade brasileira, principalmente as comunidades carentes da Região Nordeste, Sul e Norte. Este benefício foi estendido também para as populações das cidades atendidas pelos apoios aos “Grandes Eventos” realizados em 2014, por contar maior segurança às estruturas e serviços imprescindíveis ao País.

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Análise Situacional do Objetivo:

O Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), elaborado em 2009, foi revisado e atualizado, em 2013 para adequá-lo ao Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED). Os sete Programas Estratégicos da Marinha, discriminados no PAEMB-2013, são os seguintes:

- 1) Programa Nuclear da Marinha (PNM);
- 2) Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, no qual se destacam o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), a Construção de Navios- Patrulha de 500t (NPa 500t), a Construção de quatro Corvetas Classe Barroso, o Programa de Obtenção de Navios Aeródromos (PRONAE) e o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONANF), a criação de Batalhões de Operações Ribeirinhas de Fuzileiros Navais e obtenção de três Navios-Patrulhas oceânicos de 1.800t;
- 3) Recuperação da Capacidade Operacional da Marinha;
- 4) Complexo Naval da 2ª Esquadra e 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra;
- 5) Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz);
- 6) Segurança da Navegação; e
- 7) Pessoal - Nosso Maior Patrimônio.

O Prosub criado em 2008, a partir de uma parceria celebrada entre o Brasil e a França, com objetivo de produzir o primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e de mais quatro submarinos convencionais diesel-elétrico.

Em 2014, deu-se prosseguimento à primeira fase de implantação do Programa, com a construção da Base e do Estaleiro Naval, no Município de Itaguaí/RJ, e com a conclusão das edificações e das estruturas metálicas dos prédios, onde serão abrigados os profissionais de todas as atividades relacionadas à construção dos submarinos. Também, foi inaugurado o prédio principal do estaleiro de construção, projetado para as atividades de união das seções e de acabamento dos submarinos.

Concomitantemente à construção da Base e do Estaleiro Naval, estão sendo construídos o 1º e o 2º submarinos convencionais, respectivamente, S-BR1 e S-BR2. O S-BR1 teve suas primeiras seções produzidas na França e trazidas ao Brasil, onde a construção continua em andamento. No tocante ao S-BR2, prossegue a fabricação das cavernas e do casco resistente em solo nacional.

No tocante ao projeto de construção de Navios-Patrolha (NPa) de 500 toneladas, o 2º lote, composto de 5 NPa, está sendo executado pelo Estaleiro Eisa, do Rio de Janeiro-RJ, com previsão de prontificação e entrega entre 2015 e 2017. A alteração do cronograma foi motivada por dificuldades de ordem financeira, técnica e gerencial do Estaleiro EISA. Quanto aos demais Meios Navais, em 2014 foram incorporados ao Setor Operativo da Marinha, duas lanchas-patrolha rápidas que, em função do pequeno calado, da alta manobrabilidade e da blindagem, constituem meios adequados para operação na Amazônia Ocidental. Também foram incorporados à Marinha do Brasil o Navio de Transporte Fluvial (NTrFlu) “Almirante Leverger” e o Aviso Hidroceanográfico Fluvial (AvHoFlu) “Caravelas.

No projeto de modernização de 12 aeronaves AF-1 (Skyhawk), sete delas já foram entregues à Embraer, em Gavião Peixoto-SP, com previsão de retorno da primeira aeronave modernizada em 2015.

Em relação aos meios aeronavais, do total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego MH-16 (S-70B “Seahawk”), quatro foram recebidos em 2012 e a entrega dos dois últimos está prevista para 2015, ampliando a capacidade de realização de atividades anti-submarinas da Força Naval.

O Programa HX-BR do MD prevê a aquisição de 50 helicópteros EC-725, sendo 16 unidades destinadas à MB. A primeira aeronave foi recebida em 2011, a segunda em 2013 e, em 2014 foram recebidas mais duas aeronaves. São duas aeronaves na versão básica e que possuem uma série de avanços tecnológicos, tendo como principal evolução operativa, a capacidade de cumprimento de missão “Search and Rescue” (SAR). Uma delas com produção executada integralmente no Brasil pela empresa Helibrás.

Está prevista a incorporação de mais 12 aeronaves EC-725 até o ano de 2017.

No que tange aos meios bélicos dos fuzileiros navais, foi adquirido o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS FN 2020, produzido pela AVIBRAS, reforçando a capacidade de artilharia de campanha do CFN, e mais uma viatura oficina veicular com o propósito de complementar o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS FN 2020, com previsão de recebimento em 2015. Foram ainda adquiridos dois Sistemas Radares Saber M60 da empresa brasileira BRADAR para integração com o Sistema de Defesa Antiaérea, visando a proteção de pontos e áreas sensíveis. Em 2014 foram modernizadas doze Viaturas Blindadas Sobre Lagartas M113A1 e recebida em Jan/2014 mais uma Viatura Blindada Sobre Rodas 8x8 PIRANHA III C, totalizando, até 2014, 26 das 30 unidades contratadas junto a empresa suíça MOWAG. As quatro viaturas PIRANHA III C restantes deverão ser recebidas em 2015.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) está sendo especificado e projetado para atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, que enfatiza os aspectos de monitoramento e controle, de forma integrada, das Águas Jurisdicionais Brasileiras, das áreas internacionais de responsabilidade para operações de socorro e salvamento e de áreas de interesse específico, provendo a capacidade de prevenir ou responder, prontamente, a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade.

O SisGAAz atenderá as demandas da Marinha com impacto decisivo no cumprimento das tarefas de segurança marítima busca e salvamento e prevenção à poluição, bem como possuirá flexibilidade para interoperação com os sistemas das demais Forças (SISFRON e SISCEAB) e com o SIPAM e SIVAM.

Em 2014, como previsto, 12 mulheres ingressaram no 1º ano da Escola Naval formando a primeira turma de Aspirantes femininas admitidas na mais antiga instituição de ensino superior do País.

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Análise Situacional do Objetivo:

Integrar efetivamente a região amazônica ao resto País se constitui em elevada prioridade da política de desenvolvimento do governo brasileiro tem. Nesse sentido, na busca do seu objetivo principal, o Programa Calha Norte (PCN) tem por estratégia atender a duas vertentes: a da Soberania (vertente militar), que consiste na implantação e ampliação de unidades militares das três forças nas áreas de abrangência do Programa; e a do Desenvolvimento Regional (vertente civil), que tem por finalidade implantar e desenvolver a infraestrutura básica nos municípios da região abrangida pelo Programa, por meio de convênios, firmados entre o Ministério da Defesa e os Estados e as Prefeituras Municipais.

O esvaziamento demográfico das áreas mais remotas de atuação do PCN é um dos principais desafios enfrentados pelo PCN, na medida em que aumenta a necessidade de vigilância da fronteira, bem como de proteção das populações da região diante de novos fenômenos sociais. Constitui-se em outro objetivo do PCN aumentar a presença do poder público em sua área de atuação, além de contribuir para a defesa nacional e proporcionar assistência às suas populações a fim de fixar o homem na região, sem descaracterização regional e cultural.

No conjunto das atividades realizadas em 2014 no âmbito da vertente Soberania, destacam-se: a criação do Centro Técnico de Formação de Fluvialários da Amazônia Ocidental; a adequação e manutenção dos pelotões especiais de fronteira (PEF), com destaque para o início do projeto de construção da micro central hidrelétrica, no PEF de Tiriós/PA; a ampliação do setor fluvial do Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva, em Clevelândia/AP; e a ampliação dos Aeródromos dos PEF de Estirão do Equador/AM e de Yauaretê/AM.

Na vertente Desenvolvimento Regional, em 2014, o PCN apoiou Municípios na realização de diversas obras de melhoria da infraestrutura social (quadras, praças, ginásios etc.) e aquisição de equipamentos (viaturas, tratores etc.).

O PCN abrange 194 municípios, 95 dos quais, situados ao longo dos 10.938 quilômetros da faixa de fronteira, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. A área de atuação do PCN corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

Cumprir, ainda, que as alterações implementadas no gerenciamento do Programa Calha Norte, tem priorizado qualificação dos convenientes e agentes públicos parceiros do Programa mediante o oferecimento de palestras e seminários e a elaboração de um “Manual de Orientação sobre a realização de Convênios”, disponível na internet, o que tem contribuído na maior qualidade dos projetos apresentados.

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.

Análise Situacional do Objetivo:

Em 2014, o Exército Brasileiro, cumprindo o que prevê a Estratégia Nacional de Defesa, deu prosseguimento ao processo de busca de autonomia em tecnologias cibernéticas iniciado em 2012.

Foi dado prosseguimento a: obras para construção do Centro de Defesa Cibernético, no polo de tecnologia da informação; criação de normas e doutrinas para setor cibernético; renovação de licenças de sistemas de prevenção de intrusão e da infraestrutura de proteção e gerenciamento de tráfego (BIG – IP); estabelecimento de uma rede nacional tática e estratégica de contingência do Exército; obras no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército e no Centro Integrado

de Telemática do Exército, vinculadas às atividades do Setor Cibernético; instalação do computador de alto desempenho no Instituto Militar de Engenharia; crescimento das pesquisas e elaboração de teses e dissertações sobre temas afetos ao setor cibernético; capacitação e formação de recursos humanos nas área de interesse do setor cibernético; criação do Projeto Saltar, em parceria com Fundação Universidade de Brasília; realização de seminários nacionais de segurança da informação e criptografia; criação da revista científica Enigma; continuação do projeto para desenvolvimento do rádio definido por software. Destaca-se a participação do Exército na coordenação e integração da segurança e na defesa cibernética de grandes eventos, como ocorreu nas diversas cidades sedes da Copa do Mundo da FIFA, no apoio às Eleições 2014 e participação na Operação Amazônia, propiciando um benefício direto a sociedade e a nação brasileira.

Fator que contribui para execução do objetivo é a forte integração da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira com outros órgãos públicos e com empresas nacionais da área de tecnologia da informação, principalmente quando da utilização dos meios em operações militares em ambiente de maior segurança cibernética.

O resultado parcial deste Objetivo é a obtenção gradual da capacidade de defesa cibernética do Exército e da infraestrutura crítica nacional e o desenvolvimento da pesquisa científica na área de segurança cibernética, com o propósito de atender as prioridades de seu planejamento anual de emprego e também as demandas do Estado e da sociedade.

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Análise Situacional do Objetivo:

Com o propósito de elevar a capacidade operativa da Marinha do Brasil (MB), prevista no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha e implementada, anualmente, por meio do Plano de Ação (PA) da Marinha, foram empreendidas ações de obtenção e revitalizações dos meios operativos, como também, a criação, elevação, modernização e revitalização de várias Organizações Militares (OM), objetivando adequá-las para melhor atender às necessidades dos setores operativos e administrativos da MB. Nesse contexto, a articulação da Marinha compreende todas as OM a serem criadas, ampliadas ou modernizadas, necessárias à adequação da Força conforme prescrito na Estratégia Nacional de Defesa. Além das instalações voltadas para as atividades operativas, administrativas, técnicas e de ensino da MB, contemplará, também, aquelas ligadas ao atendimento e apoio aos militares e dependentes, tais como: moradia, assistência social e serviço médico-odontológico.

O Programa Geral de Manutenção (PROGEM) abrangeu todos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais da MB, destacando-se: Navio-Desembarque de Carros de Combate “Mattoso Maia”, Fragata “Defensora”, Fragata “Independência”, Corveta “Júlio de Noronha”, Corveta “Jaceguay”, Corveta “Inhaúma”, Corveta “Frontin”, Corveta “Barroso”, Navio Faroleiro Almirante “Graça Aranha”, Navio de Desembarque-Doca “Ceará”, Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel”, Submarinos “Tupi”, “Tamoio” e “Tapajó”, seis Aeronaves de Asa Fixa (AF-1/1A) A4 Skyhawk na Empresa EMBRAER, quatro Helicópteros Super LYNX AH-11A e Viaturas Blindadas Sobre Lagarta do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra.

O Navio de Desembarque-Doca “Ceará” concluiu o seu Período de Manutenção e está realizando adestramento de sua tripulação para restabelecer sua prontidão operativa e no que concerne às Viaturas Blindadas Especiais M113A1 do CFN houve alteração no cronograma de modernização, permanecendo da seguinte forma: das trinta viaturas dezesseis já foram modernizadas até 2014 e as quatorze viaturas restantes terão seu processo de modernização concluído até 2015.

Quanto ao Emprego do Poder Naval no campo internacional, prossegue a participação da MB na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), estando no teatro de operações a Fragata “Constituição” como Navio Capitânia daquela Força Multinacional que permanecerá nessa função até fevereiro de 2015, quando será substituída pela Fragata “União”.

Destacam-se, ainda, a realização das seguintes Operações em 2014: “IBSAMAR”, cujo propósito foi realizar adestramento de unidades da Esquadra em Operação Combinada com a Marinha da Índia e da África do Sul; “BRASBOL”, com o propósito de realizar operação combinada, ação de presença e estreitamento laços de amizade com a Armada Boliviana; “BRACOLPER”(Colômbia e Peru), visando realizar ação de presença, estreitamento de laços de amizade com os países visitados, obtenção de informações operacionais das regiões visitadas; e a “FRATERNAL XXXII” visando realizar Operações Combinadas com a Armada da Argentina (ARA) e contribuir para a manutenção do nível de adestramento dos meios da Esquadra. Ainda em 2014, várias comissões permearam o relacionamento internacional com as Marinhas amigas, colaborando para o desenvolvimento de parcerias estratégicas. Dentre elas destacam-se as seguintes operações: “CARIBEX” com países da América do Sul e do Caribe; “PRATA”; “PLATINA”; e “DIPLOMEX-SSN”.

No que tange às Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, que têm como principal objetivo aprimorar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, foi realizada no 1º semestre de 2014 a Operação “ÁGATA 8”, na faixa de fronteira. Ainda, pode-se mencionar a participação da MB na segurança da Copa do Mundo da FIFA 2014.

Quanto às embarcações de apoio, menciona-se a incorporação de 5 novas Chatas para Transporte de Combustível. A série inicial de 4 embarcações foi construída pelo Estaleiro B3 Boat Indústria de Embarcações Ltda em Salvador-BA, e entregues à Marinha, sendo duas unidades em 2012 e duas unidades em 2013. Face à importância das Chatas de Transporte de Combustível para o Setor de Apoio, a MB assinou o Termo Aditivo para a obtenção de mais uma unidade que foi recebida em 2014.

Também foi assinado contrato entre a Diretoria de Engenharia Naval e o Estaleiro B3 Boat para a construção de uma Lancha de Emprego Geral Média e de três Embarcações para Transporte de Pessoal Médias, com capacidade de transportar 200 passageiros, a serem entregues em 2015.

Com relação ao preparo do pessoal, além de várias operações militares de âmbito nacional e internacional, também foram ministrados diversos cursos nos centros de instruções da Marinha e outras instituições militares e civis, de forma a manter as tripulações dos meios operativos em níveis de adestramento e qualificações compatíveis com as missões programadas. Estão previstas para 2015 as rotinas de manutenção de diversos meios navais: da Esquadra; aeronavais; dos Distritos Navais; da Diretoria de Hidrografia e Navegação e da Força de Fuzileiros da Esquadra.

O Navio Aeródromo (NAe) "São Paulo" passará por um período de docagem para avaliação de sua estrutura e uma possível modernização da propulsão. A Fragata "Independência" e as Corvetas "Inhauma" e "Jaceguai" estão com previsão de término dos seus Períodos de Manutenção e retorno à disponibilidade operacional.

Em 2015 está prevista, também, o recebimento da primeira aeronave AF-1 modernizada pela empresa EMBRAER e a entrega da primeira aeronave AH-11A para modernização.

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Análise Situacional do Objetivo:

As atividades inerentes à segurança da navegação aquaviária são perenes, de caráter contínuo, em face da constância em que o meio aquaviário é empregado pela sociedade, abrangendo desde os pequenos navegantes até as grandes empresas de navegação, que utilizam as águas em suas necessidades econômicas, sociais, de lazer e de sustento.

Essas atividades da Marinha exigem investimentos na obtenção de novos equipamentos, na modernização dos já existentes e na alocação e capacitação do pessoal para empreender as ações correlatas. Assim, como nos anos anteriores, a Marinha como “Autoridade Marítima” do País deu continuidade aos eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.

De dezembro de 2013 a abril de 2014, foi realizada a Operação "Verão" 2013/2014, que fiscalizou embarcações em todo o País. A segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição hídrica foram os principais aspectos abordados durante a operação.

Nas ações de Inspeção Naval foram verificados diversos itens, entre eles: habilitação dos condutores; documentação das embarcações; material de salvatagem - tais como coletes e boias salva-vidas; extintores de incêndio; luzes de navegação; lotação; e o estado das embarcações.

A Operação "Verão" 2013/2014 resultou em 103 mil embarcações abordadas, 10.500 notificações emitidas e 1.605 embarcações apreendidas.

Além da “Operação Verão” anual, a Marinha vem empreendendo, em caráter permanente, outras ações para elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros, quanto à segurança, ainda em patamares inadequados em face dos hábitos e limitações existentes em determinadas regiões, em especial das comunidades que utilizam as águas como meio de locomoção e de sustento. Dentre as campanhas executadas, as de maior relevância referem-se às dirigidas à eliminação dos acidentes de escarpelamento na Região Amazônica, com a finalidade de incentivar a cobertura dos eixos propulsores das embarcações.

Além da Operação Verão '2013/2014' foram realizadas operações de fiscalização de embarcações na área de jurisdição dos Comandos do 4º, 6º, 7º, 8º e 9º Distrito Naval.

A navegação segura compreende, ainda, outras atividades de igual importância desempenhadas pela Marinha, sendo relevante destacar a manutenção de auxílios à navegação (faróis, boias de sinalização, cartas náuticas) e o fornecimento de previsões meteorológicas e oceanográficas confiáveis e tempestivas e o acompanhamento contínuo do tráfego marítimo de interesse.

Para atender a responsabilidade da Marinha em produzir os documentos cartográficos e de auxílio à navegação, disponibilizando-os aos navegantes nacionais e estrangeiros, em 2013, efetuou a modernização do parque gráfico da Base de Hidrografia da Marinha em Niterói, unidade responsável pela produção, venda e disponibilização de forma mais rápida dos itens mencionados. Desde julho de 2013, a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil, em parceria com a EMGEPRON, passou a comercializar esses produtos pela internet, por meio do site <http://www.cartasnauticasbrasil.com.br>

Considerando as grandes áreas de cobertura, principalmente na Região Norte do País, a Marinha executa as tarefas de fiscalização em áreas de fronteira, em ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e outros órgãos de fiscalização e controle.

Em 2014, ainda foram realizadas as seguintes ações: ativado o Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste (SSN-9), Organização Militar -OM responsável por realizar a cartografia e sinalização náutica na jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus-AM. A OM está integrada ao Projeto “Cartografia da Amazônia”, do Governo Federal.

No âmbito do Projeto Cartografia da Amazônia, em 18/12/2014, foi incorporado à Marinha, o Navio Hidroceanográfico Fluvial “Rio Branco”, último navio do projeto a ser

incorporado e que ficará sediado em Manaus diretamente subordinado ao SSN-9.

Para 2015, estão previstas a continuação das ações da Operação Verão, até 10ABR2015, nas jurisdições dos Comando dos Distritos Navais, com ênfase nas seguintes áreas: habilitação dos condutores, documentação das embarcações, material de salvatagem - como coletes e boias salvavidas, extintores de incêndio, luzes de navegação, lotação e estado das embarcações.

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Análise Situacional do Objetivo:

Com base nas premissas, preconizadas nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, a Marinha vem pautando suas ações no sentido de assegurar o incremento da capacidade operativa dos meios navais com sistemas/equipamentos no estado da arte. Nesse sentido, as ações visam o desenvolvimento de projetos de tecnologia voltados à Defesa Nacional, em especial na otimização da principal tarefa do Poder Naval de “negar o uso do mar ao inimigo”.

Para alcançar os objetivos de possuir sistemas e equipamentos cada vez menos dependentes de tecnologia importada é essencial que o fortalecimento da capacitação tecnológica nacional seja obtida com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, por meio de parcerias estratégicas, incluindo projetos de uso dual.

No que tange ao Programa Nuclear da Marinha (PNM), cuja execução teve início em 1979, este se divide em dois segmentos: o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear e o Laboratório de Geração de Energia Núcleoelétrica (LABGENE). O primeiro visa dominar as etapas do ciclo do combustível nuclear necessárias à obtenção de urânio enriquecido para os elementos combustíveis que serão empregados no núcleo de um reator nuclear. O segundo visa a desenvolver um protótipo, em terra, cuja instalação servirá de base e de laboratório para outros projetos de reatores nucleares, incluindo o desenvolvimento do protótipo do sistema de propulsão naval a ser embarcado no primeiro Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear.

Em 7 de junho de 2013, foi assinado o contrato com a empresa ASK SUBSEA AS, da Noruega, para obtenção de um Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo), fruto do Acordo de Cooperação firmado em parceria com o MCTI, Petrobrás, Vale S.A. e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O navio atuará como uma plataforma científica e tecnológica capacitada a realizar levantamentos geológicos do fundo do mar, bem como na aquisição de dados do ambiente marinho para futura exploração de seus recursos naturais. O NPqHo que terá o nome “Vital de Oliveira” está sendo construído na China, e terá capacidade de transportar 40 a 60 cientistas, com prazo de entrega inicialmente previsto para 2014, foi postergado para 2015.

No tocante ao Projeto de Desenvolvimento do Míssil Antinavio de Superfície (MAN-SUP), uma etapa importante do Projeto foi o disparo, com sucesso, pela Corveta “Barroso”, do primeiro míssil Exocet MM-40 (fabricado na França) revitalizado no Brasil, utilizando motor de fabricação brasileira pela empresa Avibras.

Em 2012 foram concluídas as avaliações operacionais do Centro de Integração de Sensores e Navegação Eletrônica do Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Sabóia”; do Sistema de Controle e Monitoração do Navio- Patrulha “Maracanã” e da quarta cascata de enriquecimento de urânio (Módulo I).

Em 2014, como previsto em 2013 foi dado continuidade à Avaliação Operacional do Helicóptero Múltiplo Emprego MH 16, a cargo do Centro de Análise de Sistemas Navais, com término previsto para março de 2015.

No âmbito das Organizações Militares de CT&I sob responsabilidade da SecCTM, em 2014 continuam as pesquisas e desenvolvimentos dos seguintes Projetos: Protótipo da mina de

fundo de influência acústico, magnética e pressão; Desenvolvimento de Sonar Passivo; Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais das Instituições de Ciência e Tecnologia e Inovação da MB (SIG-ICT); Desenvolvimento do protótipo nacional de um Radio Definido por Software (RDS); Projeto SIGLMD (Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização da Defesa); Projeto SIPLM (Sistema de Planejamento Operacional Militar); Projeto ATHENA - Sistema Integrado de Inteligência Estratégico- Militar; Aprimoramento do Veículo Aéreo Não Tripulado - VANT/Tático Carcará IV; Comunicações Submarinas (Csub); Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para o Planejamento das Operações Navais (SISPRES); Emprego de Biodiesel nos Motores a Diesel dos Meios Navais de Superfície; Sistema de Propagação de Energia Acústica (PROPENERG); Desenvolvimento do protótipo do MAGE Veicular; Sistema de Simulação Tática e Treinamento - Versão 3 (SSTT3); Projeto Sistema Sonar Passivo Rebocado; Projeto SIOp (Sistema de Inteligência Operacional); Projeto SAD-Log (Sistema de Apoio à Decisão Logística); Projeto CISNE (integração de sensores, favorecendo a navegação); Desenvolvimento de Sensores e Subsistemas para Veículo Submarino Autônomo; Desenvolvimento de uma célula "phased array" de bancada para aplicação em sistemas de Guerra Eletrônica (GE); e Desenvolvimento de modelos de fusão de dados para sistemas táticos e de navegação.

Em 2014, também prosseguiram os projetos prioritários para o PROSUB, em especial os voltados para acústica submarina e controle de atmosferas confinadas. Esses Projetos prioritários proporcionam a capacitação de recursos humanos com recursos orçamentários da MB e do Programa "Ciência sem Fronteiras".

Por fim, em 2014 tiveram continuidade as obras de infraestrutura de CT&I, no que diz respeito à revitalização das instalações do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira e do Instituto de Pesquisas da Marinha.

OBJETIVO: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Análise Situacional do Objetivo:

Em 2014, o Exército deu continuidade à readequação de seus quadros de dotação de material, por meio da aquisição de produtos de defesa (Prode), ampliando sua operacionalidade. Essa operacionalidade evidencia-se quando ocorre o emprego da Força Terrestre em operações para a garantia da lei e da ordem e em ações subsidiárias, com destaque para a Defesa Civil, quando das ocorrências de catástrofes naturais.

O plano de aparelhamento da Força está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento do seu quadro de material; e às necessidades futuras, oriundas da visão prospectiva do Exército, baseada na evolução doutrinária e em aspectos relacionados com a ciência e tecnologia, ingredientes esses que também contribuem para a ampliação da operacionalidade.

É nesse contexto que se enquadram os projetos estratégicos do Exército - Recuperação da Capacidade Operacional (Recop), Projeto Proteger, Projeto de Defesa Antiaérea, Projeto Guarani e o Projeto Astros 2020 - atualmente em implementação.

As principais realizações ligadas a esse objetivo foram:

a) No projeto estratégico de recuperação da capacidade operacional: aquisição de ambulâncias operacionais, de viaturas de apoio e motocicletas Harley Davidson, de pistolas de grande capacidade, de monóculos de visão noturna, de lunetas panorâmicas M 12, de goniômetro bússola, de monóculos termais da indústria nacional, de Embarcações tipo voadeira e de Embarcações tipo Guardian 25, de pontes de engenharia para viaturas Leopard, de paraquedas, de metralhadoras MINIMI, de rádios Falcon III 780 51 X, de rádios Falcon III V HH, de rádios MPR 9600 portátil, de rádios MPR 9600 veicular, de transeptores portáteis TPP-1400 e de carregadores

do TPP-1400; melhorias no Sistema de Material do Exército; transformação de postos abastecimento; aquisição de cozinhas de campanha; aquisição de munição 5.56mm; fabricação de armas leve anti-carro; transformação de fuzis MD97 em Fuzil IMBEL IA2 – 5,56 mm; fabricação de morteiros 120 mm, morteiros 81 mm e morteiros 60 mm; manutenção de viaturas blindada Cascavel, de viaturas blindadas Urutu e de viaturas blindadas Especiais Socorro M578; fabricação de balsa logística; aquisição de dois Sistemas Aéreo Remotamente Pilotado (SARP) categoria 1 (Tiriba Customizado) e três SARP categoria 0 junto à indústria nacional; aquisição de equipamentos de avaliação operacional para o Centro de Avaliação de Adestramento do Exército.

b) No projeto estratégico Astros 2020, foram recebidas as viaturas do sistema Astros, com suas plataformas, compartimentos, chassis, cabines, “shelters”, equipamentos eletromecânicos, equipamentos eletrônicos e componentes para seis viaturas Lançadoras Múltipla Universal, uma viatura Posto de Comando e Controle, uma viatura Remuniadora e uma viatura Posto Meteorológico.

c) No Projeto Defesa Antiaérea: aquisição de oito Centros de Operações de Artilharia Antiaérea; aquisição de cinco Radares de Busca Saber M60; aquisição de 19 Viaturas de 34 Ton; aquisição de sete conjuntos de material de comunicações de Seção AAAe; aquisição de 68 equipamentos rádio das viaturas de combate do sistema de AAAe Gepard, solução estabelecida para integração das viaturas adquiridas na Alemanha ao sistema de comunicações do Exército Brasileiro; aquisição de um conjunto de sistema de controle remoto dos rádios (KDU) para as viaturas de combate do sistema de AAAe Gepard, composto de 68 KDU e respectivos suportes; pacote de trabalho que visa a atender às atividades de gerenciamento do Projeto, que proporcionam a capacidade de coordenação, supervisão e fiscalização necessárias; estruturação de seis salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70; adequação das instalações para recebimento dos sistemas antiaéreos, inclusive com seus simuladores, na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; e transporte de contêineres de suprimento do Gepard.

d) No Projeto Guarani: continuação das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR; entrega de viaturas blindadas de transporte de pessoal média de rodas Guarani no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR; e elaboração dos projetos das obras de infraestrutura no 15º Batalhão Logístico em Cascavel/PR e no 34º Batalhão de Infantaria Motorizado em Foz do Iguaçu/PR.

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Análise Situacional do Objetivo:

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foram criados pelo Governo Federal para fortalecer e concretizar uma política de integração nacional para a Amazônia Legal Brasileira. O sistema inclui a implantação e operação de infraestrutura adequada para a realização de ações nas áreas de telecomunicações, sensoriamento remoto, inteligência, meteorologia e cartografia no intuito de produzir conhecimento e informações que alimentem as políticas públicas voltadas para a região, tais como as de segurança, de proteção ao meio ambiente e educação ambiental, de inclusão digital, de distribuição de renda, de regularização fundiária, dentre outras.

Desde o início do PPA, o Censipam colocou à disposição da sociedade civil produtos e serviços avançados nas suas áreas de atuação. Esses produtos contribuíram para a integração da região e a geração de informações, principalmente no que tange a produção de boletins de previsão do tempo, prevenção a desastres ambientais e acesso a internet em regiões de difícil acesso, onde

empresas comerciais não fornecem tal serviço.

Por meio do programa de monitoramento de áreas especiais, o Censipam também realizou trabalho em regiões de fronteira, garimpos, áreas indígenas, e nas regiões com maiores índices históricos de desmatamento, com o objetivo de colaborar com órgão parceiros na prevenção e repressão de ilícitos. A equipe de inteligência do Órgão também teve papel fundamental no combate a outros ilícitos, emitindo relatórios e demais produtos de inteligência.

Já com o projeto Cartografia da Amazônia, o Censipam gerou cartas que facilitam a navegabilidade dos rios da região, o estudo da densidade de floresta, o controle do desmatamento, o mapeamento de recursos minerais, e a pesquisa cartográfica e científica.

Todas as ações do Censipam são realizadas por equipe técnica própria, que busca manter os contratos de fornecimento e o parque de equipamentos de comunicações e de TI atualizado e em operação.

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Análise Situacional do Objetivo:

No início do 2º semestre finalizou-se a operação de segurança da Copa do Mundo, com forte envolvimento das Forças Armadas no vetor “Defesa”, que foi realizado nas ações de comando e controle, defesa química, radiológica, biológica e nuclear, segurança e defesa cibernética, defesa aeroespacial e controle do espaço aéreo, prevenção e combate contraterrorismo, defesa aérea marítima e fluvial, defesa de estruturas estratégicas, emprego de meios aéreos (helicópteros), fiscalização de explosivos e preparo e emprego da Força de Contingência. Todo o evento ocorreu dentro da normalidade dentro destes vetores de atuação.

A Operação Amazônia 2014, realizada no período de 10 a 21 de outubro, foi a principal atividade do segundo semestre de 2014, permitindo a ampliação da capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta, compreendendo o adestramento na defesa da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais, relativos à Amazônia.

Esta Operação abrangeu áreas terrestres, fluviais, marítimas e o espaço aéreo sob jurisdição e de interesse nacional. A situação hipotética enfocada pela Operação contemplou uma situação de crise entre Estados oponentes que evoluiu para um conflito armado, e os objetivos de adestramento propostos foram plenamente alcançados. Este tipo de operação continua sendo um grande laboratório para o aperfeiçoamento da Doutrina de Operações Conjuntas.

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Análise Situacional do Objetivo:

Em 2014 o Exército deu continuidade na capacitação, adestramento e prontidão logística, aperfeiçoamento das estruturas dos sistemas de ensino, de adestramento e de prontidão logística, capacitando e adestrando seu pessoal, com a finalidade de elevar a sua capacidade operacional.

No período, foram realizadas a melhoria da infraestrutura escolar de apoio aos discentes em capacitação técnica e na aquisição de bens, materiais de consumo e na prestação de serviços, visando atender a preparação e a execução das atividades de ensino em diversas escolas distribuídas

pelo território nacional. Além de atender o funcionamento dos diversos cursos de capacitação, os recursos atenderam, ainda, despesas com a implementação de atividades diretamente envolvidas com as práticas educacionais, visando a permitir melhor coordenação e controle por parte dos estabelecimentos de ensino.

No ano de 2014, foram realizadas a formação e capacitação de recursos humanos para o atendimento de cargos e funções do Exército; o desenvolvimento da educação preparatória e assistencial durante a formação de novos oficiais e sargentos; a preservação do patrimônio histórico e cultural da Força; o fomento em pesquisas nas áreas de educação nas escolas de formação (Academia Militar das Agulhas Negras/Resende-RJ e no Instituto Militar de Engenharia/Rio de Janeiro-RJ), de aperfeiçoamento de Oficiais (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais/Rio de Janeiro-RJ), de pós-graduação, mestrado e doutorado (na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-RJ) e de capacitação física dos militares (no Centro de Capacitação Física do Exército/Rio de Janeiro-RJ); o desenvolvimento dos desportos; o fomento nas áreas de doutrina e pessoal; e o cumprimento das fases de instrução previstas para o período, formando e qualificando os militares incorporados em março, conforme planejamento do comando de operações terrestres, garantindo, assim, a capacidade de prontidão do Exército.

No campo da prontidão logística a criação, ativação e organização dos 3º e 9º Grupamentos Logísticos e a adequação de organizações militares que exercem as funções logísticas, dentro do projeto Nova Logística Militar Terrestre, contribuíram para que os materiais e serviços adquiridos provessem e atendessem as atividades de instruções, adestramento e emprego da tropa.

No período, o Exército Brasileiro, ainda, qualificou o contingente incorporado, bem como executou os diversos exercícios previstos nos períodos de adestramento básico e avançado, atuando em ações na garantia da lei e da ordem para a preservação da ordem pública, nos Estado da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, a fim de contribuir para o restabelecimento da paz social nessas regiões (Operação Ilhéus, Operação Bahia 2, Operação Pernambuco e Operação São Francisco no Complexo da Maré e Eleições 2014), além da mobilização para o emprego nas cidades sedes durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Ainda manteve em constante preparação uma força de valor batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia, enquanto que uma tropa de mesmo valor é empregada em missão de manutenção da paz no Haiti. Além disso, o Exército mantém militares cumprindo missões de paz, de caráter individual, em dez países.

Foi dado, ainda, prosseguimento nas obras de adequações e de construções para a implantação dos batalhões de polícia do Exército em Salvador-BA, em Manaus-AM e no Rio de Janeiro-RJ.

Os recursos destinados ao preparo da Força Terrestre atenderam parcialmente as iniciativas para acompanhar os centros de instrução e de manutenção da infraestrutura de apoio à instrução militar.

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Análise Situacional do Objetivo:

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) busca promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas no que se refere à logística e à mobilização. Nesse escopo, as principais atividades desenvolvidas pelo EMCFA, em 2014, foram: realização de exercícios e adestramentos contínuos do Sistema Nacional de Mobilização; apoio à formação e qualificação de militares das escolas de Estado-Maior das Forças Armadas, em temas ligados à

logística e à mobilização nacional; organização de palestras e eventos ligados ao incremento da interoperabilidade entre as Forças e o Ministério da Defesa, dentre os quais ocorreram o Seminário de Mobilização Nacional e as VI e VII Jornadas de Interoperabilidade Logística; realização de estudos de campo acerca dos sistemas, da estrutura, da doutrina e da articulação da logística e da mobilização; e participação em eventos relativos aos planejamentos de emprego conjunto das Forças Armadas e seus respectivos exercícios e no Seminário Sul-americano de Mobilização do Conselho de Defesa da União das Nações Sul- americanas.

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Análise Situacional do Objetivo:

O objetivo será alcançado por um conjunto de iniciativas relacionadas à: implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e de comando e controle; e a pesquisa e desenvolvimento de sistemas, equipamentos e materiais destinados ao uso civil e militar.

Em 2014, foi dado prosseguimento na ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios, cujas atividades foram iniciadas em 2013.

Nesse período, as principais realizações foram: aprimoramento do sistema logístico do material de comunicações e de guerra eletrônica, permitindo agilidade no retorno do equipamento à cadeia de suprimento; prosseguimento de projetos de implantação, reestruturação e expansão de redes metropolitanas, ampliando a capilaridade da intranet do Exército, denominada EBNet (uma rede integrada de comunicação de voz, dados e imagens); aquisição de materiais e contratação de serviços destinados a execução dos projetos relacionados aos sistemas corporativos e sistemas regionais do Exército, em especial, o Sistema Estratégico de Comunicações; da provisão e manutenção de equipamentos de comunicações nos principais comandos operacionais do Exército; manutenção do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (SIMAGEx), apoiando as atividades de inteligência; elaboração de produtos cartográficos para o Estado da Bahia; desenvolvimento evolutivo do Sistema Pacificador em apoio às ações de defesa para a Copa do Mundo FIFA 2014; desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento do Campo de Batalha (GCB) para a família de blindados Guarani; apoio à integração do sistema de Comando e Controle da Força terrestre Terrestre com o sistema de simulação construtiva do Comando de Operações Terrestres; desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); confecção do plano diretor do projeto Pólo de Ciência e Tecnologia de Guaratiba, do projeto básico do novo Instituto Militar de Engenharia e o projeto de transformação do Centro Tecnologia do Exército em novo Instituto Militar de Engenharia. Na área de pesquisa e desenvolvimento, continuidade dos trabalhos da torre operada remotamente e estabilizada para canhão 30 mm; do projeto Rádio Definido por Software; do radar de vigilância terrestre Sentir M20; do projeto Aurora; do projeto SARP Categoria 1; Finalização da avaliação do lote-piloto da arma leve anticarro e da apreciação do monóculo de imagem térmica OLHAR VDN-X1; apoio à avaliação do protótipo VLEGA Gaúcho; desenvolvimento das atividades dos projetos “munição 120 mm pré-raiada com propulsão adicional”, “míssil superfície-superfície 1.2 anticarro” e “desenvolvimento de tecnologia para as pilhas térmicas híbridas de 3ª geração”.

A manutenção e o investimento em máquinas, equipamentos e instalações voltados para fabricação de produtos de defesa (Prode) vem reduzindo a defasagem tecnológica existente nos arsenais de guerra. Essas realizações possibilitaram elevar o nível de emprego operacional existente, devido a produção de diversos itens de Prode, e a manutenção do capital intelectual dentro das unidades fabris do Exército Brasileiro.

O Objetivo também contribui para o aprimoramento da capacidade nacional no campo

da ciência e tecnologia, principalmente pela capacitação de engenheiros; e o aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao pronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

A atuação nesse Objetivo gerou impactos em outras políticas públicas, dado que a adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército contribuiu para incentivar a indústria nacional de defesa, gerando empregos e renda, indo ao encontro de outras políticas do Governo Federal de buscar aumento do número de postos de trabalho e o desenvolvimento da indústria nacional.

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Análise Situacional do Objetivo:

Em 2014, procurou-se dar continuidade às atividades de intercâmbio e cooperação internacional na área de defesa por meio da realização de 10 reuniões bilaterais com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse da política externa brasileira, tais como: África do Sul, Angola, Argentina, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana, Peru e Turquia.

Tal quantitativo, associado às 22 reuniões já realizadas nos anos 2012 e 2013, constituem o alcance da meta de 32 reuniões bilaterais. Como fator contribuinte para tal, destaca-se os arranjos de gestão levados a efeito desde o primeiro ano do PPA, tais como, o agendamento de reuniões com a necessária antecedência visando à otimização do emprego dos recursos, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior e o incremento da realização de eventos no País.

Ainda ao longo de 2014, procurou-se desenvolver atividades de cooperação internacional inseridas no âmbito do interesse do Ministério da Defesa (MD), no sentido de buscar o fortalecimento das relações bilaterais e suprir eventuais carências apresentadas pelas Forças Armadas dos seguintes países amigos: Bolívia, Guiana, Moçambique e Suriname.

Com respeito à participação do MD em fóruns internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e de defesa, cabe destacar a presença de representantes nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a saber: III Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica, em Moçambique, XXVIII Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, XVI Reunião de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas, VI Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional e XV Reunião de Ministros da Defesa Nacional, estas últimas realizadas em Portugal. Adicionalmente, merece destaque a participação brasileira na XI Conferência de Ministros de Defesa das Américas, no Peru.

No intuito de fortalecer parcerias regionais, cabe mencionar as reuniões promovidas pelo Conselho de Defesa Sul-americano em 2014, destacando-se as IX, X e XI Reuniões da Instância Executiva e V, VI e VII Reuniões Ordinárias do Conselho de Defesa Sul-americano. Também é relevante o papel protagonista do MD nos trabalhos relacionados às 25 Iniciativas do Plano de Ação 2014, especialmente na coordenação e realização de 7 atividades sob a responsabilidade direta do Brasil, assim como na presença de representantes do MD e dos Comandos das Forças em seminários, cursos, grupos de trabalho e workshops, notadamente nos setores de política de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, operações de paz, formação e capacitação e indústria de defesa.

Ademais, é importante registrar a implantação das Adidâncias de Defesa em Cabo Verde, Etiópia, Indonésia, Líbano, República da Coreia e Senegal, de modo a ampliar a participação

brasileira na área de defesa e contribuir para a projeção do Estado brasileiro junto àqueles países.

Por fim, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento em 2014, em função dos arranjos de gestão mencionados anteriormente.

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Análise Situacional do Objetivo:

A Estratégia Nacional de Defesa contempla o contínuo reaparelhamento das Forças e desta forma o Comando da Aeronáutica formulou estratégias organizacionais no qual busca a inserção da organização no ambiente em que atua. Estas estratégias estão descritas no Plano Estratégico do Comando da Aeronáutica (PEMAER).

O PEMAER tem por finalidade construir e manter capacidade militar para compor o esforço da Defesa Nacional e resulta em configurações de forças militares aptas para o emprego. Para tanto, busca a modernização administrativa, o aprimoramento gerencial e a adequação a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea, visando atender os cenários traçados.

Ao longo dos anos de 2012 e 2013, a fim de adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira diversas obras foram concluídas e novas obras foram iniciadas para modernizar e renovar sua infraestrutura, para alojar e guarnecer as suas equipagens, capacitar o efetivo, garantir o desenvolvimento da tecnologia de uso aeroespacial e defender o espaço aéreo.

Em 2014, as ações orçamentárias receberam recursos menores e o COMAER para enfrentar este óbice priorizou obras de menor valor e maior impacto de acordo com a sua importância para o COMAER.

Foi possível atender com as obras de construção e adequação de instalações do Comando da Aeronáutica as áreas de ciência e tecnologia, infraestrutura na área de ensino, comando e assessoramento, apoio logístico, apoio à gestão de recursos humanos e infraestrutura na área de operações aéreas.

As metas que buscam o alcance do objetivo 0971, propiciaram e continuam propiciando resultados intermediários como a geração de empregos nas regiões em que ocorrem/ocorreram. O principal fator que dificultou o alcance das metas foi a readequação a disponibilidade orçamentária, o que causou a sua reprogramação e o adiamento de obras para o ano de 2015.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Neste item serão abordadas informações sobre os projetos prioritários do Ministério da Defesa.

5.3.1 PROSUB

5.3.1.1 Descrição do Projeto

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB), firmado no final de 2008 como parte do Acordo Estratégico Brasil-França, prevê a construção de quatro submarinos convencionais, um submarino de propulsão nuclear, um Estaleiro e uma Base Naval, em Itaguaí (RJ). O Programa está dividido nos seguintes subprojetos:

a) Implantar a Infraestrutura para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares. Este subprojeto é composto pelas seguintes metas estratégicas:

- absorção dos conceitos para o projeto do Estaleiro e Base Naval para submarinos com propulsão nuclear;
- construção de um Estaleiro Naval e de uma Base Naval;
- nacionalização de sistemas e equipamentos do Estaleiro Naval e Base Naval; e
- construção/aquisição de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) e infraestrutura de apoio.

b) Dotar a MB de um submarino com propulsão nuclear, de projeto brasileiro, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país. Este subprojeto é composto pelas seguintes metas estratégicas:

- capacitação em projeto e construção do submarino com propulsão nuclear (SN-BR);
- obtenção da Plataforma do Submarino com Propulsão Nuclear;
- construção da Propulsão Nuclear;
- independência e autonomia para manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema de combate do (SN-BR); e
- nacionalização de materiais, equipamentos e sistemas do SN-BR.

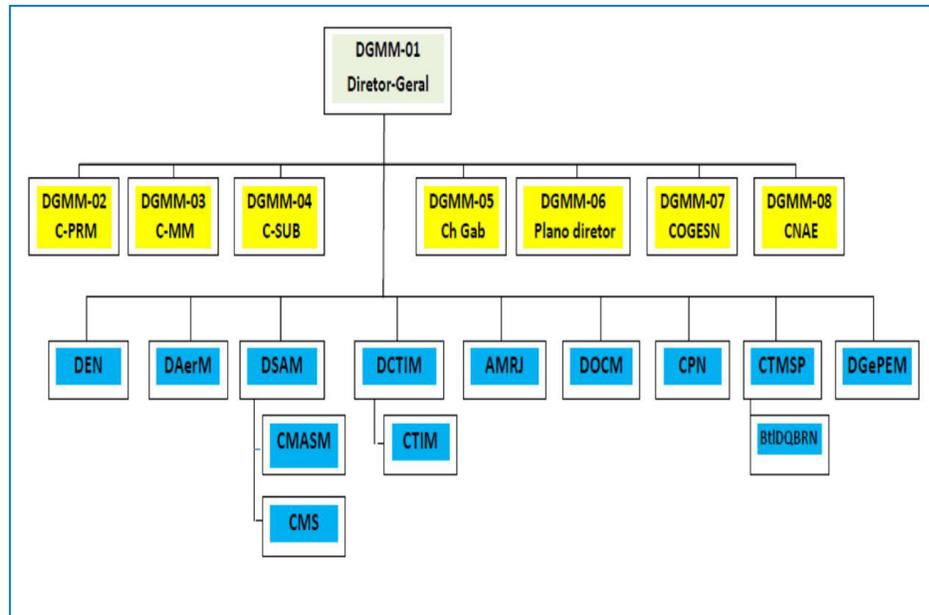
c) Dotar a MB de mais submarinos convencionais de projeto francês, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país. Este subprojeto é composto pelas seguintes metas estratégicas:

- obtenção de quatro Submarinos de propulsão convencional, que inclui o projeto de detalhamento da seção intermediária e construção dos submarinos (S-BR);
- obtenção de torpedos e equipamentos de contramedidas para S-BR;
- nacionalização de materiais, equipamentos e sistemas dos S-BR; e
- independência e autonomia para a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema de combate dos S-BR.

Tal finalidade corrobora a missão da Marinha, haja vista que contribui com a tarefa de preparar o Poder Naval com o fito precípua de contribuir para a defesa da Pátria.

5.3.1.2 Organograma Funcional

Figura 5 – Organograma funcional referente ao Projeto PROSUB



5.3.1.3 Grupos de interesse

O elenco que compõe o Grupo de Interesse do PROSUB é bastante extenso e pode ser apresentado sob diferentes formas de agrupamento. Essa listagem tem componentes subjetivos, é extremamente dinâmica e é progressivamente atualizada e complementada com contribuições de outros envolvidos no PROSUB. A seguir estão apresentadas as listas básicas dos integrantes de cada bloco:

a) Subcontratados e Consultores

- GEMPRO - Projeto conceitual do Complexo Nuclear;
- NUCLEP - Fabricação e fornecimento de seções e estruturas resistentes para 04 submarinos S-BR;
- MECTRON - Software do Sistema de Gerenciamento da Plataforma (IPMS);
- EXIDE TECHNOLOGIES DO BRASIL - Fabricação de Baterias para os SBR's;
- FUNDAÇÃO EZUTE - Projeto de Engenharia e Integração do Sistema de Combate para os SBR's;
- ATECH - Produção dos Consoles Multifunção do Sistema de Combate para os SBR's;
- SCHNEIDER DO BRASIL - Produção dos Quadros elétricos principais para os SBR's;
- MTU DO BRASIL LTDA - Fabricação e Montagem dos Motores diesel para os SBR's;
- RONDOPAR - Produção das baterias dos submarinos; desenvolvimento das ligas e fabricação de tubos de cupro-níquel para trocadores de calor e cobre para tubos de emprego geral no submarino pela empresa;
- TERMOMECÂNICA - Sistema de monitoramento de baterias;
- DATAPOOL - Projetos como a produção dos consoles para o sistema de combate;
- ADELCO - Gabinetes do quadro elétrico principal;
- HOWDEN - Espelhos e chicanas para os trocadores de calor;
- CECAL - Cabeçotes dos motores diesel;
- CILGASTECH - Elipses de tanques;
- BARDELLA - Proteção anti-corrosão; e
- SACOR - Motores elétricos.

b) Organizações Relacionadas à Área Nuclear

- CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- CTA - Centro Técnico Aeroespacial;
- CTMSP - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo;
- GENPRO - GENPRO Engenharia;
- IBQN - Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear;
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas;
- LABGENE - Planta Piloto do Reator Nuclear;
- NUCLEN - Eletronuclear;
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina;
- UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas;
- USEXA - Usina de Conversão de Gás de Urânio; e
- USP - Universidade de São Paulo.

c) Governos Municipais, Estaduais, Federal, Órgãos Fiscalizadores e Regulatórios e Governos Estrangeiros

- Prefeitura de Itaguaí;
- Câmara de Vereadores de Itaguaí;
- INEA - Instituto Estadual do Meio Ambiente;
- Casa Civil;
- Senado Federal;
- Câmara do Deputados;
- Ministério da Defesa;
- Secretaria de Produtos da Defesa;
- Comando da Aeronáutica;
- Comando do Exército;
- Comando da Marinha;
- AMAZUL - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.;
- EMGEPON - Empresa Gerencial de Projetos Navais;
- Ministério da Fazenda;
- PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- STN - Secretaria do Tesouro Nacional;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- COFIEEX - Comissão de Financiamentos Externos;
- SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais;
- MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos;
- MRE - Ministério das Relações Exteriores;
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior;
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- TCU - Tribunal de Contas da União;
- Autoridades Portuárias;
- Secretaria da Receita Federal;
- Secretaria da Polícia Federal;
- INEA - Instituto Estadual do Ambiente;
- CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- Ministère de La Défense; e

- DGA - Direction Générale de l'Armement.

d) Comunidade Internacional

- ALALC - Associação Latino-Americana de Livre-Comércio;
- Comunidade Europeia;
- Mercosul - Mercado Comum do Sul;
- OEA - Organização dos Estados Americanos;
- ONU - Organização das Nações Unidas; e
- CCI - Câmara de Comércio de Paris.

e) Entidades Financeiras e Seguradoras

- BCB - Banco Central do Brasil;
- BNP Paribas;
- FINEP - Agência Brasileira da Inovação;
- COFACE - Compagnie Française d'Assurance et Crédit à l'Exportation; e
- Fator Seguradora.

f) Organizações Não Governamentais

- ABINDE - Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança;
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil;
- Instituto de Engenharia;
- CREA-RJ - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro;
- Sindicato da Construção Pesada de Nova Iguaçu;
- GreenPeace; e
- Projeto Boto Cinza.

g) Comunidades Locais

- Comunidade Ilha da Madeira;
- APAIM - Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira;
- APLIM - Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira;
- Familiares dos Envolvidos no Empreendimento; e
- Moradores Próximos.

h) Empreendimentos Próximos

- Porto de Itaguaí; e
- LLX Porto Sudeste - Terminal de Exportação de Minério de Ferro.

5.3.1.4 Valor global estimado

Quadro A.5.3.1.4.1 – Valor Global estimado do Programa PROSUB

Valor Global			Em milhões de R\$
Ação de Governo	Subprojetos	Valor Estimado Inicial	Valor Estimado Atual
123G	Implantação do Estaleiro e da Base Naval para construção e manutenção de Submarinos	R\$ 4.998,00	R\$ 11.692,11
123H	Construção do Submarino de Propulsão Nuclear	R\$ 5.409,60	R\$ 8.913,03
123I	Construção de Submarinos Convencionais.	R\$ 8.327,20	R\$ 10.543,83

5.3.1.5 Fontes de financiamento

O PROSUB é custeado com recursos do Tesouro Nacional e da FR 149 (financiamento externo), simultaneamente. O quadro abaixo demonstra os valores acordados no Contrato de Financiamento Externo:

Quadro A.5.3.1.5.1 – Fontes de Financiamento do Programa PROSUB

Fontes de Financiamento		Em milhões	Órgão Financiador
Ação de Governo	Subprojetos	Financiamento Externo	
123G	Implantação do Estaleiro e da Base Naval para construção e manutenção de Submarinos	EUR 46,75*	BNP-PARIBAS
123H	Construção do Submarino de Propulsão Nuclear	EUR 1.878,99	
123I	Construção de Submarinos Convencionais.	EUR 2.298,17	

* Refere-se ao contrato de transferência de tecnologia para projeto e construção da infraestrutura industrial.

5.3.1.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Quadro A.5.3.1.6.1 – Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Programa PROSUB

Valores Empenhados e Liquidados em milhões				
Subprojetos	Ano	Empenhado	Liquidado	Pago
Implantação do Estaleiro e da Base Naval para construção e manutenção de Submarinos	2012	R\$ 1.222,34	R\$ 1.192,14	R\$ 1.190,55
	2013	R\$ 1.365,93	R\$ 1.316,90	R\$ 952,88
	2014	R\$ 1.251,14	R\$ 1.278,43	R\$ 1.540,45
Construção do Submarino de Propulsão Nuclear	2012	R\$ 186,58	R\$ 179,49	R\$ 179,29
	2013	R\$ 221,88	R\$ 84,68	R\$ 74,40
	2014	R\$ 451,64	R\$ 297,41	R\$ 329,66
Construção de Submarinos Convencionais.	2012	R\$ 635,25	R\$ 859,54	R\$ 646,57
	2013	R\$ 762,17	R\$ 642,54	R\$ 539,11
	2014	R\$ 342,17	R\$ 540,53	R\$ 891,94

5.3.1.7 Acordos de compensação

Contrato de OFFSET prevê a realização de 21 compensações para a Marinha do Brasil (MB), para o desenvolvimento da indústria nacional e geração de empregos. O objeto do contrato é regular as obrigações da DCNS para compensar a MB e a República Federativa do Brasil pelas importações realizadas em decorrência do Contrato Principal, em especial aquelas previstas no Contrato de Compra e Venda do Pacote de Materiais Importados S-BR, Contrato de Compra e Venda do Pacote de Materiais Importados SN-BR, Contrato de Transferência de Tecnologia, Contrato de Administração, Planejamento e Coordenação do Objeto Precípua e Contrato de Compra e Venda de Torpedos, tudo conforme o Contrato Principal e demais Documentos Contratuais, nos termos do Contrato, conforme quadro a seguir:

Quadro A.5.3.1.7.1 – Situação do Contrato de Offset do Programa PROSUB, em 31/12/2014

OFFSET	Situação	Realização/Previsão de realização
OFFSET 4 - Projeto Detalhado da Seção Intermediária do SB-R	Concluído	Encerrado em NOV/2014
OFFSET 7 - Criação da Sociedade de Propósito Específico (SPE)	Concluído	Encerrado em JUL/2010
OFFSET 8 - Treinamento de EMC/EMI	Concluído	Encerrado em MAR/2012
OFFSET 12 - Treinamento de Manutenção do IPMS	Concluído	Encerrado em NOV/2014
OFFSET 1 - Taxa de Licença Relacionada à Construção dos quatro S-BR	Em execução	JUN/2010 a JAN/2022
OFFSET 2 - Taxa de Licença Relacionada à Construção da Base Naval e do Estaleiro	Em execução	SET/2009 a DEZ/2016
OFFSET 3 - Programa de Nacionalização do S-BR e do SN-BR	Em execução	MAR/2010 a MAR/2025
OFFSET 5 - Capacitação em Engenharia de Apoio Logístico dos Submarinos	Em execução	JUN/2012 a FEV/2015
OFFSET 6 - Projeto do SN-BR	Em execução	AGO/2010 a OUT/2018
OFFSET 9 - Treinamento de Manutenção do Sistema de Combate	Em execução	AGO/2010 a MAR/2015
OFFSET 10 - Engenharia do Sistema de Combate, Integração, Manutenção e Apoio	Em execução	AGO/2010 a JUL/2025
OFFSET 11 - Treinamento de Manutenção do Sonar	Em execução	AGO/2010 a ABR/2014
OFFSET 14 - Treinamento de Manutenção do Motor Elétrico da Propulsão	Em execução	MAR/2015 a MAR/2016
OFFSET 15 - Raia Acústica Móvel	Em execução	Até NOV/2015
OFFSET 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo	Em execução	MAR/2010 a SET/2015
OFFSET 17 - Apoio a Estudos de Hidrodinâmica	Em execução	OUT/2012 a OUT/2014
OFFSET 18 - Análise do Projeto do Módulo de Propulsão do SN-BR Desenvolvido pela MB	Em execução	FEV/2010 a DEZ/2014
OFFSET 19 - AMRJ Modernização	Em execução	Até JUN/2016
OFFSET 20 - IPMS Desenvolvimento, Integração, Manutenção e Apoio	Em execução	JAN/2013 a MAI/2021
OFFSET 21 - Projeto Preliminar de Laboratório	Em execução	FEV/2011 a OUT/2012*
OFFSET 13 - Treinamento do Quadro Elétrico Principal	Não iniciado	MAR/2017 a SET/2018

* OFFSET 21 - A DCNS entregou o Projeto Preliminar de Laboratórios de apoio ao projeto do SN-BR, em OUT/2012. Como não houve a aprovação do projeto pela MB (COGESN) o período deverá ser estendido até DEZ/2014.

Quadro A.5.3.1.7.2 – Compensações do Contrato de Offset do Programa PROSUB, em 31/12/2014

OFFSET	Valor em M€
Nº 7 - Criação da SPE (Sociedade de Propósito Específico)	193,7
Nº 8 - Treinamento de Compatibilidade e Interferência Eletromagnética	0,4
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Curto Prazo	0,72
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Longo Prazo	1,11
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Longo Prazo	1,11

Nº 18 - Análise do projeto do módulo de propulsão do SN-BR desenvolvido pela MB	3,95
Nº 18 - Análise do projeto do módulo de propulsão do SN-BR desenvolvido pela MB	4,85
Nº 19 - Modernização do AMRJ	0,6
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Longo Prazo	1,11
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Longo Prazo	1,11
Nº 18 - Análise do projeto do módulo de propulsão do SN-BR desenvolvido pela MB	4,4
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Longo Prazo	1,11
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Longo Prazo	1,11
Nº 17 - Apoio a Estudos de Hidrodinâmica	14,6
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Longo Prazo	0,9
Nº 17 - Apoio a Estudos de Hidrodinâmica	7,3
Nº 19 - Modernização do AMRJ	0,6
Nº 4 - Projeto Detalhado da Seção Intermediária do SB-R	37,5
Nº 12 - Treinamento de Manutenção do IPMS	2
Nº 16 - Assistência Técnica para o NAe São Paulo - Longo Prazo	0,9
Valor Total Compensado	279,08
Saldo a Compensar	4.066,09
Valor Total de Compensação	4.345,17

Até o presente momento, além dos *Offsets* nº 4, 7, 8 e 12, já encerrados e totalmente compensados (valor de M€ 233.6), as Operações nº 16 (Assistência Técnica para o NAe São Paulo), 17 (Apoio a Estudos de Hidrodinâmica), 18 (Análise do projeto do módulo de propulsão do SN-BR desenvolvido pela MB) e 19 (AMRJ Modernização) encontram-se parcialmente compensadas, com créditos concedidos de respectivamente, € 9,18 milhões, € 21,9 milhões, € 13,2 milhões e € 1,2 milhões.

Portanto, do valor total de € 4.345,17 milhões previstos para as transações de compensação, € 279,08 milhões foram aprovados, representando uma execução parcial de 6,42% do total previsto.

Outro aspecto importante alusivo à gestão do PROSUB trata-se do Programa de Nacionalização dos S-BR que prevê a fabricação de equipamentos empregados nos submarinos por empresas brasileiras subcontratadas ou parceiras da DCNS, tendo como metas: promover a nacionalização de itens, equipamentos e sistemas para submarinos, com alto teor tecnológico e com aplicação em outros setores industriais; e capacitar as empresas nacionais para se tornarem fornecedoras independentes, para futuros projetos.

O Programa de Nacionalização dos S-BR é composto de 104 projetos, dos quais inclui: a fabricação de sistemas, equipamentos e componentes; o treinamento para o desenvolvimento e a integração de softwares específicos de importantes sistemas; e o suporte técnico para as empresas brasileiras durante a fabricação dos componentes e equipamentos. A nacionalização, no contexto do Programa de Submarinos Convencionais-S-BR, é um processo evolutivo e progressivo que foi iniciado em 2010 e deverá estar concluído em 2021.

No Programa de Nacionalização as indústrias brasileiras deverão ser beneficiadas pela aplicação de um montante de cem milhões de euros para a produção de itens, equipamentos e

sistemas para os submarinos, atendendo aos requisitos técnicos de projeto definidos pela DCNS (empresa que é a autoridade de projeto do submarino). No entanto, a MB supervisiona todo o processo de seleção das empresas nacionais, sendo responsável pela aprovação de cada projeto de nacionalização, os quais devem estar conforme os requisitos técnicos estabelecidos em contrato entre a Marinha e a DCNS.

A transferência de tecnologia e conhecimento também ocorre no Programa de Nacionalização. Para tal, pode-se citar alguns resultados já alcançados tais como: o desenvolvimento de módulos de software para o projeto de engenharia e integração do sistema de combate pela Fundação Ezute (São Paulo - SP) e para o projeto do sistema de gerenciamento integrado da plataforma pela empresa Mectron (São José dos Campos - SP); está sendo feita transferência de tecnologia da empresa Exide - Alemanha para a empresa Rondopar (Londrina - PR) visando a produção das baterias dos submarinos; desenvolvimento das ligas e fabricação de tubos de cupro-níquel para trocadores de calor e cobre para tubos de emprego geral no submarino pela empresa Termo mecânica (São Bernardo do Campo - SP); sistema de monitoramento de baterias pela empresa Datapool (Itajubá - MG). Destacam-se ainda projetos como a produção dos consoles para o sistema de combate pela empresa Atech (São Paulo - SP), conversores estáticos, gabinetes do quadro elétrico secundário, módulos de carga e transformadores pela Adelco (Barueri - SP), gabinetes do quadro elétrico principal pela Schneider (Sumaré - SP), mancal de escora pela Zollern (Cataguases - MG) e, em parceria com a UNESP (Universidade Estadual Paulista - Ilha Solteira), o desenvolvimento de equipamento de teste para os mancais, ventiladores pela empresa Howden (Itatiba - SP), espelhos e chicanas para os trocadores de calor pela Cecal (Lorena - SP), cabeçotes dos motores diesel pela MTU do Brasil (São Paulo - SP), acumuladores hidráulicos pela Cilgastech (Sumaré - SP), elipses de tanques pela Bardella (São Bernardo do Campo - SP), proteção anti-corrosão pela Sacor (Rio de Janeiro - RJ) e motores elétricos pela WEG (Jaraguá do Sul - SC). Estão em fase de contratação a produção das válvulas de casco, geradores, bombas hidráulicas de água doce e salgada, compressores de ar e cabos elétricos.

No que tange a qualificação de pessoal através do Programa de Nacionalização, além do treinamento de engenheiros e técnicos da Marinha, as empresas brasileiras também receberam ou irão receber treinamento e qualificação, seja da própria DCNS ou de seus parceiros europeus. Além disso, podemos ressaltar como benefícios para o Brasil advindos dos demais contratos de OFFSET do PROSUB, a transferência de tecnologia de construção e montagem de um novo estaleiro com a entrega da UFEM e aprovação do Projeto Básico do Estaleiro e da Base Naval; o recebimento de uma Raia Acústica Móvel que tem a finalidade de medir o ruído irradiado pelos submarinos e navios de superfície; e transferência de tecnologia para construção e operação de laboratórios que permitirão a Marinha validar aspectos técnicos específicos do submarino com propulsão nuclear; transferência de tecnologia e conhecimento para a capacitação de engenheiros e operários que permitirá a confecção do projeto e a construção do submarino com propulsão nuclear; e a transferência de conhecimento relacionado aos estudos de hidrodinâmica e de propulsão do Submarino com propulsão nuclear.

5.3.1.8 Estrutura de gestão e controle

A COGESN, subordinada direta da DGMM, é a unidade responsável pela gestão do PROSUB, que compreende a adequada execução dos recursos financeiros alocados ao Programa, respeitando a estrutura de empreendimentos modulares estabelecida, as unidades responsáveis foram divididas da seguinte forma:

Quadro A.5.3.1.8.1 – Estrutura de gestão e controle do Programa PROSUB

Projetos	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
----------	-----------	---------------------	--------------------------

Construção da UFEM, do Estaleiro e da Base Naval	Controle logístico, controle orçamentário, controle do cronograma físico-financeiro e fiscalização das obras.	Entrega da UFEM, do Estaleiro e da Base Naval	GEM 18
Obtenção dos Submarinos Convencionais	Controle logístico, controle orçamentário, controle do cronograma físico-financeiro e fiscalização da construção.	Entrega dos 4 submarinos convencionais.	GEM 20
Obtenção do Submarino com Propulsão Nuclear	Controle logístico, controle orçamentário, controle do cronograma físico-financeiro e fiscalização da construção.	Entrega do submarino com propulsão nuclear.	GEM 19
Programa de Nacionalização	Qualificar empresas brasileiras para participar do projeto.	Fomentar empresas brasileiras a suprir a necessidade de sobressalentes dos submarinos.	GEM 20

5.3.1.9 Diagnósticos acerca da performance

O andamento da execução física das referidas Ações Internas estão compatíveis com o planejamento das metas para a conclusão das obras de construção do Estaleiro e da Base Naval e com o andamento dos demais Empreendimentos Modulares relativos à construção dos submarinos de propulsão nuclear e convencional.

Até o presente momento, já foram concluídas as obras de construção da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), do Prédio Principal do Estaleiro de Construção (ESC) e dos Pátios de Manobra de Submarinos do ESC e do Estaleiro de Manutenção (ESM).

Encontram-se em andamento as seguintes obras: construção da Infraestrutura Marítima, Cais e Diques (incluindo as paredes diafragma das docas); do Estaleiro de Construção, com o avanço da construção civil e estrutura metálica dos demais prédios industriais e de apoio, instalação das tubulações subterrâneas destinadas a captação de águas pluviais e esgoto, instrumentação e conclusão da dragagem e início da cravação das estacas das fundações da plataforma do Shiplift; do Estaleiro de Manutenção, com a conclusão dos serviços de cravação das estacas e com o avanço da construção civil dos prédios industriais e de apoio; da Área Sul da Base Naval, com a conclusão da cravação, do arrasamento das estacas metálicas e da concretagem dos blocos das estacas metálicas e início da execução das cintas de fundação no Prédio do CIAMA; e da Área Norte da Base Naval, com a conclusão da execução dos serviços de drenagem do arruamento de acesso ao túnel e da cravação, escavação e arrasamento das estacas metálicas e concretagem das bases dos tanques de água da Central de Utilidades.

Encontram-se também em andamento os estudos visando à revisão do Projeto Conceitual do Complexo Radiológico, de forma a permitir a elaboração do Projeto Básico visando à obtenção do licenciamento nuclear junto à CNEN.

Tendo em vista a complexidade das obras envolvidas na construção do EBN, a qual envolve um processo de transferência de tecnologia pela empresa francesa Direction des Constructions Navales e Services (DCNS), para a elaboração dos projetos construtivos, os quais são elaborados em uníssono com fluxo de informações transmitidas por aquela Empresa, em consonância com termos celebrados no contrato nº 40000/2009-011/00 (Contrato 6), os projetos executivos estão sendo elaborados concomitantemente com a execução da obra. Tal fato acarreta a necessidade de elaboração de um elevado número de Termos Aditivos e menor celeridade no início de algumas obras.

O cronograma global de entregas é o seguinte:

Quadro A.5.3.1.9.1 – Cronograma global de entregas do Programa PROSUB

Estaleiro de Construção	Segundo Semestre de 2015
Área Sul da Base Naval	Primeiro Semestre de 2018

Estaleiro de Manutenção	Primeiro Semestre de 2018
Infraestrutura Marítima e Cais	Primeiro Semestre de 2019
Área Norte da Base Naval	Primeiro Semestre de 2021
Complexo Radiológico e Cais Licenciáveis	Segundo Semestre de 2023

Ademais, encontram-se em andamento os processos e estudos necessários à revisão do projeto conceitual e à elaboração do projeto básico do Complexo Radiológico, para obtenção do licenciamento nuclear (CNEN).

No que se refere à construção de submarino com propulsão nuclear não há qualquer ação concreta, pois o mesmo encontra-se em fase de projeto.

Em relação à construção de submarinos convencionais destacam-se algumas ações de recebimento de materiais do SBR1. Concluiu-se a fabricação de 50% das cavernas e foi iniciada a fabricação das chapas de casco do SBR2, além do começo da montagem da subseção 14. No que tange ao SBR1 foram fabricadas as subseções 5, 6 e 7 da seção 2A; união das subseções 5 e 6; fabricação dos tanques de lastro de ré do SBR1 e a fabricação de suportes e tubulações do SBR1 em andamento.

O saldo de Restos a Pagar em 2014 se refere, em sua maior parte, aos pagamentos do Contrato de Fabricação, Construção e Entrega à Marinha, de 4 (quatro) Submarinos Diesel Elétricos (S-BR) - Contrato 1B. Além deste, há valores de Restos a Pagar atrelados ao Contrato de Transferência de Tecnologia - Contrato 6.

Releva mencionar que não houve, por ocasião do encerramento do exercício financeiro, liberação de limite de pagamento para os marcos contratuais 1B.7, 5.10 e 6.8 já cumpridos, tendo sido estes inscritos em Restos a Pagar.

Além disso, relacionada à ação orçamentária 123G, há a necessidade de integralização do pagamento do complemento do *downpayment*, o que ocorreu parcialmente, em razão da insuficiência de recursos financeiros.

Há previsão para a liquidação referente a esses marcos, ainda no primeiro trimestre de 2015, caso haja a disponibilidade de recursos financeiros.

5.3.2 SisGAAz

5.3.2.1 Descrição do Projeto

O Programa Estratégico Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) é composto pelo desenvolvimento de um sistema de Vigilância e Monitoramento cuja missão é monitorar, de forma integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento, a fim de contribuir para o controle e a mobilidade estratégica, representadas pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, emergência, desastre ambiental, agressão ou ilegalidade. O monitoramento da área de cobertura do SisGAAz disponibilizará um conjunto de informações que servirão de insumos para a tomada de decisões e, quando aplicável, o estabelecimento de medidas de reação a uma ameaça ou a uma emergência identificada.

O Programa SisGAAz tem como propósito elevar:

- a) a eficiência do monitoramento do tráfego marítimo e fluvial;
- b) a eficiência do gerenciamento e controle das atividades e operações realizadas;
- c) as capacidades de integrar, compartilhar, analisar e apresentar as informações; e
- d) o provimento de um conjunto de funções para auxílio à decisão e para contribuição para o controle da ação.

O desenvolvimento do SisGAAz ocorrerá em 4 módulos, sendo cada um deles um subconjunto plenamente funcional do Sistema, restrito a uma região geográfica e com objetivos técnicos necessários para o pleno funcionamento desse módulo. Em síntese, cada módulo contemplará: o monitoramento de áreas marítimas e bacias fluviais específicas, sob responsabilidade dos Comandos Distritais; a colaboração com sistemas de outras agências (Ministério da Defesa (MD), Força Aérea Brasileira (FAB), Exército Brasileiro (EB) etc); e a integração e a operação de Centros Operacionais, de diversos níveis.

O SisGAAz será subdividido nos seguintes módulos:

a) Módulo 1 - Região que compreende as áreas marítimas sob a responsabilidade dos Comandos do 1º e 8º Distritos Navais (exceto áreas fluviais). Será desenvolvido integralmente o software ou programa de computador principal do SisGAAz, permitindo que todas as funcionalidades iniciais estejam disponíveis ao seu final. Isso exigirá o atendimento integral de todos os requisitos do Sistema Servidor;

b) Módulo 2 - Região que compreende as áreas marítimas sob a responsabilidade dos Comandos do 3º e 4º Distritos Navais (exceto áreas fluviais);

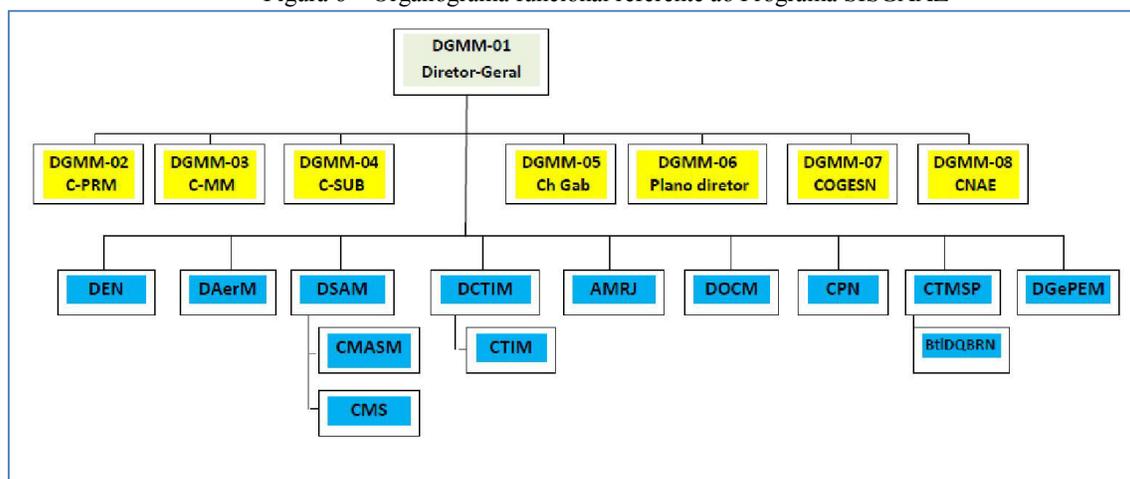
c) Módulo 3 - Será completado todo o espaço marítimo do litoral, cobrindo plenamente todos os portos e áreas de interesse; e

d) Módulo 4 - Atenderá as bacias fluviais do Amazonas, Paraguai, Tietê-Paraná e Araguaia-Tocantins, abrangendo o monitoramento de todas as Áreas de Vigilância do SisGAAz; a integração de todos os Sistemas Legados descritos no Documento de Consolidação da Arquitetura do Sistema (DCAS); e a integração de todos os Centros Operacionais dos diversos níveis.

O Programa SisGAAz é considerado e definido pela MB como um Sistema de Defesa (SD), estratégico para a defesa nacional, conforme previsto na Lei nº 12.598/12, cuja descontinuidade provocará prejuízo às atividades da MB e que envolverá os seguintes requisitos relacionados às informações críticas: disponibilidade, confiabilidade, segurança e confidencialidade.

5.3.2.2 Organograma funcional

Figura 6 – Organograma funcional referente ao Programa SISGAAZ



5.3.2.3 Grupos de interesse

O SisGAAz, em função de sua abrangência e de sua natureza essencialmente dual, acarretará benefícios que muito extrapolam o Comando da Marinha. A figura apresenta as diversas organizações governamentais que deverão ser envolvidas nesse Projeto.

Figura 7 – Grupos de interesse do Programa SisGAAz



5.3.2.4 Valor global estimado

O valor global estimado para o desenvolvimento do programa é de R\$ 14 bilhões, baseado em valores do Sistema Integrado do Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Os custos serão conhecidos após a abertura das propostas que contém o preço.

5.3.2.5 Fontes de financiamento

Não existe informação para este item, tendo em vista que o projeto ainda encontra-se em fase de avaliação das propostas para seleção da *Main Contractor*.

5.3.2.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Quadro A.5.3.2.6.1 – Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Programa SisGAAz

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	R\$ 19.233.375,36	R\$ 11.870.079,08	R\$ 11.870.079,08
2013	R\$ 8.901.578,39	R\$ 8.427.348,99	R\$ 8.427.348,99
2014	R\$ 7.079.571,60	R\$ 6.763.415,72	R\$ 6.760.449,90

5.3.2.7 Acordos de Compensação

Não existe informação para este item, tendo em vista que o projeto ainda encontra-se em fase de avaliação das propostas para seleção da *Main Contractor*.

5.3.2.8 Estrutura de gestão e controle

Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha (DGePEM).

5.3.2.9 Diagnósticos acerca da performance

O Programa SisGAAz, iniciado em 2011, está previsto para ser realizado em três Fases: Concepção, Contratação e Desenvolvimento. A Fase de Concepção foi concluída em 2013. Nela foi definida a Arquitetura de Alto Nível do Sistema. A Fase de Contratação foi iniciada em 2014, quando foi divulgada uma consulta ao mercado *Request for Proposal* (RFP) visando obter soluções em atendimento aos requisitos definidos na Fase de Concepção. Segundo o cronograma vigente, a seleção da melhor solução deverá ocorrer até OUT2016 e o contrato para o desenvolvimento do SisGAAz deverá ser assinado até MAR2017, quando terá início a Fase de Desenvolvimento desse Projeto. As metas estabelecidas para esse Projeto foram plenamente alcançadas.

5.3.3 AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS DE MULTITEMPREGO

5.3.3.1 Descrição do Projeto

O Projeto compreende a aquisição de 06 (seis) aeronaves HME S-70B *Seahawk*, realizada por meio de acordo entre os Governos do Brasil (através da Diretoria de Aeronáutica da Marinha) e dos Estados Unidos da América (através do *Foreign Military Sales*). O contrato prevê pacote de suporte Logístico até 2017.

Fabricadas pela *Sikorsky Aircraft Company*, as aeronaves são empregadas em proveito das Forças Navais, na “Amazônia Azul”, com a capacidade de realizar tarefas de detecção, localização, acompanhamento, identificação e ataques a alvos de superfície e submarinos, além de ações de busca e salvamento. Também chamado de MH-16, o helicóptero possui características estruturais e de projeto que lhe conferem maior robustez, resistência e confiabilidade, tais como: redundância dos sistemas de controle de voo e sistemas hidráulicos; e tolerância balística das pás do rotor principal para calibres de até 20mm. Seus equipamentos aviônicos e sensores são de última geração e podem ser armados com metralhadora lateral, torpedos antissubmarino e míssil anti-navio. Possuem novos sonares HELRAS (*Helicopter Long Range Active Sonar*); integração de novos rádios (*Rhode&Schwartz*); radar com inclusão de Modos AIS (*Automatic Identification System*) e ISAR (*Inverse Synthetic Aperture Radar*); segurança de vôo com *Cockpit Voice Recorder*; e, *Flight Data Recorder*.

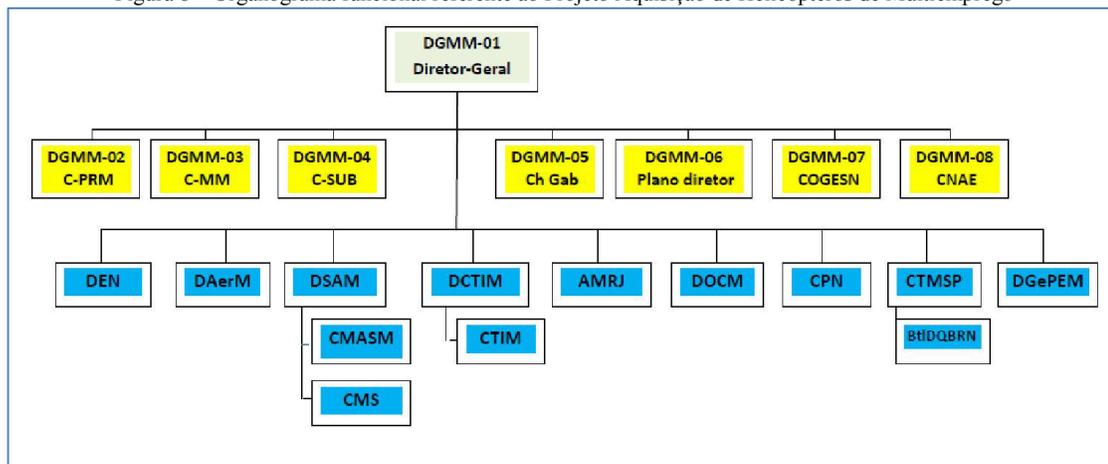
As aeronaves podem ser utilizadas nas seguintes configurações: Helicóptero Multi-Emprego (HME); Anti-Submarino (ASW); Anti-Superfície (ASuW); Busca e Salvamento (SAR); Evacuação Aeromédica (EVAM); Transporte de Pessoal; e, Transporte de Carga (VERTREP).

Foram entregues quatro aeronaves, que se encontram em plena operação no Primeiro Esquadrão de Helicópteros Anti-Submarino (HS- 1), situado na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro.

Como uma das etapas finais do projeto está prevista a aquisição de um simulador de treinamento para a aeronave MH-16, que contribuirá para a manutenção do adestramento dos pilotos e operadores dos seus diversos sistemas e sensores.

5.3.3.2 Organograma funcional, indicando o posicionamento de cada Unidade Gestora na execução do Projeto/Subprojeto.

Figura 8 – Organograma funcional referente ao Projeto Aquisição de Helicópteros de Multiemprego



5.3.3.3 Grupos de interesse

A Força Aérea Brasileira e o Exército Brasileiro, sobretudo no que tange à utilização conjunta do Simulador de treinamento.

Fomento à indústria nacional de Defesa à medida que possibilita a capacitação no reparo e manutenção dos novos equipamentos.

5.3.3.4 Valor global estimado

- a) valor inicial do projeto (2008): USD 194,710,658.00; e
- b) valor atual do projeto (31/12/2014): USD 361,638,220.00.

5.3.3.5 Fontes de financiamento

O Projeto vem sendo integralmente custeado com recursos oriundos do OGU.

5.3.3.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Quadro A.5.3.3.6.1 – Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto Aquisição de Helicópteros de Multiemprego

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	R\$ 58.977.849,19	R\$ 58.977.849,18	R\$ 37.213.793,30
2013	R\$ 153.775.651,89	R\$ 153.775.651,87	R\$ 126.963.352,58
2014	R\$ 20.233.158,89	R\$ 20.233.158,70	R\$ 18.710.041,65

5.3.3.7 Acordos de Compensação

Não estão previstos Acordos de Compensação.

5.3.3.8 Estrutura de gestão e controle

A Unidade Gestora responsável pela gestão e controle do projeto é a Diretoria de Aeronáutica da Marinha, apoiada pelo Grupo de Fiscalização e Recebimento de Helicóptero Multi-Emprego, este último localizado em Patuxent River-MD, nos Estados Unidos da América.

5.3.3.9 Diagnósticos acerca da performance

O Cronograma de entrega tem sido cumprido pelo fabricante, bem como as devidas especificações dos equipamentos e sensores da aeronave. Nesse aspecto, é de enorme importância a

atuação do Grupo de Recebimento de Helicóptero Multi-Emprego, por meio de suas diurnas gestões junto ao fabricante e ao Foreign Military Sales, seja na construção das duas aeronaves ainda não entregues, ou no acompanhamento do apoio Logístico de todo o projeto. Ressalta-se a não ocorrência de variações dos custos ao longo do projeto, bem como o pleno atendimento do escopo e dos prazos estabelecidos.

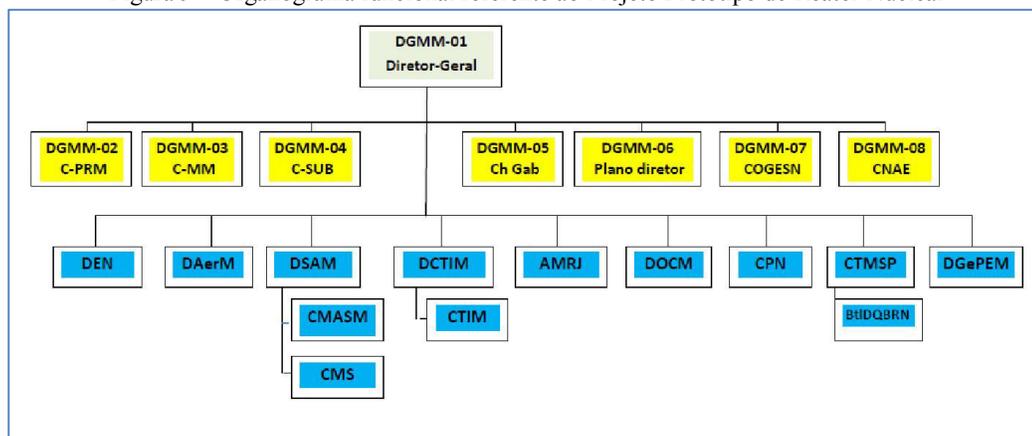
5.3.4 PROTÓTIPO DE REATOR NUCLEAR – Programa Nuclear da Marinha

5.3.4.1 Descrição do Projeto

A construção do protótipo de reator nuclear, tipo *Pressurized Water Reactor* (PWR), para emprego no Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR) objetiva desenvolver e testar uma gama ampla de sistemas e equipamentos, inclusive de proteção radiológica e segurança nuclear, antes da instalação/montagem no navio, propiciando também meios para o treinamento e qualificação de operadores de sistemas nucleares. Além de viabilizar a realização de testes e experimentos em sistemas e equipamentos nucleares para a qualificação e aprimoramento de métodos de projeto, fabricação e operação de itens.

5.3.4.2 Organograma funcional

Figura 9 – Organograma funcional referente ao Projeto Protótipo de Reator Nuclear



5.3.4.3 Grupos de interesse

Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares (IPEN). Instituição que desenvolve projetos, em parceria com o CTMSP, para subsidiar as análises e validações de projetos necessários ao desenvolvimento do protótipo do reator. Outro ator a ser mencionado é a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), que atua na avaliação do projeto e no acompanhamento das obras e serviços de implantação como autoridade nuclear responsável pelo licenciamento do projeto.

Além dos acima citados, há diversas instituições de pesquisa e ensino no país atuando como contratadas: Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da COPPE.

O CTMSP tem buscado, ainda, desenvolver fornecedores nacionais para fornecimento de itens sensíveis, sujeitos a controle de exportação de governos estrangeiros, e contribuindo para o desenvolvimento da indústria e de tecnologias nacionais.

5.3.4.4 Valor global estimado

R\$ 2.200.620.000,00 (Dois bilhões duzentos milhões seiscentos e vinte mil reais), dos quais, aproximadamente, 55% já foram investidos no LABGENE.

5.3.4.5 Fontes de financiamento

Os recursos provêm integralmente do Orçamento da União.

5.3.4.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Quadro A.5.3.4.6.1 – Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto Protótipo de Reator Nuclear

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	R\$ 246.736.668,48	R\$ 181.933.631,06	R\$ 181.345.032,60
2013	R\$ 257.028.339,40	R\$ 169.571.999,84	R\$ 124.123.658,83
2014	R\$ 203.283.609,59	R\$ 92.363.287,82	R\$ 81.288.045,87

5.3.4.7 Acordos de Compensação

Não há. Por se tratar de tecnologias sensíveis e com controle de exportação por parte de vários governos estrangeiros, as empresas não têm aceitado incluir em seus contratos acordos de compensação e de offset.

5.3.4.8 Estrutura de gestão e controle

Os recursos financeiros são controlados pela Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM). De acordo com o planejamento orçamentário e com o orçamento aprovado, a DGMM distribui os recursos para o CTMSP, que é responsável pelo investimento dos mesmos. Dessa forma, são executadas as diversas atividades afetas ao projeto “Protótipo do Reator Nuclear”.

Ao CTMSP, cabe, ainda, comprovar, junto à DGMM, que os investimentos financeiros estão sendo executados de acordo com o planejamento apresentado e que a execução física corresponde ao investimento realizado.

5.3.4.9 Diagnósticos acerca da performance

O LABGENE tem previsão de conclusão de sua implantação em 2017.

No ano de 2014, foram realizados testes de aceitação em fábrica e entregues ao CTMSP, parte dos equipamentos do Sistema de Monitoração de Radiação (SMR), relativos ao seu Sistema de Controle e Proteção. Iniciaram-se os testes dinâmicos com os Turbogeneradores Auxiliares (TGA) no Laboratório de Testes de Equipamentos da Propulsão (LATEP), no Centro Experimental ARAMAR (CEA). Nas obras civis, houve prosseguimento das concretagens do Prédio do Reator e do Prédio do Combustível e foram iniciadas as concretagens do Prédio Auxiliar Controlado e do Prédio Auxiliar Não Controlado. É digno de nota, ainda, que foram concluídos os testes no motor elétrico de propulsão (MEP) na fábrica, que agora será transportado para o Brasil. Por fim, foi iniciada a construção da interligação da torre de resfriamento do LABGENE ao Prédio das Turbinas; e deu-se prosseguimento às obras de infraestrutura do LABGENE.

Vale destacar que, por causa do ineditismo e dos tipos de assuntos e seus detalhes envolvidos, o seu cronograma de implantação e os montantes financeiros necessários para o LABGENE têm sido revisados, considerando, tempestivamente, os principais fatores abaixo:

a) variações em custos estimados, por causa de alterações cambiais, taxas de inflação, ajustes em alíquotas de impostos, entre outros, dentro da ótica inclusive de fatos supervenientes;

b) entre 2013 e 2014, apurou-se uma inflação nacional nos preços da ordem de 6%, em termos médios, valendo descrever que há itens que tiveram majoração superior a esse percentual;

c) dinâmicas dos fornecedores contratados e dos potenciais parceiros a serem contratados, à luz da evolução dos trabalhos: resultados e balanços anuais das empresas, configurações e tendências do mercado nacional, como é o caso da empresa Genpro (serviços de engenharia), que passou por ajustes financeiros para continuar trabalhando, inclusive com desmobilização de profissionais, atingindo assim a execução do contrato, por exemplo, 42000/2012-081/00. No caso da empresa Garcia/Jaraguá, em JUN2014, esta entrou em recuperação

judicial, o que representou impacto direto em quatro (4) contratos com o CTMSP, a saber 42000/2007-022/03 (Bloco 40), 42000/2009-058/02 (Bloco 30), 42000/2012-051/00 (Bloco 20) e 42000/2009-38/02 (equipamentos). A incapacidade da empresa em executar os contratos mencionados, levou o CTMSP a rescindi-los a buscar alternativas para a conclusão de seus objetos, com eventuais impactos nos prazos;

d) condições de contorno para obtenção e manutenção das licenças de exportação, junto a governos estrangeiros, como o caso da negativa de exportação dada pelo governo do Reino Unido para a empresa Ultra Electronics, potencial subfornecedora para o Sistema de Controle do LABGENE, de acordo com o contrato 42000/2012-063/01 com a empresa Atech. Tal negativa levou à necessidade de renegociações, por parte da Atech, para viabilizar soluções alternativas de fornecimento. Mais recentemente, a empresa Avantech, norte-americana, deixou de participar da licitação de fornecimento de componentes do sistema de processamento de rejeitos do LABGENE sob a alegação de não ter obtido licença de exportação do governo americano. A empresa recorreu da decisão daquele governo, sem obter sucesso. De forma ampla, tais dificuldades refletem no cronograma, além de ter relações com o licenciamento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);

e) condições de negociação entre os fornecedores e seus subfornecedores, o que é também acompanhado pelo CTMSP, para que sejam viabilizadas as cadeias logísticas necessárias, sendo o caso mais patente o contrato 42000/2012-063/01, com a empresa Atech, para o fornecimento do sistema de controle e proteção e instrumentação nuclear para o LABGENE;

f) dinâmica de pagamentos a eventos já comprovados e executados, pelos fornecedores, o que vem tendo condições de contorno mais extraordinárias, por parte do Governo Federal, ao longo do ano de 2014, alterando-se o ritmo de mobilização e de trabalhos em diversas frentes, como canteiros de obras, fabricações e montagens de equipamentos para o LABGENE, como é o caso dos trabalhos feitos pelas construtoras civis Teixeira de Freitas e Contracta, nos contratos 42000/2009-062/03 (Prédio do Reator) e 42000/2009-029/03 (Prédio do Combustível) respectivamente;

g) evolução das tratativas do CTMSP com a CNEN, nas tarefas de licenciamento do LABGENE, o que requer muitas vezes alterações técnicas que importam em revisão de especificações técnicas, desenhos de construção e outros documentos, com efeitos colaterais em acordos assinados ou em licitações em andamento; e

h) dinâmica de realização de licitações e contratações, onde nem sempre se consegue contar com uma proposta válida de fornecimento, como preconizado pela Lei 8666/93, havendo licitações fracassadas ou desertas, por diversos motivos. Igualmente importante, a maior parte das licitações tem apresentado valores acima do que se estimou.

Além dos aspectos apresentados acima, outras observações devem ser apresentadas e têm impacto nos aspectos de prazo e custo para implantação do LABGENE. São elas:

a) dificuldades logísticas e técnicas do setor nuclear, as quais não são comuns no Brasil ainda, exigindo-se materiais e ligas especiais (i.e. pelas forjadas), os quais não estão disponíveis no Brasil;

b) ineditismo do LABGENE para o mercado industrial nacional, o que redundou na revisão de projetos conceituais;

c) demandas de itens em pequenas quantidades, o que nem sempre é conseguido, sem grande atratividade para as empresas nacionais;

d) necessidade de contratação de recursos humanos, que ainda não foram providos pela AMAZUL;

e) ausência de fornecedores nacionais em grande quantidade, dificultando as atividades logísticas necessárias;

f) ocorrência de fatos supervenientes, como cancelamento de licenças de exportação, alteração de impostos, revisões de dotações orçamentárias, execução financeira diferente do que se planejou inicialmente, até mesmo devido ao ineditismo do projeto.

5.3.5 CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DO PODER NAVAL

5.3.5.1 SUBPROJETO: NAVIOS-PATRULHA DE 500 TON

5.3.5.1.1 Descrição do Subprojeto

Construção, em estaleiro nacional, de cinco Navios-Patrolha de quinhentas toneladas (NPa-500) a serem empregados nas mais variadas missões, com destaque para:

a) operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar, que respondem por mais de 80% de nossa produção;

b) patrulha naval nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), garantindo os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e das plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar e contribuir para defesa de porto;

c) promover a fiscalização que vise ao resguardo dos recursos do mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva (ZEE);

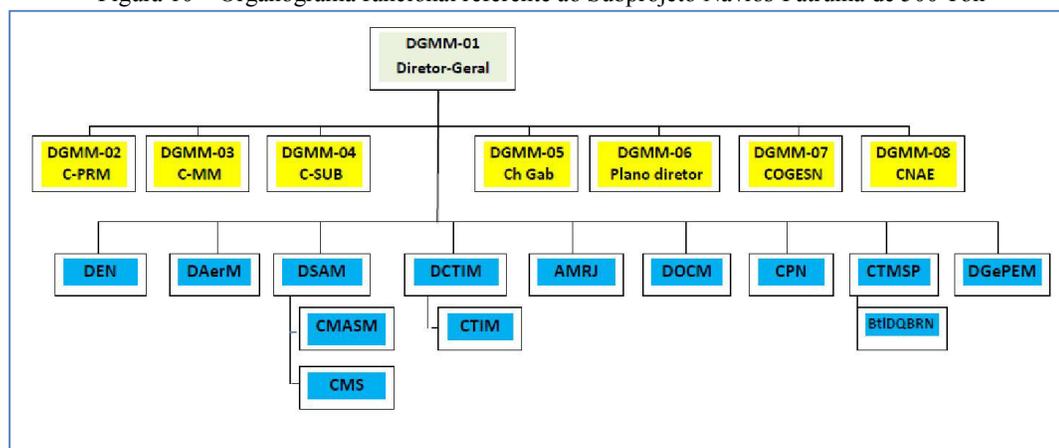
d) missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, em apoio aos órgãos governamentais;

e) apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e

f) transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.

5.3.5.1.2 Organograma funcional

Figura 10 – Organograma funcional referente ao Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton



5.3.5.1.3 Grupos de interesse

Não há.

5.3.5.1.4 Valor global estimado

Quadro A.5.3.5.1.4 – Valor Global estimado do Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton

DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL (Base contratual)	VALOR PROVISIONADO (até 2014)
Construção NPa500ton	R\$ 233.974.234,69	R\$ 120.767.211,99
	€ 12.729.710,00	€ 12.228.847,30

5.3.5.1.5 Fontes de financiamento

Os recursos provêm integralmente do Orçamento da União.

5.3.5.1.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Quadro A.5.3.5.1.6 – Valores empenhados, liquidados e pagos no Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	R\$ 61.036.220,97	R\$ 61.036.220,96	R\$ 23.709.543,71
2013	R\$ 19.756.043,33	R\$ 19.756.043,34	R\$ 7.977.630,83
2014	R\$ 16.078.839,09	R\$ 16.078.839,09	R\$ 3.997.514,08

5.3.5.1.7 Acordos de Compensação

Não existem Acordos de Compensação.

5.3.5.1.8 Estrutura de gestão e controle

A coordenação é realizada pela Diretoria-Geral da Marinha, apoiada pelas seguintes Diretorias Especializadas: Diretoria de Engenharia Naval, Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha, Diretoria de Aeronáutica da Marinha e Diretoria de Comunicações e Tecnologia da informação da Marinha.

5.3.5.1.9 Diagnósticos acerca da performance

O objeto do contrato de construção previa, inicialmente, a obtenção de quatro navios, sendo que, em 2011, a MB decidiu pela obtenção de uma unidade adicional, elevando a quantidade inicial para cinco navios. Em face da inclusão do quinto navio, o valor referente à construção sofreu variação de cerca de 17% em relação ao inicialmente contratado.

Em função da inclusão do quinto navio, os contratos referentes à obtenção das Licenças de Construção (Royalties), fornecimento das Unidades Propulsoras, Grupos Diesel-Geradores, Quadros Elétricos Principais e Auxiliares, além do Termo de Compromisso com o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) para fornecimento do Sistema de Controle da Máquina (SCM), sofreram variação entre 17 e 25% nos valores inicialmente contratados.

Em face dos atrasos verificados, foram aplicadas ao estaleiro Estaleiro Ilha S.A (EISA) três sanções administrativas pelo não cumprimento de cláusulas contratuais e elaborado o seguinte cronograma para a prontificação dos navios:

- a) NPa "MARACANÃ" - 2º semestre de 2015;
- b) NPa "MANGARATIBA" - 1º semestre de 2016;
- c) NPa "MIRAMAR" - 2º semestre de 2016;
- d) NPa "MAGÉ" - 1º semestre de 2017; e
- e) NPa "MARAGOGIPE" - 2º semestre de 2017.

5.3.5.2 SUBPROJETO: PROSUPER

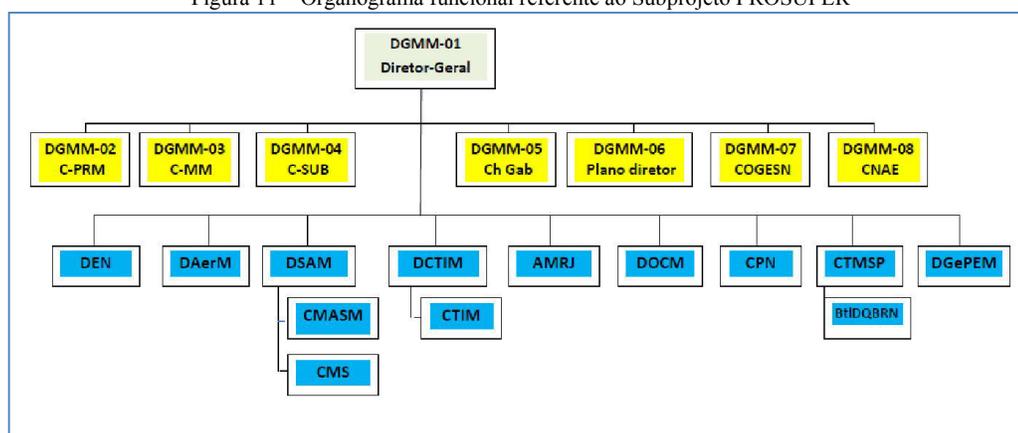
5.3.5.2.1 Descrição do Subprojeto

Este subprojeto tem como objetivo fortalecer a indústria de defesa e aumentar a capacidade da Força Naval na proteção e preservação da chamada “Amazônia Azul”, área oceânica de 4,5 milhões de km² que concentra riquezas naturais importantes.

A Marinha do Brasil (MB) busca contratar a construção de um conjunto de navios que inclui cinco Navios-Patrolha de 1.800t, cinco Navios Escolta (Fragatas) de 6.000t e um Navio de Apoio Logístico com cerca de 23.000t de capacidade de carga. O modelo estratégico concebido pela MB prevê que esses meios navais sejam construídos a partir de projeto já existente que, após serem adaptados para atenderem aos requisitos da MB, sejam construídos no Brasil, por meio de associação entre o estaleiro projetista internacional com um ou mais estaleiros brasileiros, em contratos comerciais amparados por Acordos Governamentais e nos quais estima-se que serão gerados cerca de 13.000 empregos diretos e indiretos.

5.3.5.2.2 Organograma funcional

Figura 11 – Organograma funcional referente ao Subprojeto PROSUPER



5.3.5.2.3 Grupos de interesse

Não há.

5.3.5.2.4 Valor global estimado

O PROSUPER está estimado em € 5 bilhões.

5.3.5.2.5 Fontes de financiamento

No estágio atual, não foi definida a contratação de financiamento.

5.3.5.2.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Não houve provisionamento de recursos para o PROSUPER.

5.3.5.2.7 Acordos de Compensação

No estágio atual, não foram definidos Acordos de Compensação.

5.3.5.2.8 Estrutura de gestão e controle

A coordenação é realizada pela Diretoria-Geral do Material da Marinha, apoiada pelas seguintes Diretorias Especializadas: Diretoria de Engenharia Naval, Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha, Diretoria de Aeronáutica da Marinha e Diretoria de Comunicações e Tecnologia da informação da Marinha.

5.3.5.2.9 Diagnósticos acerca da performance

A MB busca informações e conhecimentos que permitam, quando aprovado, o início da execução do projeto.

5.3.6 F-X2

5.3.6.1 Descrição do Projeto

Descrição:

Aquisição e implantação de novas aeronaves de caça multiemprego, simuladores e logística para a implantação no acervo do Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como toda a transferência de tecnologia necessária para a autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida.

Finalidade:

Substituir, no curto prazo, os aviões MIRAGE 2000, e, em longo prazo, os F-5M e A-1M, a fim de modernizar e padronizar a frota da FAB, com vistas ao cumprimento da missão constitucional, possibilitando o desenvolvimento da indústria de defesa nacional com foco na transferência de tecnologias.

Principais características:

O Projeto F-X2 é constituído por três contratos:

1 - de Aquisição de Aeronaves – cujo objeto consiste na contratação da empresa SAAB AB para a aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves novas Gripen NG monoposto e 8 (oito) aeronaves novas Gripen NG biposto. Destas, um avião monoposto e um avião biposto será em versão FTI (Flight Test Instrumentation), com instrumentos de teste on-flight, o sistema FTI on-board e o sistema de superfície FTI. Estão associados, ainda, 02 (dois) Simuladores de Voo, Estações de Planejamento de Missão, Estações de Solo, Integrações de Armamento e Equipamentos Auxiliares.

2 - de Suporte Logístico (CLS) - está associado à aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves Gripen NG monoposto e 8 (oito) aeronaves Gripen NG biposto, bem como para os equipamentos de apoio associados. Consiste na contratação da empresa SAAB AB na prestação de serviços de suporte logístico para 26.400 (vinte e seis mil e quatrocentas) horas de voo ou 5 (cinco) anos, o que vencer primeiro; e

3 - de Aquisição de Armamento - consiste na contratação da empresa SAAB AB para o fornecimento de armamentos necessários à operação inicial da aeronave Gripen NG na FAB, bem como o atendimento à integração e à avaliação operacional da aeronave.

Inclui, ainda, o Acordo de Compensação (offset).

Produtos:

36 aeronaves multiemprego Gripen NG.

5.3.6.2 Organograma funcional

1 – Comissão Coordenadora do Projeto Aeronave de Combate (COPAC¹) – Unidade Gestora Responsável (UGR); e

2 – Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR) – Unidade Gestora Executora (UGE).

¹ A COPAC tem por finalidade gerenciar projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o Comando da Aeronáutica (COMAER). Ela é diretamente subordinada ao Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), e vincula-se ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) para fins de condução das ações relativas à aquisição e implantação de aeronaves de combate e sistemas relacionados no COMAER.

5.3.6.3 Grupos de interesse

- COMAER;
- Empresa SAAB AB (da Suécia);
- ATECH;
- AEL SISTEMAS S/A;
- ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIAS S.A.;
- EMBRAER;
- INBRAAEROSPACE (GRUPO INBRA);
- MECTRON;
- Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); e
- Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI).

5.3.6.4 Valor global estimado

O contrato de Aquisição de Aeronaves, assinado no dia 24 de outubro de 2014, tem o valor de SEK 39.333.870.435,39.

O contrato de Suporte Logístico Inicial, assinado no dia 18 de dezembro de 2014, tem o valor de SEK 548.465.036,26.

O contrato de Aquisição de Armamento, com previsão de assinatura para o mês de abril de 2015, tem o valor de U\$D 245.325.000,00.

O valor global, portanto, perfaz um total de SEK 39.882.335.471,65 somados à U\$D 245.325.000,00.

5.3.6.5 Fontes de financiamento

A fonte de recurso deverá ser a Fonte 149 – Financiamento, conforme preconizado pelo Pedido de Oferta (Request for Proposal) N° 012/CTA-SDDP/2008, de 30 de outubro de 2008.

5.3.6.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Não houve montantes de valores empenhados, liquidados e pagos nos anos 2012, 2013 e 2014, na Ação 14T0, em virtude do projeto ter seu primeiro contrato assinado somente em outubro de 2014.

5.3.6.7 Acordos de Compensação

O Projeto F-X2 apresenta Acordo de Compensação Comercial n° 004/DCTA-COPAC/2014 e está associado ao Contrato Comercial n° 003/DCTA-COPAC/2014.

Quadro A.5.3.6.7.1 – Acordo de Compensação Comercial do Projeto F-X2

Projeto	Acordo	Contrato Comercial Associado	Valor Compensação Direta (Milhões de USD)	Valor Compensação Indireta (Milhões de USD)	Valor total do Acordo (Milhões de USD)	Créditos Reconhecidos (Milhões de USD)	% executado	Empresa
F-X2	004/DCTA-COPAC/2014	003/DCTA-COPAC/2014	7.273,33	1.844,84	9.118,17	0,00	0,00	SAAB

Compensação Direta: atividades de compensação diretamente relacionadas com o objeto do respectivo contrato comercial.

Compensação Indireta: atividades de compensação não relacionadas diretamente com o objeto do respectivo contrato comercial.

5.3.6.8 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC.

5.3.6.9 Diagnósticos acerca da performance

O Projeto F-X2, apesar de estar com o Contrato de Aquisição assinado, só entrará em vigor com o desembolso de SEK 2.840.000.000,00, o qual deverá ser suportado pelo Contrato de Financiamento, ainda não aprovado, até a presente data, pelo Congresso Nacional.

5.3.7 H-XBR/EC-725

5.3.7.1 Descrição do Projeto

Descrição:

Aquisição de helicópteros de médio porte, com apoio logístico para a operação nos cinco primeiros anos.

Finalidade:

Além de atender às necessidades operacionais das Forças Armadas, o projeto tem como propósito desenvolver a indústria de asas rotativas no Brasil.

Principais características:

O Projeto H-XBR prevê o fornecimento de aeronaves tipo EC-725, a serem distribuídas para as três Forças Armadas. O Projeto está amparado pelo Contrato nº 008/CTA-SDDP/2008, assinado entre a União e o Consórcio Helibras/Eurocopter, em 23 de dezembro de 2008, e, vinculado ao contrato principal, existe um Acordo de Compensação.

Merece destaque a implantação da linha de montagem final das aeronaves EC-725 no Brasil, que possibilitará, inclusive, a montagem de helicópteros de médio porte em suas versões civis.

Somam-se ao contrato principal dois contratos de suporte logístico para viabilizar a operação das aeronaves entregues aos operadores da Marinha (MB), Exército (EB) e Aeronáutica (FAB).

Produtos:

50 helicópteros EC-725, sendo 16 aeronaves para cada Força Armada (MB, EB e FAB) e dois helicópteros na versão VIP para a Presidência da República.

5.3.7.2 Organograma funcional

1 - COPAC (UGR); e

2 - Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

5.3.7.3 Grupos de interesse

- COMAER;
- Consórcio Helibras/Eurocopter;
- HELIBRAS;
- MECTRON;
- AERNNOVA;

- INBRA;
- AEROBRAS;
- Turbomeca do Brasil;
- Rode & Schwarz do Brasil;
- Rockwell & Collins do Brasil;
- Toyomatic;
- Aeroeletrônica;
- Airbus Helicopters;
- Turbomeca S.A.;
- SAGEM;
- FLIR SYSTEMS;
- MICROTURBO;
- ELBIT;
- Rode & Schwarz;
- Rockwell & Collins;
- Telephonics;
- ONERA;
- ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica;
- Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI);
- Centro de Tecnologia do Exército (CTEX);
- Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); e
- Empresa Brascopter.

5.3.7.4 Valor global estimado

€ 1.847.354.117,00 (Euro), não sofreu alteração desde a assinatura do Contrato 008/CTA-SDDP/2008 (em 23dez2008) até o final do ano de 2014.

5.3.7.5 Fontes de financiamento

O pagamento do preço total do Contrato (€ 1.847.354.117,00) será efetuado por meio de recursos de contratos de financiamento, utilizando-se de créditos dos bancos financiadores à República Federativa do Brasil e/ou por intermédio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER.

Dentro da Ação 123J (Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-XBR), está sendo utilizada a Fonte 149, com Parcela Inicial para o Contrato de Financiamento no valor de € 193.769.784,55 e para a Execução Contratual (Contrato de Execução COFACE) de € 1.570.250.999,45, com financiamento realizado pelo Grupo de Bancos Franceses Societè Generale e BNP Paribás.

5.3.7.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

2012:

empenhado = R\$ 744.721.796,99; liquidado = R\$ 744.721.796,99; pago = R\$ 744.721.796,99

2013:

empenhado = R\$ 444.300.000,00; liquidado = R\$ 444.300.000,00; pago = R\$ 444.300.000,00

2014:

empenhado = R\$ 603.269.999,97; liquidado = R\$ 603.269.999,97; pago = R\$ 603.269.999,97

5.3.7.7 Acordos de Compensação

Quadro A.5.3.7.7.1 – Acordo de Compensação Comercial do Projeto H-XBR/EC-725

Projeto	Acordo	Contrato Comercial Associado	Cooperação Industrial (Milhões de Euros)	Offset	Valor da Obrigação	Créditos Reconhecidos	% executado	Empresa
H-XBR	001/CTA-SDDP/2008	008/CTA-SDDP/2008	1.708,05	189,78	1.897,83	331,76	17,48	Eurocopter

5.3.7.8 Estrutura de gestão e controle

A COPAC é a organização responsável por gerenciar o Projeto H-XBR.

Uma vez que esse é um projeto conjunto para as três Forças Armadas, a COPAC possui também representantes do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil para auxiliar no gerenciamento, acompanhamento e controle das atividades contratuais do Projeto H-XBR, além de permanente interlocução com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA e a Secretaria de Produtos de Defesa – SEPROD.

Para aumentar a eficiência no acompanhamento e controle das atividades contratadas, foram criados dois Grupos de Acompanhamento e Controle, sendo um na empresa Helibras, na cidade de Itajubá-MG e outro na empresa Airbus Helicopters, na cidade de Marignane na França.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) auxilia nas atividades relativas ao reconhecimento dos projetos de cooperação industrial previstos no Acordo de Compensação 001/CTA-SDDP/2008.

5.3.7.9 Diagnósticos acerca da performance

Até o presente momento, o Projeto não sofreu alteração em seu preço global.

Entretanto, em virtude das restrições orçamentárias, o Consórcio deu entrada em um pedido de reequilíbrio econômico financeiro em dezembro de 2014, da ordem de 111 milhões de Euros, o qual está sendo avaliado pela COPAC.

Em virtude de reprogramação orçamentária há a necessidade de se celebrar um novo Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, a fim de minimizar os impactos financeiros para a Administração, devendo o cronograma de entrega do objeto contratual, provavelmente, sofrer um atraso de dois anos ou mais.

Das 13 aeronaves planejadas para a entrega em 2014, apenas 7 foram recebidas, totalizando 15 helicópteros EC725 recebidos, desde o início do contrato até dezembro de 2014.

Da mesma forma, outras etapas não tão significativas deixaram de ser executadas, em virtude da falta de recursos orçamentários referentes a suprimento e componentes para a linha de produção dos helicópteros, o que contribui para gerar atrasos na cadência de entrega das próximas aeronaves.

As atividades de transferência de tecnologia e de cooperação industrial vêm sendo executadas conforme o planejado.

O produto tem sido entregue de acordo com os requisitos estipulados, sendo as possíveis alterações submetidas à aprovação dos Estados-Maiores das três Forças e ao EMCFA.

5.3.8 KC-X2

5.3.8.1 Descrição do Projeto

Descrição:

Aquisição de aeronaves de transporte militar e de reabastecimento em voo, categoria pesada, apoio logístico inicial para os primeiros cinco anos, contratação de logística associada, treinamento de equipagens e demais serviços de engenharia e personalização.

Finalidade:

Dotar a FAB de aeronaves que ampliem a sua capacidade de execução de transporte de carga e reabastecimento em voo.

Principais características:

As aeronaves a serem adquiridas têm por características a capacidade multi-missão, podendo realizar missões, tais como: reabastecimento em voo de grande porte, ajuda humanitária (nacional e internacional), evacuação aeromédica, transporte estratégico de carga e de tropas, transporte de longo curso de pessoal e outras missões que demandem raio de alcance global e grande capacidade de carga.

A principal característica é dotar a FAB com maiores capacidades operacionais estratégicas, no que se refere ao transporte de carga, de grande número de passageiros e de elevado efetivo de tropas equipadas. Não obstante, serão aumentadas a eficiência no reabastecimento em voo e a capacidade de evacuação aeromédica em grande escala.

Produtos:

Três aviões de transporte militar e de reabastecimento em voo (Boeing 767-300 ER, convertidos para a versão Multi-Mission Tanker Transport – MMTT).

5.3.8.2 Organograma funcional

- 1 - COPAC (UGR); e
- 2 - Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

5.3.8.3 Grupos de interesse

- COMAER;
- Empresa IAI (Israel Aerospace Industries Ltd.);
- TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA S.A;
- AKAER ENGENHARIA LTDA;
- FRIULI AEROESPACIAL LTDA;
- GESPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AERONÁUTICOS LTDA;
- ROCKWELL COLLINS DO BRASIL;
- JET STAR INTERIORES DE AERONAVES LTDA; e
- SYGMA TECNOLOGIA – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

5.3.8.4 Valor global estimado

O projeto ainda não foi aprovado. O valor da proposta é USD 482.361.524,80, válida até 26 de novembro de 2015.

5.3.8.5 Fontes de financiamento

A fonte de recurso é a Fonte 100 – Tesouro Nacional.

5.3.8.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Não houve valores empenhados, liquidados e pagos até a presente data.

5.3.8.7 Acordos de Compensação

A proposta de Acordo de Compensação Comercial do Projeto KC-X2 apresenta, entre projetos diretos e indiretos, um valor da obrigação da ordem de USD 487.964.000,00 (previsão).

5.3.8.8 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC.

5.3.8.9 Diagnósticos acerca da performance

O Contrato ainda não foi assinado. A validade da proposta expira em 26 de novembro de 2015, podendo ser revalidada por mais 12 meses, com reajuste de 3% (três por cento).

5.3.9 KC-390

5.3.9.1 Descrição do Projeto

Descrição:

Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo.

Finalidade:

Suprir as necessidades estratégicas e operacionais da FAB, desenvolvendo e adquirindo aeronaves para complementar e, eventualmente, substituir as aeronaves C-130.

Principais características:

A aeronave será um cargueiro tático militar, de 10 a 20 toneladas.

A nova aeronave deverá ser capaz de operar em pistas com pouco preparo e localizadas em qualquer latitude e longitude do globo terrestre, como a Antártica, Amazônia e Pantanal e ambientes com diversos graus de ameaça física e eletromagnética, devendo constituir-se em uma das mais importantes ferramentas da FAB para cumprir sua missão constitucional e prover mobilidade estratégica às Forças de Defesa do Brasil.

Dentro deste contexto, o projeto envolve o Desenvolvimento (Ação 123B – Contratos 002/CTA-SDDP/2009 e 001/DCTA-COPAC/2011) e a Aquisição (Ação 14XJ – Contratos 010/DCTA-COPAC/2014 e 001/DCTA-COPAC/2011).

O projeto está em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, em particular a orientação pela busca de dotar as Forças Armadas Nacionais da mobilidade estratégica necessária para o cumprimento de suas obrigações constitucionais.

Produtos:

28 aeronaves KC-390.

5.3.9.2 Organograma funcional

1 - COPAC (UGR); e

2 - Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

5.3.9.3 Grupos de interesse

- COMAER;
- EMBRAER;
- AEROELETRÔNICA;
- JABIL BRASIL;
- ROCKWELL COLLINS BRASIL;
- TAP; e
- Parceiros estratégicos junto à Argentina, Portugal e República Tcheca.

5.3.9.4 Valor global estimado

Estão computados os valores dentro de cada Ação, conforme quadro abaixo:

Quadro A.5.3.9.4.1 – Valor Global estimado do Projeto KC-390

	Contrato de Despesas	(R\$)	
Ação 123B (Desenvolvimento)	002/CTA-SDDP/2009	Na assinatura do Contrato	Ao final do Exercício 2014
	CE ABR/09	R\$ 3.028.104.951,07	R\$ 2.955.244.556,24
	Contrato de Despesas	(USD)	
	001/DCTA-COPAC/2011	Na assinatura do Contrato	Ao final do Exercício 2014
	CE JAN/11	USD 631.702.459,35	USD 598.967.691,76
	Contrato de Despesas	(R\$)	
Ação 14XJ (Aquisição)	010/DCTA-COPAC/2014	Na assinatura do Contrato	Ao final do Exercício 2014
	CE ABR/14	R\$ 7.255.869.086,00	R\$ 2.761.163.577,22
	Contrato de Despesas	(USD)	
	001/DCTA-COPAC/2011	Na assinatura do Contrato	Ao final do Exercício 2014
	CE SET/14	USD 1.925.704.094,68	USD 1.925.704.094,68

5.3.9.5 Fontes de financiamento

A fonte de recurso é a Fonte 100 – Tesouro Nacional.

5.3.9.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Ação 123B (Desenvolvimento):

2012:

empenhado = R\$ 829.090.000,00; liquidado = R\$ 829.090.000,00; pago = R\$ 829.090.000,00.

2013:

empenhado = R\$ 1.185.000.000,00; liquidado = R\$ 1.185.000.000,00; pago = R\$ 1.185.000.000,00.

2014:

empenhado = R\$ 959.000.000,00; liquidado = R\$ 959.000.000,00; pago = R\$ 959.000.000,00.

Ação 14XJ (Aquisição):

2012: Não houve valores empenhados, liquidados e pagos.

2013: Não houve valores empenhados, liquidados e pagos.

2014: empenhado = R\$ 20.000.000,00; liquidado = R\$ 20.000.000,00; pago = R\$ 20.000.000,00.

5.3.9.7 Acordos de Compensação

Para o projeto estão estabelecidos aos seguintes Acordos: 001/DCTA-COPAC/2013, 004/DCTA-COPAC/2013 e 003/DCTA-COPAC/2014.

Quadro A.5.3.9.7.1 – Acordos de Compensação Comercial do Projeto KC-390

Projeto	Acordo	Contrato Comercial Associado	Valor Compensação Direta (Milhões de USD)	Valor Compensação Indireta (Milhões de USD)	Valor total do Acordo (Milhões de USD)	Créditos Reconhecidos (Milhões de USD)	% executado	Empresa
KC-X	001/DCTA-COPAC/2013	001/DCTA-COPAC/2011 (SUP 1027-10 e SUP 0209-12)	22,62	24,48	47,10	8,39	17,81	Bae Systems
KC-X	004/DCTA-COPAC/2013	001/DCTA-COPAC/2011 (SUP 1458-11 e SUP 0468-10)	116,45	21,77	138,22	0,00	0,00	Rockwell Collins
KC-X	003/DCTA-COPAC/2014	001/DCTA-COPAC/2011 (SUP 2096-11)	28,35	0,00	28,35	0,00	0,00	Thales

5.3.9.8 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC.

Para aumentar a eficiência no acompanhamento e controle das atividades contratadas foi criado o Grupo de Acompanhamento e Controle (GAC-EMBRAER), na empresa Embraer, na cidade de São José dos Campos, São Paulo - Brasil.

5.3.9.9 Diagnósticos acerca da performance

O projeto é de concepção e desenvolvimento 100% nacionais e propicia um novo salto tecnológico na indústria aeronáutica nacional com tecnologias desenvolvidas e absorvidas, tais como o domínio de modernos sistemas de manufatura, o uso de novos materiais e integração de software embarcado.

Em 2009, o projeto foi submetido à apreciação pela Câmara Técnica de Avaliação de Projetos de Grande Vulto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Na ocasião, foram demonstradas a viabilidade econômica do projeto e sua relevância para o fortalecimento da Indústria Aeroespacial Brasileira, com a criação e manutenção de empregos de alto nível, potencial de exportação de um produto de alto valor agregado e incorporação de tecnologias inovadoras ao parque industrial nacional.

O Projeto KC-X encontra-se na 4ª e última fase que é a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

Ao final do Exercício de 2014, foi necessário adotar medidas visando adequar a

execução física ao montante de recursos disponibilizado, o que foi feito por meio da assinatura de termos aditivos, alocando etapas nos exercícios financeiros de 2015 e 2016. Por meio de termo aditivo, também ocorreu a inclusão dos serviços assumidos pelos parceiros estratégicos Argentina, Portugal e República Tcheca, conforme previsto em contrato, com a consequente redução no preço do desenvolvimento para o Brasil. As metas físicas originais determinadas como obrigações da contratada não foram alteradas.

Foram assinados, no 4º trimestre, o 3º Termo Aditivo ao Contrato 002/CTA-SDDP/2009 e o 2º Termo Aditivo ao Contrato 001/DCTA-COPAC/2011, resultando em modificações no planejamento do Projeto.

Com sistemas aeronáuticos sofisticados, não disponíveis no mercado nacional nas especificações exigidas, houve a necessidade de que tais sistemas fossem adquiridos no exterior exigindo contrapartidas por meio de acordos de offset.

As empresas beneficiárias são a AEROELETRÔNICA, EMBRAER, JABIL BRASIL, ROCKWELL COLLINS BRASIL e TAP, totalizando 10 projetos.

Os contratos de aquisição das Aeronaves KC-390 foram assinados em 2014. Não houve previsão de entrega de aeronaves neste primeiro ano, mas foram iniciados os aportes financeiros para aquisição de materiais e dos itens de longo ciclo de produção, visando tanto a entrega das aeronaves (a primeira prevista para o final de 2017), quanto a entrega de itens de uma Lista de Aprovisionamento Inicial, que serão utilizados no suporte logístico às primeiras aeronaves entregues.

Destacam-se como grandes marcos da execução física no último trimestre de 2014 a inauguração do hangar com todo o ferramental de montagem final das aeronaves, ocorrida na expansão da planta industrial de Gavião Peixoto – SP, em maio, a conclusão da fabricação e o roll-out da primeira aeronave protótipo, em outubro.

Os limites orçamentários estabelecidos pela LOA 2014 e definidos no Plano de Ação para este exercício, bem como a previsão publicada para a PLOA 2015 ficaram aquém das necessidades e ainda não permitiram a recuperação dos déficits dos exercícios anteriores.

A COPAC depois de demonstrar ao EMAER a sua preocupação com a impossibilidade de cumprir, integralmente, os seus compromissos contratuais, renegociou os contratos de desenvolvimento, com o objetivo de adequá-lo à realidade orçamentária, buscando manter preservados os investimentos aplicados, em pessoal e material, bem como reduzir os impactos financeiros decorrentes da indisponibilidade de recursos nos prazos planejados.

A negociação dos termos aditivos aos contratos foi feita, remanejando as etapas que não poderiam ser recebidas em 2014 para exercícios financeiros futuros.

Entretanto, novas negociações e ajustes nas entregas do contrato de desenvolvimento (Contrato de Despesa No 002/CTA-SDDP/2009) serão inevitáveis e iniciadas em 2015.

Há, portanto, expectativa de retardo no alcance dos 100% da meta “Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar” para, no mínimo, 2017, com a certificação do projeto, viabilizada por meio dos voos de ensaios dos protótipos e validação da linha de produção. Assim, poderá haver acréscimo de custo para o projeto, que será discutido por ocasião da negociação de um 4º Termo Aditivo ao Contrato 002/CTA-SDDP/2009.

Reporta-se que os recursos necessários para o suporte aos contratos sofrem atualizações de acordo com a variação do IGP-DI, índice pactuado para ajuste do contrato em Reais e com a variação cambial, no contrato em dólares norte-americanos, até a data de preenchimento do presente relatório.

Com relação a Ação 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X):

a) encontra-se na 4ª e última fase que é a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave. Ao final do Exercício de 2014 atingiu 74,93% da meta prevista sendo que, inicialmente, era previsto atingir 81,92%, mas, devido à dotação orçamentária inferior à necessidade planejada para os exercícios, foi necessário adotar medidas visando adequar a execução física ao montante de

recursos disponibilizado, adiando entregas para as quais não haveria recursos disponíveis.

b) a primeira Aeronave Protótipo foi produzida e apresentada em 21 de outubro de 2014, sendo que a segunda Aeronave Protótipo está ainda em produção. Importante ressaltar que ambas serão utilizadas para a realização dos ensaios em voo, visando à certificação, tanto pela ANAC, quanto pelo DCTA/IFI, este último responsável pela certificação militar.

c) em Gavião Peixoto, a linha de produção do KC-390 incorpora o que há de mais moderno em sistemas de manufatura de produtos aeronáuticos. Vale mencionar que todas as atividades necessárias ao processo de industrialização da aeronave, incluindo o ferramental e gabaritos para a produção em série, fazem parte dos contratos de desenvolvimento vigentes, já estão concluídos e estão em processo de validação com a produção dos protótipos. Desta forma, a produção das aeronaves de série ocorrerá de maneira natural, em prosseguimento à fase de desenvolvimento.

d) todo o crédito de R\$ 959.000.000,00 disponibilizado por meio da LOA 2104 foi utilizado para o pagamento das etapas apresentadas ao longo do exercício, tanto do Contrato 002/CTA-SDDP/09, quanto do Contrato 001/DCTA-COPAC/11. Algumas etapas não foram executadas devido à indisponibilidade de crédito e, como consequência, os dois contratos foram aditivados para a necessária adequação de suas entregas ao limite da dotação orçamentária imposta pela LOA-2014.

Com relação à Ação 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Aeronave KC-390):

a) os contratos de aquisição foram assinados em 2014 não existindo previsão de entrega de aeronaves neste primeiro ano.

b) foram iniciados os aportes financeiros para aquisição de materiais e dos itens de longo ciclo de produção visando tanto a entrega das aeronaves (sendo a primeira prevista para o início de 2017), como a entrega de itens de uma Lista de Aprovisionamento Inicial, que serão utilizados no suporte logístico às primeiras aeronaves entregues.

5.3.10 Modernização de Aeronave AM-X/A-1M

5.3.10.1 Descrição do Projeto

Descrição:

Modernização de cinquenta e três aeronaves A-1 da FAB.

Finalidade:

A modernização permite padronizar a frota com a suíte de aviônica empregada nas aeronaves F-5M e A-29 e, conseqüentemente, reduzir o custo do ciclo de vida da aeronave. Além disso, tal projeto permitirá que a FAB continue operando uma aeronave de combate de seu acervo atual, reduzindo o índice de obsolescência, aumentando o potencial para infringir danos em um eventual conflito e propiciando maior capacidade de sobrevivência em ambientes hostis.

Principais características:

Para um melhor gerenciamento do projeto foi estabelecida a divisão em três fases distintas: pré-modernização, desenvolvimento e produção.

Foram assinados os contratos nº 008/DEPED-SDDP/03 e nº 001/DEPED-SDDP/04, tendo a Embraer como "Empresa Principal" e única responsável por todas as fases deste empreendimento.

Em 10 de dezembro de 2007, foram programadas mudanças nos Requisitos originais do Projeto e redução do quantitativo de aeronaves a serem modernizadas de cinquenta e três para quarenta e três.

As duas primeiras fases têm previsão de término no primeiro semestre de 2016. A fase de produção prevê a entrega das aeronaves modernizadas ao COMAER entre o período de setembro de 2013 a junho de 2019.

Produtos:

43 aeronaves A-1 modernizadas, sendo 33 aviões monopostos e 10 bipostos.

5.3.10.2 Organograma funcional

- 1 - COPAC (UGR); e
- 2 - Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

5.3.10.3 Grupos de interesse

- COMAER;
- EMBRAER;
- ELBIT SYSTEMS;
- ALENIA/AERMACCHI; e
- AEL SISTEMAS S/A.

5.3.10.4 Valor global estimado

O planejamento original, iniciado em 29/12/03, previa um custo estimado de R\$ 1.789.733.984,46, para término em 31/07/13.

Em 2010, houve a inclusão da atividade de revitalização no processo de modernização dos A-1, motivada por necessidade na linha de montagem das aeronaves na EMBRAER, representando um aumento no valor originalmente estipulado.

Igualmente, em 2012, houve a contratação de Apoio Logístico Contratado (CLS) para as partes modernizadas, representando um novo acréscimo ao contrato, sendo que o valor para o planejamento atual passou para R\$ 2.773.410.432,32, com término previsto para 2019.

5.3.10.5 Fontes de financiamento

São utilizadas a Fonte-100, com total liquidado de R\$ 94.185.237,00 em 2014 e a Fonte-149, com total liquidado de R\$ 36.778.990,72 em 2012.

Os recursos orçamentários do COMAER baseados no valor PLOA 2015 são de R\$ 54.223.471,00.

5.3.10.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

2012:

empenhado = R\$ 352.872.404,26; liquidado = R\$ 352.872.404,26; pago = R\$ 352.872.404,26

2013:

empenhado = R\$ 191.646.116,50; liquidado = R\$ 155.897.806,98; pago = R\$ 155.897.806,98
(restos a pagar = R\$ 2.216.991,71)

2014:

empenhado = R\$ 94.185.237,00; liquidado = R\$ 91.680.682,58; pago = R\$ 91.680.682,58
(restos a pagar = R\$ 2.585.488,89)

5.3.10.7 Acordos de Compensação

No dia 28 de dezembro de 2012 foi firmado o Acordo de compensação junto à ELBIT SYSTMES LTD, sendo o mesmo vinculado ao Contrato Comercial para aquisição de componentes e sensores eletrônicos para a modernização das aeronaves A1-M da FAB. A empresa beneficiária é a AEL Sistemas S/A, com o valor total da obrigação de USD 147.565.954,11.

Quadro A.5.3.10.7.1 – Acordo de Compensação Comercial do Projeto de Modernização de Aeronave AM-X/A-1M

Projeto	Acordo	Contrato Comercial Associado	Valor Compensação Direta (Milhões de USD)	Valor Compensação Indireta (Milhões de USD)	Valor total do Acordo (Milhões de USD)	Crédito Reconhecido (Milhões de USD)	% executado	Empresa
AM-X	001/DCTA-COPAC/2012	010/CTA-SDDP/2008	53,75	93,82	147,56	23,99	16,26	ELBIT

5.3.10.8 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC.

Para aumentar a eficiência no acompanhamento e controle das atividades contratadas, foi criado o Grupo de Acompanhamento e Controle GAC-EMBRAER, na empresa Embraer, na cidade de São José dos Campos, São Paulo - Brasil.

5.3.10.9 Diagnósticos acerca da performance

Historicamente, o Projeto AMX tem sido alvo de contingenciamentos, como ilustra o ocorrido em 2014, quando os compromissos contratuais planejados indicavam necessidades de crédito no valor de R\$ 336.330.211,52 (considerando reajustes e câmbio de USD=2,50 e Euro=3,20) e a dotação consignada para o Projeto foi de R\$ 94.628.137,00.

Sem créditos suficientes, são constantes as renegociações com as empresas envolvidas e, em consequência, diversos tem sido os termos aditivos aos contratos originais.

Persistindo as restrições orçamentárias impostas pelo Executivo, os impactos negativos mais marcantes serão o estrangulamento na linha de produção da Embraer, a redução da aquisição de materiais modernizados e a impactos no Acordo de Offset.

Da intenção inicial de modernização de 53 aeronaves (2003), que foi reajustada para 43 aviões, após adequação dos Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais Básicos (RTLIB), conforme Termo Aditivo 2, assinado em 2008, estabeleceu-se em 2014, por meio da Mensagem Direta R-35/3SC4/14069, de 14/10/14, orientações à COPAC para iniciar tratativas com a EMBRAER, visando reduzir a modernização para 30 aeronaves, com previsão de entrega da última para 2019.

Objetivando mitigar riscos e buscar soluções, encontra-se em andamento um Grupo de Trabalho para determinar possíveis estratégias para atingir os objetivos do Projeto, dentro de um cenário orçamentário restrito.

Ademais, os constantes atrasos na definição do avião para substituí-lo também sustentaram o escopo da modernização da aeronave A-1 (AM-X), já que a frota possui mais de 20 anos de operação.

Como consequência de todo este contexto, o atendimento do escopo ficou aquém do esperado, sendo que foram entregues à FAB três aeronaves modernizadas até 2014.

5.3.11 Modernização de Aeronave P-3BR

5.3.11.1 Descrição do Projeto

Descrição:

Modernização de 9 aeronaves P-3BR da FAB.

Finalidade:

Prover a FAB com aeronaves P-3 modernizadas, ampliando a capacidade de detectar, localizar, identificar e neutralizar objetivos navais inimigos e destinadas a executar missões de Antissubmarino, Patrulha Marítima, Busca e Salvamento (SAR) e Controle Aéreo Avançado.

Principais características:

Ao modernizar as aeronaves P-3, a FAB estará adequando parcela de seus meios operacionais, para assegurar maior capacidade no cumprimento da sua missão constitucional.

Além das missões de caráter especificamente militares, as aeronaves P-3 podem ser empregadas, devido às suas características técnicas, nas missões de Busca e Salvamento (SAR), principalmente nas áreas marítimas, contribuindo para o cumprimento de compromisso internacional do Governo Brasileiro de prover os meios de pessoal e material necessários à coordenação de missão SAR que ocorra em sua área de responsabilidade, a qual abrange todo o Território Nacional e a área do Atlântico Sul até o meridiano 10.

Produtos:

9 aeronaves de Patrulha Marítima P-3 modernizadas.

5.3.11.2 Organograma funcional

1 - COPAC (UGR); e

2 - Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

5.3.11.3 Grupos de interesse

- COMAER;
- Empresa EADS CASA (atual AIRBUS DS);
- Atech;
- Equipaer;
- Rolls Royce Brasil;
- VEM-Varig;
- SALVAMAR;
- OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico);
- AUC (Aero Union Corporation);
- INTA - Instituto Nacional de Técnica Aeroespacial (Autoridade de Certificação Espanhola); e
- IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (Autoridade de Certificação Brasileira).

5.3.11.4 Valor global estimado

O valor global original, em 2005 era de U\$D 423.380.000,00 e, em 2014, após oito Termos Aditivos (vide item “i”), passou para U\$D 505.420.599,70.

5.3.11.5 Fontes de financiamento

O projeto teve seu suporte por meio das fontes 149 (U\$D 400 milhões) e 100 (U\$D 105.946.524,00).

5.3.11.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

2012:

empenhado = USD 106.874.212,02; liquidado = USD 128.586.194,27; pago = USD 128.586.194,27

2013:

empenhado = USD 24.423.288,87; liquidado = USD 100.745.040,88; pago = USD 100.745.040,88

2014:

empenhado = USD 44.121.698,61; liquidado = USD 48.425.116,94; pago = USD 48.425.116,94

5.3.11.7 Acordos de Compensação

Quadro A.5.3.11.7.1 – Acordo de Compensação Comercial do Projeto de Modernização de Aeronave P-3BR

Projeto	Acordo	Contrato Comercial Associado	Valor Compensação Direta (Milhões de USD)	Valor Compensação Indireta (Milhões de USD)	Valor total do Acordo (Milhões de USD)	Crédito Reconhecido (Milhões de USD)	% executado	Empresa
P-3BR	002/DEPED-SDDP/2005	003/DEPED-SDDP/2005	436,96	65,59	502,55	289,48	57,60	EADS

5.3.11.8 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC.

Para aumentar a eficiência no acompanhamento e controle das atividades contratadas, foi criado o Grupo de Acompanhamento e Controle GAC-CASA, na empresa EADS-CASA, na cidade de Sevilha, Espanha.

5.3.11.9 Diagnósticos acerca da performance

Concernente ao objeto contratual, as 9 (nove) aeronaves P-3AM foram revitalizadas e modernizadas conforme escopo contratual; os reparos estruturais das aeronaves foram executados; três aeronaves “spare” foram desmanchadas; o sistema de missão, o treinador tático e a estação de planejamento de missão foram desenvolvidas e entregues; as peças de reposição e as ferramentas de suporte aeronáutico foram fornecidas; o treinamento do pessoal operacional e de manutenção foi realizado; e a assistência técnica e garantia estendida estão implantadas e em atividade na Base Aérea de Salvador.

As quantidades e os requisitos foram plenamente atendidos, sendo que a contratada foi penalizada no cumprimento de prazos com multas que totalizaram USD 1.258.507,76, já indenizadas.

As variações de custos do contrato estão discriminadas conforme abaixo:

Quadro A.5.3.11.9.1 – Variações de custos dos contratos referentes ao Projeto de Modernização de Aeronave P-3BR

Tipo	Valor (em dólar americano)	Ano	Varição = Contrato + TA
Contrato	423.380.000,00	2005	423.380.000,00
TA-1	33.280.157,00	2006	456.660.157,00
TA-2	14.286.367,00	2008	470.946.524,00
TA-3	0,00	2009	470.946.524,00
TA-4	25.000.000,00	2010	495.946.524,00
TA-5	0,00	2011	495.946.524,00
TA-6	0,00	2013	495.946.524,00
TA-7	9.474.075,70	2013	505.420.599,70
TA-8	0,00	2014	505.420.599,70

5.3.12 VLM-1

5.3.12.1 Descrição do Projeto

Descrição:

Desenvolvimento e Lançamento de Veículo Lançador de Microsatélites – VLM-1.

Finalidade:

Garantir a autonomia do País no desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores de microsatélites, envolvendo todas as fases desde a realização de estudos até operação de veículos lançadores. É um projeto que visa atender às necessidades do PNAE (Programa Nacional de Atividades Espaciais) e às diretrizes estratégicas do setor espacial, liderado pela FAB, para alcançar a capacidade de lançar satélites.

Principais características:

Suas principais características incluem sistemas, subsistemas, peças e componentes, além de dispositivos associados e meios de solo, englobando recuperação, certificação e implementação de laboratórios e plantas industriais relacionadas, cobrindo o ciclo completo desde a concepção e revisão do projeto de veículo até a análise de resultados de voos.

O projeto, por suas características, possibilita a entrada do país em um nicho de mercado internacional pouco explorado e em crescimento, o de veículos dedicados ao lançamento de microsatélites.

Produtos:

Espera-se, ao final do desenvolvimento, obter um veículo lançador capaz de satelitizar cargas úteis de 150 kg em órbitas terrestres baixas.

5.3.12.2 Organograma funcional

1 – DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial) – UGR

2 – IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço) – UGR; e

3 – GIA-SJ (Grupo de Infraestrutura e Apoio de S. J. dos Campos) – UGE

5.3.12.3 Grupos de interesse

- COMAER;
- Centro Aeroespacial Alemão (DLR) – parceiro de desenvolvimento;
- Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) – tem convênio firmado com o IAE, para apoio na gestão administrativa/financeira; e
- Agência Espacial Brasileira (AEB).

5.3.12.4 Valor global estimado

Custo estimado = R\$ 115.000.000,00 (de acordo com PNAE 2012-2021); como o término do projeto ficou previsto com o 1º lançamento, em 2018, o valor estimado, a partir de 2014, perfaz um total de R\$ 79.000.000,00, sendo que foram gastos R\$ 20.300,00 até dez 2014.

5.3.12.5 Fontes de financiamento

O VLM-1 utiliza recursos oriundos da Agência Espacial Brasileira (AEB), descentralizados ao Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ).

5.3.12.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

2012:

empenhado = R\$ 10.326.131,36; liquidado = R\$ 10.326.131,36; pago = R\$ 10.326.131,36

2013:

Não houve valores empenhados, liquidados e pagos, pois não houve repasse de recursos para o Projeto.

2014:

empenhado = R\$ 10.000.000,00; liquidado = R\$ 0,00; pago = R\$ 0,00

5.3.12.7 Acordos de Compensação

Não há.

5.3.12.8 Estrutura de gestão e controle

IAE faz a gestão e o DCTA o controle do projeto.

Em complemento, o IAE firmou Convênio nº 001/IAE/2014, firmado em dez/2014, com a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE), amparado no Parecer jurídico nº 664/2014/CJU-SJC/CGU/AGU, para que auxilie o IAE na gestão administrativa e financeira do Projeto. Desta forma, parte dos recursos descentralizados pela AEB para o GIA-SJ serão empenhados na FUNCATE, que fará a gestão dos contratos dos serviços necessários para o Projeto, com fiscalização feita por corpo técnico do IAE.

5.3.12.9 Diagnósticos acerca da performance

Em razão da defasagem do desembolso para o VLM-1 entre 2012-2014, a meta de lançamento do voo desse veículo não ocorreu conforme previsto no PPA 2012-2015, acarretando um atraso de três anos (de 2015 para 2018).

A viabilidade do VLM-1 na configuração básica está em processo final de revisão, as definições dos subsistemas estão em fase de validação final.

As especificações e características técnicas do envelope motor S50 estão definidas, para a realização da fabricação e posterior qualificação estrutural e verificação do atendimento dos requisitos para cumprimento da missão do VLM-1.

A Eletrônica Embarcada ainda está na fase de definição inicial, o que demandará uma quantidade de estudos, pesquisas, análises de viabilidade, simulações, definições preliminares, ensaios de desenvolvimento para o cumprimento do desenvolvimento do VLM-1 (colocar microssatélite em órbita).

Para que os primeiros ensaios em solo sejam realizados em 2016, com ensaios em voo previstos para 2017 e o voo de lançamento no final de 2018, o Projeto está dentro do cronograma previsto.

5.3.13 ASTROS 2020

5.3.13.1 Descrição do Projeto

Descrição

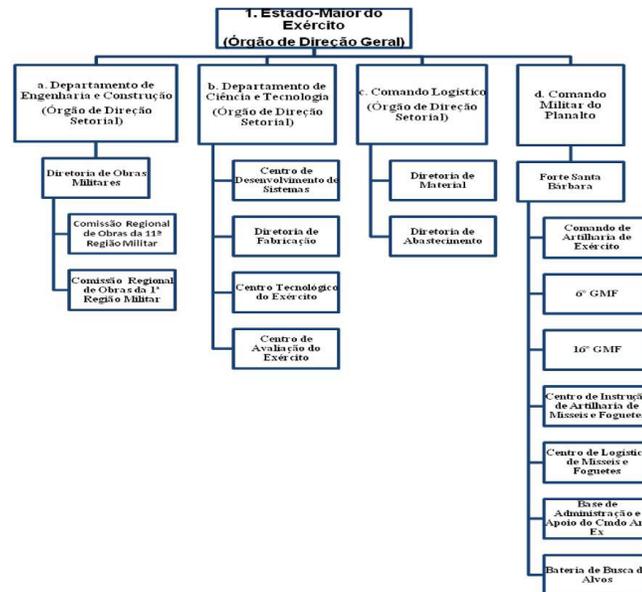
O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 (PEE ASTROS 2020) irá possibilitar à Força Terrestre contribuir para que o Brasil venha a possuir CAPACIDADE DISSUASÓRIA. Isso ocorrerá pelo completo desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro com alcance de 300 km e do Foguete Guiado SS 40 G; da implantação, construção e conclusão das instalações do Forte Santa Bárbara, na cidade de Formosa-GO; da aquisição de viaturas ASTROS, no padrão MK-6; da modernização das viaturas ASTROS II; e do desenvolvimento e implantação do Sistema de Simulação Integrado; o PEE ASTROS 2020 também contribui para a organização da Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro.

Finalidade, características e produtos

- (a) desenvolvimento de Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) solo-solo com alcance de até 300 km;
- (b) contribuição para o desenvolvimento de uma doutrina de emprego de MTC;
- (c) desenvolvimento de foguete-guiado SS-40G de maior precisão baseado no atual foguete de saturação de área SS-40;
- (d) aquisição de novas viaturas do Sistema ASTROS, no padrão MK6, utilizando a indústria de Defesa Nacional;
- (e) modernização do atual sistema de artilharia de foguetes ASTROS II em uso no 6º GMF;
- (f) construção e implantação do Forte Santa Bárbara (FSB) composto pelas seguintes Organizações Militares (OM): Comando de Artilharia do Exército, o atual 6º GMF, o 16º GMF, o Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes (C InstrMslFgt), o Centro Logístico de Mísseis e Foguetes (C Log MslFgt), a Bateria de Busca de Alvos e a Base de Administração e Apoio do Comando de Artilharia do Exército, incluindo os paióis. Além disso, uma infraestrutura composta de instalações de segurança, desportivas e de Próprios Nacionais Residenciais complementar o FSB.
- (g) aquisição de um Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) associado ao Sistema ASTROS e incorporado à Bateria de Busca de Alvos para proporcionar o seguro e eficaz emprego de munições de longo alcance por meio de eficiente busca de alvos, de comando e controle oportunos e eficaz controle de danos;
- (h) fomentar a Indústria Nacional de Defesa, em especial as empresas de caráter estratégico, agregando novas tecnologias a serem desenvolvidas para atender ao PEE;
- (i) desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS);
- (j) estímulo e contribuição para a criação de novos cursos nas áreas de tecnologias voltadas para a química pesada, propulsão, tecnologia voltada para o guiamento e georreferenciamento, entre outras; e
- (k) desenvolvimento de ferramentas de Comando e Controle (C2), Simulação e Modelagem para a adequada e oportuna inserção da Artilharia de Mísseis e Foguetes na estrutura da Força Terrestre.

5.3.13.2 Organograma funcional

Figura 12 – Organograma funcional referente ao Projeto ASTROS 2020



1) Estado-Maior do Exército (EME): gerenciamento, orientação e fiscalização, e coordenação de todas as atividades do Projeto.

(a) Departamento de Engenharia e Construção (DEC): responsável pelas obras a serem realizadas em Formosa-GO para a implantação das OM do Forte Santa Bárbara.

(b) Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT): desenvolvimento do míssil tático de cruzeiro, do foguete guiado e do Sistema de Simulação ASTROS (Universidade Federal de Santa Maria).

(c) Comando Logístico (COLOG): aquisição de munição e de Produto de Defesa (PRODE), modernização do material do 6º GMF e contratação do Suporte Logístico Integrado.

5.3.13.3 Grupos de interesse

- Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX) – atua na revisão dos cursos e estágios do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes;
- Departamento Geral do Pessoal (DGP) – atua na classificação e movimentação de pessoal para as novas Organizações Militares do Forte Santa Bárbara;
- Comando Militar do Planalto (CMP) – por meio do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes (GMF), atua no assessoramento técnico sobre o material ASTROS;
- AVIBRAS Aeroespacial S.A. – Indústria de Defesa Nacional, fabricante do material ASTROS e de toda a família de munições. Empresa integradora que agrega mais de uma centena de outras empresas no PEE ASTROS 2020;
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Inserção da Universidade nos assuntos de Defesa, por meio do desenvolvimento do Sistema de Simulação Integrado; e
- Base Industrial de Defesa (BID) – Demais indústrias de defesa nacionais, responsáveis pela fabricação de insumos para o Sistema ASTROS 2020.

5.3.13.4 Valor global estimado

Em 2011, foram destinados recursos orçamentários do Exército Brasileiro no valor de R\$ 45,0 milhões.

Em 2012, foi criada a Ação Orçamentária (AO) 14LW, com um valor inicial de R\$ 1,246 bilhão.

Ainda em 2012, o PAC Equipamentos (Ação Orçamentária 14N4) destinou R\$ 120,0 milhões ao projeto.

Da LOA/2012, foram contingenciados R\$ 100,86 milhões.

Para 2013, a demanda inicial do projeto foi de R\$ 263,94 milhões. A LOA contemplou apenas R\$ 105,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R\$ 99,01 milhões. O déficit em 2013 foi de R\$ 164,91 milhões.

Para 2014, a demanda inicial do projeto foi de R\$ 339,72 milhões. A LOA contemplou R\$ 311,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R\$ 222,54 milhões. O déficit em 2014 foi de R\$ 117,18 milhões.

O déficit acumulado entre 2013 e 2014 é de R\$ 282,09 milhões.

Seguem abaixo as tabelas relativas à variação orçamentária do projeto:

Quadro A.5.3.13.4.1 – Déficit Orçamentário do Projeto ASTROS 2020

ANO	Necessidades de recursos	LOA	Valores contingenciados	Limite de empenhos	Recursos empenhados	Déficit
2011	45,00	45,00	0,00	45,00*	45,00	0,00
2012	164,86	164,86	100,86	184,00*	184,00	0,00
2013	263,94	105,0	5,97	99,03	99,03	164,91
2014	339,72	311,0	88,45	222,54	222,54	117,18

* Valores em milhões de reais

5.3.13.5 Fontes de financiamento

O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 tem seus valores aportados pela Ação Orçamentária 14LW – Implantação do Projeto de Defesa Estratégico ASTROS 2020.

5.3.13.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Valores referentes à Ação Orçamentária 14LW:

Quadro A.5.3.13.6.1 – Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto ASTROS 2020

Ano	Valores empenhados	Valores liquidados	Valores pagos
2012	R\$ 63.999.999,96	R\$ 33.999.999,96	R\$ 33.999.999,96
2013	R\$ 99.010.034,74	R\$ 5.026.399,25	R\$ 5.026.399,25
2014	R\$ 222.547.289,75	R\$ 40.852.750,15	R\$ 37.385.450,15

5.3.13.7 Acordos de Compensação

Não há.

5.3.13.8 Estrutura de gestão e controle

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

5.3.13.9 Diagnósticos acerca da performance

5.3.13.9.1) Variação de custos

Quadro A.5.3.13.9.1.1 – Variação de custos no Projeto ASTROS 2020

Descrição/objeto	Valor inicial (R\$)	Valor com reajuste (R\$)
1 - Desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (Contrato nº 004/2012)	195.784.000,00	200.787.758,09
2 - Desenvolvimento do Foguete Guiado (Contrato nº 002/2012)	40.000.000,00	42.046.849,58
3 - Modernização do Sistema ASTROS (Contrato nº 249/2013)	111.000.000,00	113.599.166,83

5.3.13.9.2) Cumprimento dos prazos

Em relação ao Subprojeto 2. Transformação do Exército – 2.3.4 Viaturas Logísticas de Transporte para o Sistema ASTROS:

8 (oito) viaturas de transporte não especializado, tipo cavalo mecânico, COLOG-DMat, empresa IVECO. (Contrato nº 110/2014). A previsão de entrega contratual estava prevista para até 19 de janeiro de 2015. Contudo a empresa contratada começou o processo de adição do terceiro eixo na viatura, fora de sua linha de produção. Esta adição está sendo feita pela empresa RANDON. A adição do terceiro eixo é necessária para que o fabricante cumpra as exigências do contrato. A adição do terceiro eixo a VTE não estava prevista em contrato, mas foi à solução encontrada pela empresa IVECO para fornecer a viatura que utiliza qualquer tipo de Diesel e sem agregar o valor da modificação de sua linha de produção. Previsão de entrega até julho de 2015.

5.3.13.9.3) Atendimento do escopo

(a) Tarefas planejadas e já cumpridas:

(1) Em relação ao Subprojeto 2. Transformação do Exército – 2.3.4 Viaturas Logísticas de Transporte para o Sistema ASTROS:

(1.a) 2 viaturas de transporte especializado semireboquebitrem. COLOG-DMat, empresa NOMA. (Contrato nº 73/2014);

(1.b) 6 viaturas semireboque especializada, tipo prancha leito rebaixado, com capacidade para até sessenta toneladas, COLOG-DMat, empresa JHV. (Contrato nº 74/2014).

(2) Em relação ao Subprojeto 4. Foguete Guiado SS 40 G – 4.3 Projeto Básico do Foguete Guiado:

Foram entregues até a etapa 9 de desenvolvimento, de 12 previstas. DCT-DF, empresa AVIBRAS. (Contrato nº 02/2012).

(3) Em relação ao Subprojeto 5. Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM -300 – 5.3 Projeto Básico do Míssil Tático de Cruzeiro:

Foram entregues até a etapa 10 de desenvolvimento, de 20 previstas. DCT-DF, empresa AVIBRAS. (Contrato nº 04/2012).

(4) Em relação ao Subprojeto 6. Modernização do 6º GMF:

Foram entregues as etapas de trabalho nº 1, 2, 3 e 4, de 27 previstas, referente aos serviços especializados de manutenção e modernização do Sistema ASTROS do Exército Brasileiro. COLOG-DMat, empresa AVIBRAS. (Contrato nº 249/2013).

(5) Em relação ao Subprojeto 7. Novo Grupo de Mísseis e Foguetes – 7.4 Viaturas TATRA Modelo MK-6:

Entrega de nove viaturas do sistema ASTROS, com suas plataformas, compartimentos, chassis, cabines, “shelters”, equipamentos eletro-mecânico, equipamentos eletrônicos e

componentes para 6 viaturas Lançadoras Múltipla Universal, 1 viatura Posto de Comando e Controle, 1 viatura Remuniadora e 1 viatura Posto Meteorológico. COLOG-DMat, empresa AVIBRAS, (Contratos nº 062 e 167/2012).

(b) Tarefas planejadas, contratadas e em andamento:

(1) Em relação ao Subprojeto2.Transformação do Exército – 2.5.3 Modelagem da Simulação na Estrutura de Defesa Terrestre e Conjunta:

O Exército Brasileiro (EB), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, assinaram, em novembro de 2014, um Termo de Execução Descentralizada (TED) para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação do Sistema ASTROS 2020 (SIS-ASTROS).

O projeto do SIS-ASTROS visa à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, pela UFSM em cooperação com o EB, de um sistema de simulação (software e hardware) que possibilite a integração das ferramentas de simulação do Sistema ASTROS no contexto do Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020. O projeto de simulação deverá contribuir para o adestramento de comandantes e militares das unidades ASTROS por meio da pesquisa e desenvolvimento de um sistema específico de simulação virtual para o treinamento dos aspectos táticos de Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP) das unidades de mísseis e foguetes do Exército Brasileiro. Além do aspecto tático, ele proporcionará elementos para a simulação da direção de tiro e para o Treinamento Baseado em Computadores (TBC). Em caráter sistêmico, o projeto proporcionará elementos para a integração do SIS-ASTROS com os demais sistemas de simulação da Força Terrestre. O prazo de execução do SIS-ASTROS é 2015-2018.

(2) Em relação ao Subprojeto3.Forte Santa Bárbara (FSB) – 3.3 Construções de Instalações e implantação do FSB. (Obras em andamento):

(2.a) Iniciada em 2014, as obras de construção de infraestrutura civil e elétrica do complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. DEC-CRO/11, empresa Central Engenharia. (Contrato nº 35/2013).

(2.b) Iniciada em 2014, as obras de construção do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. DEC-CRO/11, empresa Omega Engenharia LTDA. (Contrato nº 30/2013).

(2.c) Iniciada em 2013, as obras de construção do Paiol de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. DEC-CRO/11, empresa Fibra Engenharia LTDA. (Contrato nº 22/2013).

(2.d) Iniciada em 2014, as obras de construção do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. DEC-CRO/11, empresa Vento Sul Engenharia. (Contrato nº 02/2014).

(3) Em relação ao Subprojeto 7. Novo Grupo de Mísseis e Foguetes – 7.4 Viaturas TATRA Modelo MK-6:

Em 2014, foi contratada a aquisição de 20 (vinte) novas viaturas do Sistema ASTROS que irá completar o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes e equipar o 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, com suas plataformas, compartimentos, chassis, cabines, “shelters”, equipamentos eletromecânico, equipamentos eletrônicos e componentes para 5 viaturas Lançadoras Múltipla Universal, 1 viatura Posto de Comando e Controle, 5 viaturas Remuniadoras, 4 viaturas Posto Meteorológico, 2 viaturas de Controle de Fogo e 3 viaturas Oficina Veicular e Eletrônica. COLOG-DMat, empresa AVIBRAS, (Contratos 289/2014-DMat).

5.3.14 SISFRON

5.3.14.1 Descrição do Projeto

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um sistema de sensoriamento, de apoio à decisão e de atuação operacional, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira.

As principais finalidades do Sistema são:

- contribuir com o esforço governamental de manter efetivo controle sobre a faixa de fronteira, atendendo ao trinômio Monitoramento/Controle, Mobilidade e Presença, enfatizado nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa;

- facilitar o cumprimento das missões do Exército decorrentes da destinação constitucional prevista no Art. 142 Constituição Federal e, particularmente, na Lei Complementar Nº 97/1999, alterada pelas Leis Complementares Nº 117/2004 e Nº 136/2010, no tocante às ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre;

- apoiar a execução do Plano Estratégico de Fronteiras, estabelecido de acordo com o Decreto 7.496, de 8 de junho de 2011, que se destina à prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos transfronteiriços, por meio da atuação integrada dos órgãos de segurança pública, Forças Armadas, Receita Federal e outros órgãos governamentais;

- contribuir para o aumento da capacitação tecnológica e da autonomia da base industrial de defesa, particularmente no que diz respeito à manutenção, ampliação e perene atualização do sistema, bem como proporcionar a diversificação da pauta de exportação nacional, com a adição de itens de alto valor agregado, e a geração de empregos e de renda nos setores de infraestrutura e tecnologia.

Para alcançar as finalidades propostas, o Sistema possui três componentes principais:

- Subsistema de Sensoriamento - destina-se a vigiar a faixa de fronteira, coletando e transmitindo dados que possibilitem a detecção, a identificação e o monitoramento remoto de eventos de interesse. Compreende, dentre outros meios, sensores ópticos e optrônicos, radares de vigilância terrestre e de vigilância aérea de baixa altura, sensores de sinais eletromagnéticos, sistemas de veículos aéreos remotamente pilotados e aeróstatos.

- Subsistema de Apoio à Decisão - destina-se a produzir e difundir conhecimentos necessários à realização de operações na faixa de fronteira. Compreende, dentre outros meios, centros de planejamento, coordenação, acompanhamento e controle de operações, programas (softwares) de apoio à decisão e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (inclusive com infovias de longo alcance, dotadas de redes terrestres de micro-ondas e meios de comunicações por satélite)

- Subsistema de Atuadores - destina-se a realizar ações de defesa e segurança e de prevenção e repressão contra delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira. Compreende meios operacionais do Exército, empregados na faixa de fronteira, com ênfase na atuação com as demais Forças Armadas (operações conjuntas) e com os órgãos federais, estaduais e municipais (operações interagências).

Os meios do SISFRON estarão desdobrados ao longo dos 16.886 quilômetros da faixa de fronteira, monitorando uma área de aproximadamente 27% do território nacional, o que potencializará o emprego das organizações subordinadas aos Comandos Militares da Amazônia (Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), do Norte (Estados do Amapá e Pará) do Oeste (Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e do Sul (Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cujos efetivos orientados para as atividades operacionais excedem 80 mil militares.

A concepção geral e o planejamento inicial do Sistema constam do seu Projeto Básico, que foi elaborado em 2010 e 2011, mediante contratação de empresa nacional (ATECH) com experiência na integração de projetos complexos e de grande vulto. Segundo o Estudo de Viabilidade da implantação do Sistema, realizado com base em dados coletados de análises de agências oficiais, o custo da violência no Brasil, em 2010, foi calculado como sendo de 5,09% do PIB, ou seja, da ordem de R\$ 183,75 bilhões. Desse valor, R\$ 40 bilhões corresponderam ao custo anual da violência decorrente do narcotráfico. Desse modo, considerando uma efetividade mínima do SISFRON de apenas 2,97% por ano, na redução do narcotráfico através das fronteiras, já estaria garantido o retorno do investimento realizado no Sistema.

Atualmente, a implantação do SISFRON é objeto de um Projeto Estratégico do Exército (PEE SISFRON), que está contemplado no PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil – com ação orçamentária própria (14T5), além de ser considerado empreendimento de grande porte.

O PEE SISFRON está estruturado nos seguintes subprojetos:

- Sensoriamento e Apoio à Decisão – destina-se à implantação dos subsistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão, inclusive dos meios necessários à Segurança das Informações e das Comunicações, à Defesa Cibernética, ao Suporte Logístico Integrado e à Capacitação e Simulação;

- Apoio à Atuação – destina-se à melhoria da capacidade operacional do subsistema de Atuadores. Compreende a aquisição e o fornecimento de materiais diversos, com ênfase para os meios de transporte e equipamentos de uso individual ou de emprego coletivo; e

- Obras de Engenharia – destina-se à construção, ampliação, adequação, adaptação, recuperação e reforma de instalações necessárias ao funcionamento do Sistema.

Uma vez superadas as fases iniciais de concepção, planejamento, estruturação e contratações iniciais, o Projeto encontra-se na fase de implantação do Piloto, na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados-MS. A Brigada é subordinada ao Comando Militar do Oeste e tem a maioria de suas Unidades desdobradas na faixa de fronteira, compreendendo uma frente de mais de 600 km, no Estado do Mato Grosso do Sul. O Piloto se destina, entre outras finalidades, a avaliar, reajustar e refinar as definições iniciais do Sistema, possibilitando a sua implementação, de forma adequada e eficiente, no restante do País.

Para o Projeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, no âmbito do Piloto, tendo em vista a amplitude de desdobramento dos meios, as inovações tecnológicas presentes e a complexidade de integração dos diversos meios, o modelo considerado mais adequado para aquisição foi contratação, por meio de empreitada integral, de uma empresa integradora nacional (Consórcio TEPRO), com perfil semelhante ao de Empresa Estratégica de Defesa.

Além dos desafios representados pela amplitude da faixa de fronteira, pela diversidade dos ambientes operacionais, bem como pela complexidade da integração tecnológica, constitui fator importante para o sucesso do Projeto, a disponibilidade regular dos recursos financeiros necessários para assegurar a continuidade da implantação do Sistema, conforme previsto no Projeto Básico e no seu Estudo de Viabilidade.

Além de ampliar a operacionalidade da Força Terrestre, o SISFRON propiciará melhores condições para a atuação integrada do Exército com órgãos civis ou militares, nos níveis federal, estadual ou municipal, inclusive com órgãos de países vizinhos. O foco é o apoio à realização de Operações Interagências, como as Operações Ágata e outras Operações que são conduzidas regularmente por órgãos governamentais, na faixa de fronteira.

Para tanto, o Projeto prevê a interação com sistemas congêneres, existentes em outros órgãos, tais como o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), do Ministério da Defesa, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), da Marinha do Brasil, e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), do Comando da Aeronáutica. Prevê, ainda, a criação de ambientes apropriados para o trabalho interagências, bem como o estabelecimento de ligações

entre os Centros de Operações das Organizações Militares, Brigadas e Comandos Militares de Área com os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), existentes nos níveis estadual e municipal.

O planejamento da aquisição de meios observa, além da doutrina vigente, o princípio da eficiência, evitando-se a interferência nas atribuições dos demais órgãos e a desnecessária duplicação de esforços no mesmo espaço geográfico.

O SISFRON também representa significativa janela de oportunidades para as empresas nacionais, tendo em vista, dentre outros aspectos, o montante considerável de investimentos estimados, o prolongado ciclo de vida previsto para o Sistema e a diversidade e o caráter de uso dual (civil e militar) dos produtos e serviços necessários para sua implantação e operação.

Como resultado, o SISFRON deverá estimular a geração de empregos na indústria nacional, havendo uma expectativa de 12.522 empregos anuais. O valor total da melhoria relacionada à renda, decorrente da geração de empregos diretos e indiretos, poderá atingir um total de R\$ 2,309 bilhões, durante os 10 anos de implantação do Sistema. Praticamente 2/3 (dois terços) deste total poderá vir do setor de tecnologia, com a execução de atividades de desenvolvimento de componentes e subsistemas, desenvolvimento de software e integração do sistema final, por empresa nacional.

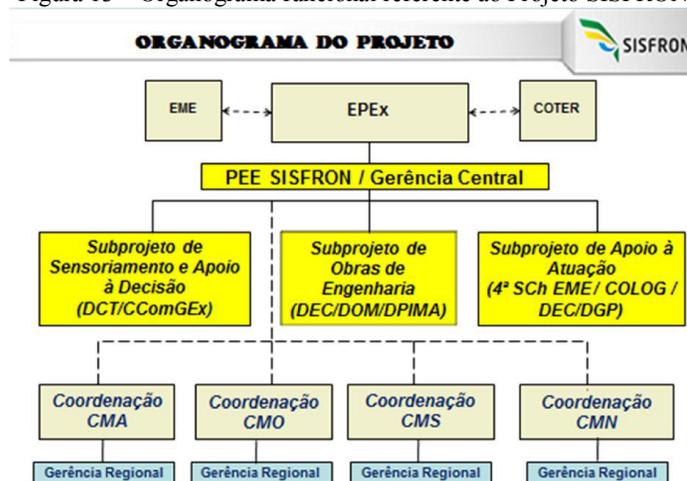
Deverá criar, também, oportunidade de sustentabilidade tecnológica, por meio da venda de produtos e serviços de uso dual e da diversificação da pauta de exportações. A estimativa para a captação de recursos provenientes da comercialização desses itens nos mercados interno e externo é da ordem de até R\$ 1 bilhão por ano.

Atribuindo-se prioridade ao aproveitamento do que já existe no país, segundo orientação da Estratégia Nacional de Defesa, haverá motivação para a transferência de tecnologia, a capacitação de recursos humanos especializados e o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, nas áreas de interesse, com reflexos positivos para o aumento da capacidade da base industrial do país, da nacionalização do Sistema e da autonomia tecnológica.

Além dos benefícios acima citados, o SISFRON deverá proporcionar condições mais adequadas para o atendimento de objetivos sociais diversos, contribuindo para o aumento da segurança nos centros urbanos, para a preservação ambiental, a proteção da biodiversidade e das populações indígenas, bem como no apoio a populações desassistidas com inclusão digital, ensino à distância e tele saúde.

5.3.14.2 Organograma funcional

Figura 13 – Organograma funcional referente ao Projeto SISFRON



5.3.14.3 Grupos de interesse

a) Público Externo

Quadro A.5.3.14.3.1 – Grupos de Interesse (Público externo) do Projeto SISFRON

Indústria de Defesa	Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança
	Demais empresas de defesa, não associadas à ABIMDE
	Embraer Defesa e Segurança
Indústria Nacional	Confederação Nacional das Indústrias
	Federação das Indústrias dos Estados (SP, MS, RS, PR, GO, MG, RJ, SC e AM)
	Empresas Nacionais Contratadas e Subcontratadas
Indústrias Internacionais	BRUNSWICK – Commercial&GovernmentProducts
	Empresas Estrangeiras Contratadas
Poder Executivo	Presidência da República
	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	Órgãos Ambientais e Patrimoniais
	Ministério da Saúde
	Anvisa
	Órgãos Estaduais
	Órgãos Municipais
Poder Legislativo	Órgãos de Segurança Pública
	Tribunal de Contas da União
	Parlamento Federal
	Bancada dos Estados da Faixa de Fronteira Terrestre
	Câmaras Legislativas
Poder Judiciário	Comissões Parlamentares
	Ministério Público da União (MPU)
Universidades	Advocacia Geral da União (AGU)
	Universidade de Federais
Empresas Nacionais e Estrangeiras contratadas	Centros Tecnológicos
	SAVIS Tecnologia e Sistemas S/A, Bradar Indústria S.A, Harpia Sistemas S.A., RF COM Sistemas Ltda, Grupo BrasilSAT, Decatron, MTel Tecnologia, Agrale, AGX, Grupo Enecol, GigaComBroadband Wireless, Stemac, Kriptus, Volkswagen do Brasil, RustCon, Digitel, Casa da Floresta AEL Sistemas S.A, CM Comandos Lineares.
Imprensa Nacional	MEDAV GmbH A Saab Defence and Security Company, Advantech Wireless Inc., Harris Corporation, Cummins Inc, AEL/ELOP/AEL Sistemas S.A. e Elbit Systems.
	Mídias especializadas
Ministério da Defesa	Mídias políticas e econômicas
	Secretaria de Organização Institucional
Marinha do Brasil	Secretaria de Produtos de Defesa
Força Aérea Brasileira	Empresa Gerencial de Projetos Navais
	SIVAM e SIPAM

b) Público Interno

Quadro A.5.3.14.3.2 – Grupos de Interesse (Público interno) do Projeto SISFRON

	Estado-Maior do Exército
	COTER
	Departamento de Ciência e Tecnologia
	Diretoria de Obras Militares
	Diretoria de Abastecimento
	Diretoria de Material

Exército Brasileiro	Comando Militar do Oeste
	Diretoria de Patrimônio e Meio Ambiente
	Departamento de Engenharia e Construção
	Departamento Geral do Pessoal
	4a Brigada de Cavalaria Mecanizada
	IMBEL
	Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército
	Escritório de Projetos do Exército
	Comissões Regionais de Obras
	Secretaria de Economia e Finanças
	Demais Projetos Estratégicos do Exército

5.3.14.4 Valor global estimado

Atribuindo-se prioridade ao aproveitamento do que já existe no país, segundo orientação da Estratégia Nacional de Defesa, haverá motivação para a transferência de tecnologia, a capacitação de recursos humanos especializados e o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, nas áreas de interesse, com reflexos positivos para o aumento da capacidade da base industrial do país, da nacionalização do Sistema e da autonomia tecnológica.

Total de recursos financeiros estimados quando da aprovação do Projeto: R\$ 11.992,00 milhões.

Total de recursos financeiros do Projeto, atualizado até o final do exercício de 2014: R\$ 16.207,00 milhões.

5.3.14.5 Fontes de financiamento

A partir de 2015 (inclusive), haverá necessidade do aporte de R\$ 15.260,00 Milhões do orçamento da União.

5.3.14.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Quadro A.5.3.14.6.1 – Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto SISFRON

Ano	Empenhado R\$(milhões)	Liquidado R\$(milhões)	Pago R\$(milhões)
2012	196,69	63,23	0,99
2013	242,04	118,95	46,09
2014	256,06	219,58	63,58
Soma	694,79	401,76	110,66

5.3.14.7 Acordos de Compensação

Foram quatro os acordos de compensação assinados, na modalidade direta, por ocasião da primeira fase do SISFRON (Projeto Piloto), conforme o quadro abaixo:

Quadro A.5.3.14.7.1 – Acordos de Compensação Comercial do Projeto SISFRON

Acordo de compensação	Empresa contratada	Beneficiária(s)	Valor externado	Créditos de offset gerados
001	ELOP	<ul style="list-style-type: none"> • Exército Brasileiro • AelSistemasBRADAR • Harpia 	US\$ 9.656.784,00	US\$ 40.000.000,00
002	Advantech	<ul style="list-style-type: none"> • Exército Brasileiro • VISIONBYTE • IBRASAT 	US\$ 4.400.000,00	US\$ 4.400.000,00
003	MEDAV	<ul style="list-style-type: none"> • Exército Brasileiro • BRADAR 	€19.000.000,00	€ 51.055.369,00
004	HARRIS	<ul style="list-style-type: none"> • Exército Brasileiro • BRADAR • SAVIS 	US\$ 31.000.000,00	US\$ 1.000.000,00

Destes dados, conclui-se que foram gerados USD 75.400.000,00 e € 51.055.369,00 em créditos de offset. Conforme cotações das moedas na data da assinatura, em 19/11/2012, o total dos créditos gerados em dólares americanos ficou em USD 140.750.872,32; sendo que deste total, apenas os créditos da MEDAV, no valor de € 32.055.369,00, poderão ser utilizados nas próximas fases do Projeto, mas apenas no SISFRON, todos por limitação contratual.

Nenhuma parcela do total de compensação previsto foi realizada.

5.3.14.8 Estrutura de gestão e controle

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

5.3.14.9 Diagnósticos acerca da performance

5.3.14.9.1) Variação de custos

A variação da totalidade de custos do Projeto, apresentada anteriormente, no valor de R\$ 4.215,00 milhões, deveu-se a atualização do valor estimado quando da aprovação do Projeto até 31 Dez 14, tomando-se como base, primordialmente, as variações cambiais, para os produtos e serviços estrangeiros, e as variações de preço no mercado brasileiro para os produtos e serviços nacionais.

5.3.14.9.2) Cumprimento dos prazos

Mantendo-se a média anual de recursos recebidos desde o início do Projeto (R\$ 232,00 milhões), o Sistema, que estaria previsto para ser implantado em 2021, somente deverá estar implantado em 2080.

5.3.14.9.3) Atendimento do escopo

Até a presente data, não houve variação significativa ao atendimento do escopo do Projeto. As aquisições foram realizadas de acordo com o planejado na Estrutura Analítica do Projeto, seja em termos de quantidade, seja em termos dos requisitos estabelecidos para os produtos e serviços correspondentes.

5.3.15 DEFESA ANTIAÉREA

5.3.15.1 Descrição do Projeto

O Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DA Ae) destina-se à atualização do Sistema de Defesa Antiaérea (DA Ae) do Exército Brasileiro, com o objetivo de atender às exigências da Estratégia Nacional de Defesa (END), do Livro Branco de Defesa Nacional e da legislação que estabelece o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), do qual a Artilharia Antiaérea (AA Ae) da Força Terrestre é parte integrante, como elo permanente.

A intenção deste Projeto Estratégico do Exército é reequipar as unidades de artilharia antiaérea do Exército Brasileiro por meio da aquisição de materiais, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, capacitação de pessoal e a implantação de um sistema logístico integrado para oferecer suporte aos demais sistemas durante o seu ciclo de vida.

A atualização do Sistema de Defesa Antiaérea proporcionará níveis adequados de proteção das Estruturas Estratégicas do País e de outros locais, que temporariamente necessitem de proteção antiaérea, em situações de guerra, crise ou mesmo em situações de paz nas operações doutrinarmente definidas como de “não guerra”, como, por exemplo, segurança de grandes eventos (esportivos, políticos e culturais), visitas de dignitários, reuniões de cúpula e missões de paz.

O Sistema de Defesa Antiaérea deverá ter condições de se contrapor a ameaças aéreas tradicionais (aeronaves de asa fixa e rotativa, mísseis balísticos e de cruzeiro, foguetes de variados alcances, aeronaves remotamente pilotadas, entre outras) e assimétricas (aeronaves civis abduzidas e transformadas em vetores de ação terrorista), aeronaves remotamente pilotadas de baixo custo e de fácil montagem que transportem carga explosiva, morteiros, ultraleves, balões dirigíveis ou qualquer outro tipo de ameaça que desenvolva perfis de voo em direção aos locais defendidos.

O Projeto foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia daqueles produtos de defesa ainda não acessíveis no país, com a assimilação de novas capacidades, contribuindo para o incremento no número dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil. Neste contexto, cabe destacar que a utilização de sensores radar e de centros de operações antiaéreas (COAAe) de fabricação nacional, combinada à integração dos demais sistemas complexos componentes, posicionará a indústria brasileira no restrito grupo que dispõe de capacidade científico-tecnológica para estruturar sistemas de defesa antiaérea.

O PEE DA Ae é constituído por 11 projetos descritos na tabela a seguir. Vale destacar que os projetos listados levam em consideração o Projeto Defesa Antiaérea do Ministério da Defesa a fim de que não haja sobreposição de recursos.

Quadro A.5.3.15.1.1 – Projetos componentes do Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea

Projetos	Objetivo	Obs
Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura (BxAltu) – Fase 1	Obtenção das Seções de Artilharia Antiaérea (AA Ae) constituídas por mísseis AAe tipo seguidor de feixe, Centro de Operações Antiaéreas Eletrônico (COAAeElt) de Seção e Bateria, Radar de Busca (SABER M60), Sistemas de Comunicações e integração.	Aquisição do Sistema de Armas, Controle e Alerta e Logístico com recursos do PEE DA Ae, por intermédio do Comando Logístico do Exército (COLOG). Aquisição do Sistema Comunicações com recursos do PEE DA Ae, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército.
Desenvolvimento de tecnologias de Defesa Antiaérea	Desenvolver as tecnologias necessárias para o SistOp DA Ae (Radar de Vigilância, Missil Média Altura, COAAeElt de Brigada, Grupo, Bateria e Portátil).	Com recursos do PEE DA Ae e de outras fontes de financiamento de fomento ao desenvolvimento tecnológico do Centro Tecnológico do Exército, por intermédio do DCT do Exército.

Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura – Fase 2	Complementar os sistemas AAe necessários para dotar as Organizações Militares (OM)AAA e não contempladas na Fase 1, acrescentando-se os Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil Leve (“ <i>FireandForget</i> ”) e o Sistema de Armas Canhão Antiaéreo.	Fase a ser detalhada em 2016, em função dos créditos a serem disponibilizados na LOA de 2017 em diante.
Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Média Altura	Obter os sistemas de Baterias de AAAe de Média Altura.	Embora previsto no escopo do PEE DA Ae, o projeto está a cargo do Ministério da Defesa (MD), mas há implicações de integração e desenvolvimento a serem consideradas no PEE DA Ae, inclusive com recursos a serem repassados pelo MD.
Avaliação do SistOp DAAe	Avaliar os sistemas de AAAe que serão adotados.	Referente à avaliação técnica e operacional do sistema. Os recursos referentes a munição e demais itens operacionais não estão incluídos.
Obtenção da Infraestrutura Logística	Obter a infraestrutura logística capaz de suportar o SistOp DA Ae.	Refere-se a pagamento de taxas, aquisição de materiais necessários à manutenção dos PRODE e estimativa para as fases seguintes.
Obtenção da infraestrutura Educação	Capacitação de Instrução de Operação e Manutenção dos equipamentos, Guarnições e simuladores.	Refere-se a cursos e a aquisição de diversos simuladores e implantação de um Centro de Simulação de AAAe na EsACosAAe
Obtenção da infraestrutura de Obras Militares da DAAe	Construir e adequar as instalações.	Referem-se a adequação da EsACosAAe ao Sistema GEPARD e Centro de Simulação
Documentação do SistOp DAAe	Elaboração dos Manuais de Campanha, Manuais técnicos, Programas Padrão de Instrução e atualizar Quadros Organizacionais (QC/QCP/QDM/QDMP) das OM.	Realização do Simpósio de Adequação dos QC e QDM das OM AAAe em 2013 e confecção de manuais dos novos PRODE
Gerenciamento do PEE DAAe	Gerenciar o Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DA Ae).	Inclui a contratação de empresa integradora (gerenciamento), diárias, passagens e demais atividades para o gerenciamento do projeto.
Aquisição do Sistema de Armas BxAltu das Brigadas Blindadas (BdaBld)	Dotar as OM AAAe orgânicas das BdaBld (6ª Bia AAAe e 11ª Bia AAAe, além da EsACosAAe, do Sistema de Armas Canhão Antiaéreo Autopropulsado GEPARD.	Contrato em execução a cargo do COLOG, com recursos do PEE DA Ae

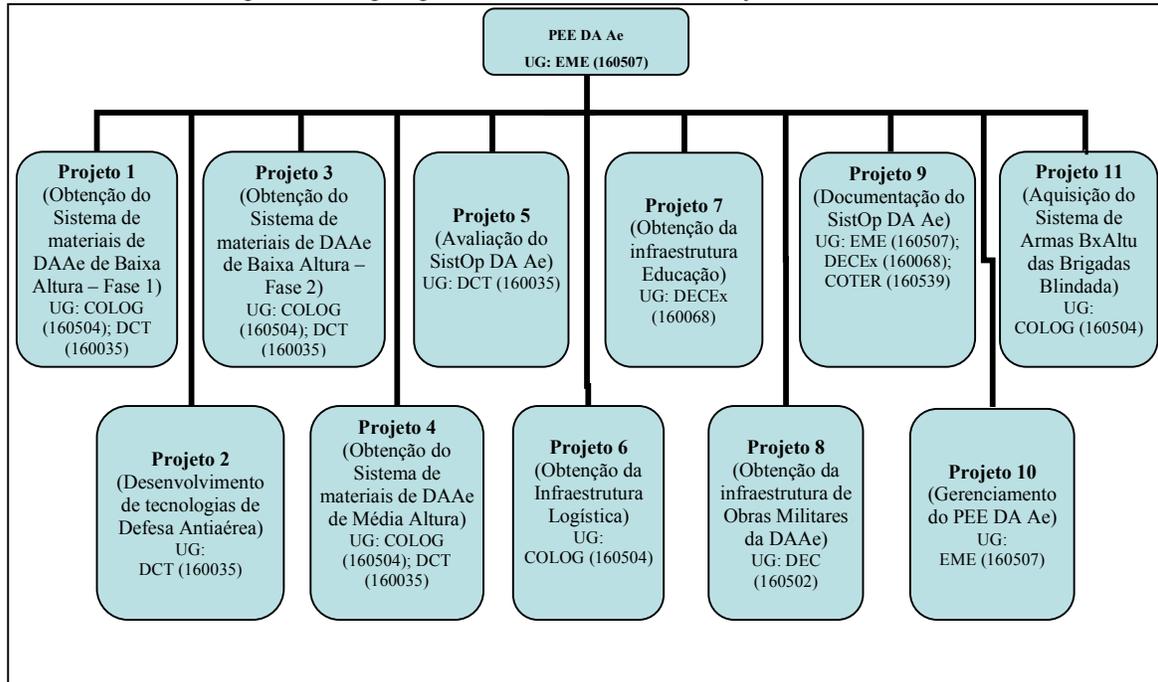
Produtos do PEE DA Ae:

- (a) Centro de Operações de Artilharia Antiaérea Eletrônico (COAAeElt)
- (b) COAAeElt Grupo (Gp)
- (c) COAAeElt Bateria (Bia)
- (d) COAAeElt Seção Míssil Portátil
- (e) COAAeElt Seção Míssil
- (f) COAAeElt Seção Blindada
- (g) Radar de Vigilância AAAe
- (h) Sistema Sensor Posto de Vigilância GAAe e Bia AAAe
- (i) Sistema de Comunicações da BdaAAAe
- (j) Sistema de Comunicações de GAAe
- (k) Sistema de Comunicações de Bia AAAe
- (l) Sistema de Comunicações de Seção AAAe
- (m) Radar de Busca Seção Míssil AAe
- (n) Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil (Telecomandado)
- (o) Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil Leve (“*FireandForget*”)

- (p) Sistema de Armas Canhão Antiaéreo
- (q) Sistema de Material de AAAe de Média Altura
- (r) Integração do Sistema de Materiais de Defesa Antiaérea de Baixa Altura
- (s) Integração do Sistema de Materiais de Defesa Antiaérea de Média Altura
- (t) Proposta de Infraestrutura de Logística para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea
- (u) Proposta de infraestrutura de Educação para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea
- (v) Infraestrutura de Obras Militares para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea na EsACosAAe
- (w) Simuladores do Sistema Operacional Defesa Antiaérea
- (x) Sistemas de Alvos Aéreos
- (y) Sistema de Armas Canhão Antiaéreo Autopropulsado

5.3.15.2 Organograma funcional

Figura 14 – Organograma funcional referente ao Projeto de Defesa Antiaérea



5.3.15.3 Grupos de interesse

O PEE DA Ae destina-se a reequipar as Unidades de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro. Estas Unidades localizam-se em diversos estados do Brasil, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro A.5.3.15.3.1 – Grupos de Interesse do Projeto de Defesa Antiaérea

Organização	Localidade	Comando Militar	Subordinação
1ª BdaAAAe	Guarujá - SP	Sudeste	CMSE
EsACosAAe	Rio de Janeiro - RJ	Leste	DEE / DECEX
1º GAAAe	Rio de Janeiro - RJ		
2º GAAAe	Praia Grande - SP	Sudeste	1ª BdaAAAe
3º GAAAe	Caxias do Sul - RS	Sul	
4º GAAAe	Sete Lagoas - MG	Leste	
11º GAAAe	Brasília - DF	Planalto	
1ª Bia AAAe (*)	Brasília - DF		3ª BdaInfMtz
2ª Bia AAAe	Santana do Livramento - RS	Sul	3ª BdaCavMec

3ª Bia AAAe	Uruguaiana - RS		2ª BdaCavMec
5ª Bia AAAe L	Osasco - SP	Sudeste	12ª BdaInf L
6ª Bia AAAe	Santa Maria - RS	Sul	6ª BdaInfBld
9ª Bia AAAe	Macaé - RJ	Leste	9ª BdaInfMtz
14ª Bia AAAe	Olinda - PE	Nordeste	10ª BdaInfMtz

(*) De acordo com a Port. Nr 318, de 11 de abril de 2014, do Comandante do Exército, a 1ª Bia AAAe foi transferida para Manaus e será transformada no 12º GAAe.

Ressalta-se que o Plano Estratégico do Exército, publicado no Boletim do Exército de 22 de dezembro de 2014, cria mais Unidades de Artilharia Antiaérea, por transformação de Organizações Militares existentes.

Além das Unidades listadas, que se configuram nas usuárias finais das entregas do PEE DA Ae, registra-se uma significativa participação do sistema de ciência e tecnologia do Exército, com desenvolvimentos de sistemas e produtos, em estreita ligação com o PEE DA Ae. Enquadra-se neste cenário o desenvolvimento de radares da família SABER (M60, M200 Vigilante e M200 Multimissão), centros de comando e controle, softwares e simulação.

As iniciativas listadas acima fomentam a Base Industrial de Defesa Nacional, gerando empregos de alto nível. O exemplo mais significativo é o que ocorre com o Radar SABER M60, cuja propriedade intelectual é do Exército, mas a empresa BRADAR, do grupo EMBRAER, produz o referido produto, gerando, segundo a empresa, mais de 500 empregos diretos e indiretos. O sensor em questão já é adquirido pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea, o que demonstra a efetividade do produto para o fim a que se destina.

Os sensores do PEE DA Ae são integráveis ao Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA). Neste sentido, o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro passa a ter elementos com maior capacidade de controlar e defender o espaço aéreo nacional, com elementos tecnologicamente mais aptos a cumprirem sua missão.

Destaca-se também o interesse na estruturação do Projeto, como ocorreu com o Project Management Institute, capítulo Distrito Federal (PMI-DF), que avaliou e premiou o PEE DA Ae como um dos projetos destaque no ano de 2014.

Como solicita o questionamento, podem ser citadas as seguintes empresas que demonstram interesse no PEE DA Ae, dentre outras: grupo EMBRAER, em particular as empresas BRADAR, ATECH, SAVIS; AGRALE; AVIBRÁS, Mercedes do Brasil; Volkswagen; SAAB; KMW; DIEHL; MBDA; RAFAEL; IAI; ELBIT; e RHEINMETALL.

5.3.15.4 Valor global estimado

De acordo com a Declaração de Escopo, atualizada e aprovada em 25 de março de 2014 pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o PEE DA Ae deverá ser encerrado até 31 DEZ 2030, com tolerância de 6 meses para mais ou para menos.

O limite orçamentário do Projeto é de R\$ 4.130.148.934,42, com tolerância de R\$ 500.000.000,00 para mais ou para menos.

Observa-se, porém, que os recursos recebidos pelo PEE DA Ae em 2014 e 2015 foram aquém do previsto no planejamento aprovado, o que indica um possível atraso na finalização do Projeto.

5.3.15.5 Fontes de financiamento

As fontes de financiamento do PEE DA Ae são do tesouro nacional, por intermédio da Ação Orçamentária 13DB. Os valores a serem aportados dependem da aprovação da LOA 2015. A equipe de gerenciamento do PEE DA Ae foi autorizada a planejar com uma expectativa de R\$ 81.300.000,00.

Nos produtos a serem desenvolvidos em coordenação com o Projeto de Artilharia Antiaérea do Ministério da Defesa, existe a possibilidade de recebimento de recursos oriundos da Ação Orçamentária daquele projeto.

5.3.15.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Quadro A.5.3.15.6.1 – Valores empenhados, liquidados e pagos (2013) no âmbito do Projeto de Defesa Antiaérea

SIAFI		ACOMPANHAMENTO AÇÕES EME - 6ª SUBCHEFIA		Exercício: 2013				
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal				Base: 31-JAN-2014				
				Moeda: REAL (Em unidade monetária)				
Mês de Referência	DEZEMBRO							
Tipo de Valor	Saldo Atual							
Item de Informação	Dotação Atualizada	Descentralizada Líquida	Orçamento Disponibilizado	Empenhos Emitidos	Empenhado Liquidado	Valores Pagos	Crédito Disponível	
PTRES UG Executora								
063099 160067 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO		313.335,32	313.335,32	313.175,27	148.942,62	132.406,98	160,05	
160069 COMANDO LOGISTICO		14.422.672,06	14.422.672,06	14.422.672,06	14.422.672,06	14.422.672,06		
160085 ESTADO-MAIOR DO EXERCITO		128.962,08	128.962,08	110.407,32	110.407,32	110.407,32	18.554,76	
160086 GABINETE DO COMANDANTE DO EXERCITO		5.531,70	5.531,70	5.531,70	5.531,70	5.531,70		
160094 COMISSAO DO EXERCITO BRASILEIRO EM WASHINGTON		78.652.937,34	78.652.937,34	78.652.232,50	78.652.232,49	78.652.232,50	704,84	
160238 BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO		100.000,00	100.000,00	99.945,49	99.945,49	99.945,49	54,51	
160293 CMDO DA 1 BRIGADA DE ARTILHARIA ANTIAEREA		4.405,51	4.405,51	4.405,51	4.405,51	4.405,51		
160312 ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAEREA		18.175,40	18.175,40	18.175,40	18.175,40	18.175,40		
160491 COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2		6.651,90	6.651,90	6.651,90	6.651,90	6.651,90		
160502 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO		12,78	12,78				12,78	
160507 ESTADO-MAIOR DO EXERCITO-GESTOR		1,25	1,25				1,25	
160509 SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS-GESTOR		90.000.000,00	-89.001.289,00	998.701,00				
Total:		90.000.000,00	4.651.386,34	94.651.386,34	93.633.197,15	93.468.964,49	19.488,19	

Quadro A.5.3.15.6.2 – Valores empenhados, liquidados e pagos (2014) no âmbito do Projeto de Defesa Antiaérea

SIAFI		EXECUÇÃO TOTAL DA DESPESA		Exercício: 2014							
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal				Base: 26-JAN-2015							
				Moeda: REAL (Em unidade monetária)							
Mês de Referência	DEZEMBRO										
Tipo de Valor	Saldo Atual										
Item de Informação	Dotação Inicial	Dotação atualizada	Provisão Recebida	Provisão Concedida	Despesa Empenhadas	Despesas Liquidadas	por Insc. em RP Nã-Proc	Liquidado a Pagar Do Exercício	Valores Pagos	Crédito Disponível	
UG Executora											
160035 DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOLOGIA_ GESTOR	3		242.502,87	242.502,87							
160053 11 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA	3		5.949.658,15	5.949.658,15							
160067 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO	3		33.500,00		33.496,00	4.147,00	29.349,00	1.647,00	2.500,00	4,00	
160069 COMANDO LOGISTICO	3		55.160,00		55.101,46	30.860,48	24.440,98	9.190,00	21.470,48	58,54	
160085 ESTADO-MAIOR DO EXERCITO	3		207.470,00		207.470,00	27.407,34	180.062,66	27.407,34			
160094 COMISSAO DO EXERCITO BRASILEIRO EM WASHINGTON	3		2.700,00		2.700,00	2.700,00		1.237,20	1.482,80		
160238 BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO	3		36.271.911,00		36.271.911,00	527.604,00	35.744.307,00	527.604,00			
160293 CMDO DA 1 BRIGADA DE ARTILHARIA ANTIAEREA	3		281.700,00		265.031,13	246.351,77	18.679,36	48.836,24	197.515,53	16.668,87	
160312 ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAEREA	3		16.725.235,29		16.725.235,30	16.618.784,18	106.451,12		16.618.784,20		
160491 COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/2	3		37.825.261,57		37.825.171,45	37.825.171,45			37.825.171,46	90,12	
160502 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO	3		1.910,00		1.892,66	1.892,66			1.892,66	17,34	
160507 ESTADO-MAIOR DO EXERCITO-GESTOR	3		5.399,00		5.292,22	4.055,32	1.239,90	4.055,32		106,78	
160509 SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS-GESTOR	3		30.014,44		29.963,44	20.014,44	9.949,00		20.014,44	51,00	
160259 1 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA	3		59.676,46		59.676,46	59.676,46			59.676,46		
160291 CENTRO TECNOLÓGICO DO EXERCITO	3		21.245,00		21.227,00	749,00	20.478,00	515,00	234,00	18,00	
160293 CMDO DA 1 BRIGADA DE ARTILHARIA ANTIAEREA	3		2.000,00		1.994,30	1.994,30			1.994,30	5,70	
160301 COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/1	3		35.727,07		34.686,41	9.727,48	24.958,93	9.727,48		1.040,66	
160312 ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAEREA	3		16.348,56		16.202,40	16.202,40			16.202,40	147,16	
160301 COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/1	3		32.131,05		32.131,05		32.131,05				
160312 ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAEREA	3		11.931,16		11.931,16	11.931,16			11.931,16		
160309 3 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA	3		9.854,03		9.854,03	9.854,03			9.854,03		
160409 3 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHAIAP	3		6.500,00		6.489,35	5.547,85	951,50	308,65	5.239,20	0,65	
160410 4 BATALHAO LOGISTICO	3		15.900,00		15.889,85	11.512,87	4.376,98	239,12	11.273,75	10,15	
160417 PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/3	3		4.835,76		4.835,76				4.835,76		
160469 2º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA LEVE	3		59.950,00		59.950,00		59.950,00				
160473 2 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA	3		9.750,00		9.750,00	4.617,25	5.132,75		4.617,25		
160502 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO	3		962,80		962,80			962,80			
160504 COMANDO LOGISTICO - GESTOR	3		11.883,78		11.882,80	10.013,59	1.869,21	3.763,53	6.250,06	0,96	
160507 ESTADO-MAIOR DO EXERCITO-GESTOR	3		16.480,00		16.866,98	5.246,00	11.620,98		5.246,00	1.593,02	
160509 SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS-GESTOR	3		239.601,05		239.601,05						
160509 SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS-GESTOR	3		14.724.025,16		14.717.810,45					6.214,71	
160999 MEX - DIFERENCA CAMBIAL	3		62.251.939,26		62.251.939,26						
160999 MEX - DIFERENCA CAMBIAL	3		442.336,97		442.336,97						
160999 MEX - DIFERENCA CAMBIAL	3		142.368,54		142.367,59					0,95	
160999 MEX - DIFERENCA CAMBIAL	3		15.408.065,00		15.408.065,00						
160999 MEX - DIFERENCA CAMBIAL	3		71.591.135,00		71.591.135,00						
160999 MEX - DIFERENCA CAMBIAL	3				1.875.626,45						
160999 MEX - DIFERENCA CAMBIAL	3				5.895.575,20						
Total:		87.000.000,00	87.000.000,00	175.749.849,97	175.749.849,99	91.737.605,01	65.436.627,13	36.296.977,88	625.766,20	54.812.860,96	26.028,63

5.3.15.7 Acordos de Compensação

As aquisições no exterior do Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado do Projeto 1 (Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura (BxAltu) – Fase 1) e do Sistema GEPARD do Projeto 11 (Aquisição do Sistema de Armas BxAltu das Brigadas Blindadas) preveem acordos de compensação, conforme as tabelas a seguir:

Quadro A.5.3.15.7.1 – Acordos de Compensação Comercial do Projeto de Defesa Antiaérea - Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado (RBS 70)

Título da transação	Valor Unitário (SEK)	Fator Multiplicador	Total (SEK)
Quatro Simuladores de Treinamento do Sistema Míssil	2.683.000,00	3	32.200.000,00
Assistência Técnica/Suporte Inicial	1.675.000,00	3	5.000.000,00
Curso de Manutenção do Sistema	11.070.000,00	3	33.200.000,00
Seis Aparelhos de Pontaria Noturna COND com baterias	1.000.000,00	3	18.000.000,00
Total			88.400.000,00

Quadro A.5.3.15.7.2 – Acordos de Compensação Comercial do Projeto de Defesa Antiaérea - Plano de Compensação do Sistema Gepard

Título da transação	Valor Unitário (€)	Fator Multiplicador	Total (€)
Treinamento de operação para a tripulação	1.800.000,00	4	7.200.000,00
Treinamento para a Manutenção dos simuladores	700.000,00	4	2.800.000,00
Treinamentos para manutenção da viatura GEPARD (02 equipes)	990.000,00	4	3.960.000,00
Treinamentos para manutenção corretiva da viatura GEPARD (KMW do Brasil)	1.100.000,00	5	5.500.000,00
Total			19.460.000,00

5.3.15.8 Estrutura de gestão e controle

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

5.3.15.9 Diagnósticos acerca da performance

Em 2011, quando do planejamento inicial de todo o PEE DA Ae, chegou-se a uma necessidade de recursos de, no mínimo, R\$ 90.000.000,00 por ano a partir de 2012, com aumento de aporte a partir de 2016. Porém, os recursos disponibilizados no primeiro ano de execução do PEE DA Ae, 2012, foram muito aquém desta demanda: R\$ 3.842.000,00. Já em 2013, a LOA contemplou o Projeto com o valor de R\$ 90.000.000,00, no entanto, em 2014, o valor ficou aquém: R\$ 87.000.000,00. Dessa forma, houve um replanejamento a fim de adequar metas e prazos. Para 2015, observa-se a mesma tendência de não obtenção dos recursos previstos no início do planejamento do Projeto.

O PEE DA Ae executou, durante o ano de 2014, o seu planejamento, com as adaptações necessárias em função das interveniências ocorridas e já apresentadas. Ressalta-se, porém, que a avaliação é positiva no que se refere à execução financeira e às aquisições realizadas.

A partir desta visão geral do PEE DA Ae, para o horizonte temporal de até 2030, verificam-se os indicadores e acompanhamento das metas, conforme se segue:

1) Monitoramento das Entregas (Tipo Eficácia)

Definição do indicador (i): necessidade de equipamentos adquiridos ou desenvolvidos (N), previstos no escopo do projeto, no horizonte temporal de execução de todo o projeto, em relação ao efetivamente executado (E): $i = (100 \times E) / N$

Quadro A.5.3.15.9.1 – Indicadores de Monitoramento (Tipo Eficácia) do Projeto de Defesa Antiaérea

Item (Grandes conjuntos)	Necessidade (N)	Executado (E)	% Atingido (i)
Centro de Operações Antiaéreas (COAAe) Seção Missil Telecomandado	31	20	64,52%
COAAeSeçãoMissil “Fire and Forget”	7	0	0,00%
COAAe Seção Blindada GEPARD	8	0	0,00%
COAAe Bateria de Artilharia Antiaérea	19	0	0,00%
COAAe Grupo de Artilharia Antiaérea	5	0	0,00%
COAAe Brigada de Artilharia Antiaérea	1	0	0,00%
Radar (Rdr) de Busca SABER M60	38	22	57,89%
Radar de Vigilância “M200 Vigilante”	29	0	0,00%
Simulador de COAAe (integrado em cada escalão)	81	0	0,00%
Simulador do Rdr SABER M60 (integrado em cada radar)	38	0	0,00%
Simulador do Rdr M200 Vigilante (integrado em cada radar)	29	0	0,00%
Simulador do Sistema Operacional Defesa Antiaérea	1	0	0,00%
Mock Up Rdr SABER M60	15	0	0,00%
Atuador da Seção Missil Telecomandado	92	16	17,39%
Atuador da Seção Missil “FireandForget”	30	3	10,00%
Atuador da Seção Canhão Antiaéreo Autopropulsado (GEPARD)	34	34	100,00%
Atuador CanAAe (Conj Equipamento Direção Tiro e Canhão)	16	0	0,00%
Bateria de Artilharia Antiaérea de Média Altura	5	0	0,00%
COAAe Bateria de Artilharia Antiaérea Média Altura	5	0	0,00%
Rdr M200 Multi-missão para Bateria de Artilharia Antiaérea de Média Altura	5	0	0,00%
Conjunto de alvo aéreo	15	0	0,00%
Conjunto de comunicações (Com) para Seção Missil Telecomandado	31	19	61,29%
Conjunto de Com para Seção Missil “FireandForget”	7	0	0,00%
Conjunto de Com para Seção Blindada GEPARD	34	34	100,00%
Conjunto de Com para Bateria de Artilharia Antiaérea	19	0	0,00%
Conjunto de Com para Grupo de Artilharia Antiaérea	5	0	0,00%
Conjunto de Com para Brigada de Artilharia Antiaérea	1	0	0,00%
Posto de Vigilância	29	0	0,00%
Viatura ¾ Ton	159	95	59,75%
Viatura 5Ton	38	35	92,11%

Contratação de empresa integradora	1	0	0,00%
------------------------------------	---	---	-------

Os indicadores permitem acompanhar as principais metas do PEE DA Ae e definir marcos no planejamento do gerenciamento do Projeto, que são acompanhados segundo os seguintes parâmetros:

Tabela 01: Parâmetros de Desempenho para o Projeto de Defesa Antiaérea

Faixa de Avaliação	Interpretação Quanto à Evolução	Ação
0% - 50%	Crítico	Analisar e identificar causas.
51% - 70%	Satisfatório	Acompanhar, identificando possibilidades de melhoria.
71% - 80%	Bom	Acompanhar.
81% - 99%	Muito Bom	Monitorar.
100%	Finalizado	A entrega deixa de ser encargo do PEE. Os ODS têm maior ingerência. Produto entregue.

Na avaliação da equipe de gerenciamento do PEE DA Ae, a análise desses indicadores até o ano de 2014 permite concluir que os índices planejados foram alcançados de forma satisfatória. Sob o ponto de vista gerencial, considerando os recursos recebidos, o PEE DA Ae tem podido cumprir com os compromissos assumidos e celebrar novos contratos para atender ao que prevê o escopo do projeto.

Os índices abaixo de 50% estão coerentes com o ciclo de vida do PEE DA Ae, pois as entregas estão previstas para fases nos anos subsequentes, considerando o montante de recursos disponibilizados.

2) Execução Orçamentária – Aquisição PRODE (Tipo Eficiência)

O acompanhamento das metas físico-financeiras mensura os valores utilizados para a obtenção de materiais adquiridos (Radar SABER M60, sistema GEPARD e sistema do Míssil Baixa Altura Telecomandado) em relação ao total necessário para a aquisição proposta de um módulo mínimo de defesa antiaérea para as estruturas estratégicas terrestres e da Força Terrestre, quando do seu emprego.

Por decisão gerencial, o PEE DA Ae optou por constituir módulos que permitam o emprego mínimo de frações operacionais (Unidades de Emprego). Nesse sentido, houve a prioridade para a constituição das Seções de Artilharia Antiaéreas de Mísseis e para a Bateria de Artilharia Antiaérea de Canhões, iniciando-se, neste caso, pelo material GEPARD. Em seguida, os demais escalões (Bateria de Mísseis, Grupo de Artilharia Antiaérea e Brigada de Artilharia Antiaérea) serão contemplados com as aquisições e desenvolvimentos pertinentes.

Assim, este indicador visa a verificar e monitorar a porcentagem de recursos alocados especificamente para a aquisição dos Produtos de Defesa (PRODE) que efetivamente vão mobilizar as Unidades de Emprego e os demais escalões operativos do Sistema Antiaéreo. O objetivo maior é que este indicador sinalize a propriedade de alocação de recursos na principal finalidade do projeto.

- Valor total recebido em 2014 e executado (incluindo o gerenciamento do Projeto) – R\$ 83.992.830,00

- Valor alocado e executado para as obtenções de PRODE do Projeto – R\$ 83.064.982,08

=> Indicador de PRODE adquiridos em 2014: 98,89 %

Ainda neste aspecto, para fins de acompanhamento, obtenção de uma série histórica e aferição do planejamento, o PEE DA Ae julgou pertinente a comparação daquilo que foi planejado

para execução e o que foi efetivamente realizado, depois das adaptações e reações a interveniências ocorridas no exercício financeiro:

- Valor planejado para obtenções no período de 2014 – R\$ 79.074.987,14.

- Valor total recebido em 2014 e executado (incluindo o gerenciamento do Projeto) – R\$ 83.992.830,00.

Cumprindo o planejamento, os radares e COAAe adquiridos são fruto de desenvolvimento do Centro Tecnológico do Exército e fabricados por indústria nacional, bem como as viaturas $\frac{3}{4}$ toneladas adquiridas, que também são de fabricação nacional.

Os atuadores das Seções de Míssil Telecomandado e de Canhão Antiaéreo Autopropulsado (GEPARD) foram adquiridos no exterior e são de uso consagrado nos países de origem, atendendo aos requisitos do PEE DA Ae e às necessidades operacionais do Exército.

Alguns itens sofreram majoração de preços em relação ao planejamento inicial, tendo em vista a variação cambial e a oportunidade para aquisição de viaturas, uma vez que os descontingenciamentos ocorreram após vencimento do pregão dessas viaturas, o que ocasionou majoração de preços e demora na aquisição, tendo em vista a necessidade de conclusão do novo processo licitatório.

3) Entrega de capacidades (Tipo Efetividade)

O PEE DA Ae deve ter como meta maior entregar para o Exército uma capacidade de AAAe. Materializa-se esta capacidade com a entrega de um módulo que contemple os seguintes aspectos: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Emprego, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI). O PEE DA Ae busca assegurar a efetividade com a composição dos módulos, pois são estes módulos que permitem o emprego real do sistema e que, portanto, configuram-se como resultado concreto.

O indicador (i) mensura o total de módulos previstos no projeto, onde o valor planejado (P) é comparado aos módulos (E) que foram efetivamente entregues. Permite avaliar a efetividade do planejamento do gerenciamento do projeto. O menor módulo a ser considerado é a SecAAAeMsl, com todos os componentes que a caracterizam como unidade de emprego. No caso de canhão, o módulo é a Bia AAAe. Os demais módulos são os GAAAe e a BdaAAAe.

Quadro A.5.3.15.9.2 – Indicadores de Monitoramento (Tipo Efetividade) do Projeto de Defesa Antiaérea

Módulos	Necessidade (N)	Executado (E)	% Atingido (i)
Seção Artilharia Antiaérea de Míssil (SecAAAeMsl)	38	05	13,16%
Bateria de Míssil (GAAAe)	05	0	0,00%
Bateria de Canhão (GAAAe)	05	0	0,00%
Bateria de Artilharia Antiaérea (OrgBda)	09	0	0,00%
Grupo de Artilharia Antiaérea	05	0	0,00%
Brigada de Artilharia Antiaérea	01	0	0,00%

A análise do indicador, combinada com o controle de entregas, permite visualizar, no que se refere ao módulo mais simples (Seção de Artilharia Antiaérea de Míssil), que o PEE DA Ae já começou a entregar as capacidades pretendidas pela Força e necessita efetuar novas aquisições de sistemas de mísseis RBS 70 e remanejamento dos sistemas de mísseis IGLA existentes a fim de elevar rapidamente o citado índice. Isso se deve ao fato de que várias seções já possuem todos os demais sistemas necessários para constituírem-se em módulos de emprego e gerarem a capacidade, com exceção apenas do atuador (sistema de mísseis).

Outra análise que pode ser inferida é a necessidade de verticalização dos módulos, ou seja, o atendimento aos módulos mais complexos do que a Seção de míssil, tais como Bateria, Grupo e Brigada. Para isso, está planejada a contratação de empresa integradora nacional, com o propósito de desenvolver e fornecer os sistemas necessários para esses módulos, o que elevará consideravelmente os indicadores de efetividade do PEE DA Ae.

5.3.16 GUARANI

5.3.16.1 Descrição do Projeto

O Escopo do Projeto consiste na mecanização da Infantaria Motorizada e na modernização da Cavalaria Mecanizada. A justificativa baseia-se no fato de que os principais exércitos do mundo utilizam meios blindados e mecanizados nas suas tropas de Infantaria. Por outro lado, os blindados CASCAVEL e URUTU, em uso na Cavalaria Mecanizada, são projetos da década de 70 e se encontram obsoletos.

O Projeto desenvolverá a Nova Família de Blindados de Rodas, nas versões 4X4, 6X6 e 8X8.

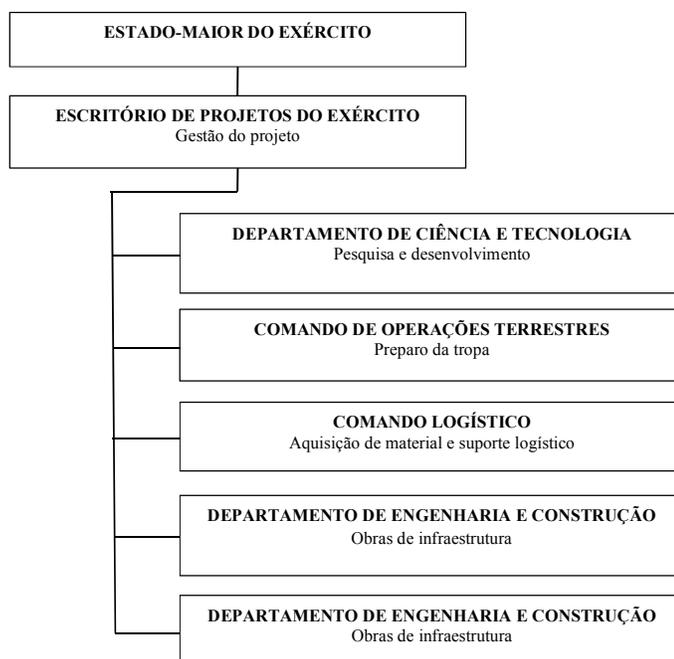
O primeiro veículo na versão 6X6, a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal foi desenvolvida pelo EB em conjunto com a firma IVECO (Grupo Fiat), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O preço da versão básica do carro é de, aproximadamente, R\$ 3.187.820,20 por unidade.

As 3 versões serão compostas por viaturas com diferentes configurações (transporte de pessoal, reconhecimento, comando e controle, socorro, ambulância, radar, lança mísseis, morteiro, etc).

Os novos blindados apresentam tecnologia de ponta sendo 92% dos materiais de conteúdo nacional. O projeto foi incluído no PAC em 2014.

5.3.16.2 Organograma funcional

Figura 15 – Organograma funcional referente ao Projeto Guarani



5.3.16.3 Grupos de interesse

- Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
- Ministério da Integração Nacional
- Dentre as empresas envolvidas com o projeto destacam-se as seguintes:

Quadro A.5.3.16.3.1 – Grupos de Interesse do Projeto Guarani

EMPRESA	OBJETO	LOCAL
ZF	Caixa de marcha e caixa de direção	Sorocaba – SP
HUTCHINSON	Rodas completas	Monte Alto – SP
EUROAR	Ar condicionado	Sete Lagoas – MG
EUROELÉTRICA	Chicotes elétricos	Sete Lagoas – MG
CEMAÇO	Corte de aço balístico e componentes em aço	Belo Horizonte – MG
ARES	Estação de armas com metralhadora remotamente controlada	Duque de Caxias – RJ
OMINISYSTEN	Componentes do sistema de comando e controle	São Paulo – SP
ALLTEC	Blindagem adicional	São José dos Campos – SP
IMBRA	Spallliner	Mauá – SP
CBC	Desenvolvimento e fabricação da munição 30 mm	Ribeirão Pires - SP
ENGEPRON	Desenvolvimento e fabricação da munição 150 mm	Rio de Janeiro – RJ
GEOCONTROL	Computador tático militar	Vitória - ES

5.3.16.4 Valor global estimado

- O valor global estimado é de R\$ 21,4 bilhões, com previsão de aporte de R\$ 1,0 bilhão por ano de 2016 a 2035.
- Os Contratos com índice de reajuste baseado no Índice de Preços ao Produtor, atividade 29.

5.3.16.5 Fontes de financiamento

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Quadro A.5.3.16.5.1 – Fontes de Financiamento do Projeto Guarani (FINEP)

ANO	VALOR	OBJETO
2007 a 2010	R\$ 10.130.000,00	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal 6X6
2012 a 2018	R\$ 19.891.480,00	Viatura Blindada de Reconhecimento 8X8

5.3.16.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Quadro A.5.3.16.6.1 – Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto Guarani

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	VALORES PAGOS
2012	R\$ 11.288.487,98	R\$ 638.680,83	R\$ 638.680,83
2013	R\$ 101.121.241,04	R\$ 35.230.260,80	R\$ 35.225.704,88
2014	R\$ 64.301.691,77	R\$ 31.462.878,72	R\$ 7.335.304,63

5.3.16.7 Acordos de Compensação

No Contrato Nr 13/2012 do DCT com a ELBIT, empresa israelense, para a aquisição de 10 (dez) sistemas de armas automatizados com canhão 30mm existe cláusulas de compensação prevendo a capacitação de recursos humanos para a operação e manutenção dos sistemas, bem como, o fornecimento do canhão “stand alone” para o desenvolvimento da munição pela Companhia Brasileira de Cartuchos.

5.3.16.8 Estrutura de gestão e controle

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

5.3.16.9 Diagnósticos acerca da performance

O Projeto vem tendo o seu cronograma reajustado anualmente em razão da carência de recursos. Além disso, o contingenciamento de recursos também tem levado à reprogramação das metas anuais.

O Projeto tem seu cronograma baseado no Programa de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) no horizonte de 2012 a 2035.

Indicador de Desempenho: Percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas.

Quadro A.5.3.16.9.1 – Indicador de Desempenho do Projeto Guarani em 2014

Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice observado	Periodicidade	Fórmula de cálculo
Percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas	-	12,9	4,6	semestral	(Nr de Vtr adquiridas) / (Nr de previstas a serem adquiridas) x 100

Descrição do Indicador: Mede o percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas no período previsto de execução do projeto de 2013 a 2035.

Interpretações Possíveis: o índice observado de 4,6% ficou muito abaixo da meta prevista de 12,9% em razão do volume de recursos previstos na LOA desde o início do projeto. Tal aspecto indica a tendência do objetivo do projeto somente ser atingido no ano 2122, quando o previsto é 2035.

Tabela 02: Faixa de Aceitação - valores desejáveis alcançados e vinculados às metas propostas do Projeto Guarani

ANO	PERCENTUAL	ANO	PERCENTUAL	ANO	PERCENTUAL
2012	4,3	2020	38,7	2029	73,1
2013	8,6	2021	43	2030	77,4
2014	12,9	2022	47,3	2031	81,7
2015	17,2	2023	51,6	2032	86
2016	21,5	2024	55,9	2033	90,3
2017	25,8	2025	60,2	2034	94,6
2018	30,1	2026	64,5	2035	100
2019	34,4	2027	68,8		

Quadro A.5.3.16.9.2 – Evolução do Indicador de Desempenho do Projeto Guarani

ANO	Quantidade Vtr adquiridas	Índice Medido	Meta	Observação
2007	16			Contrato 01/2007 DCT
2012	86	2,8	4,3	Contrato 15/2012 DCT
2013	26	3,5	8,6	Contrato 15/2013 DCT
2014	60	4,6	12,9	Contrato 20/2014 DCT

Figura 16 – Evolução do Indicador de Desempenho do Projeto Guarani



5.3.17 OCOP (antigo RECOP)

5.3.17.1 Descrição do Projeto

O Projeto Estratégico do Exército “*Obtenção da Capacidade Operacional Plena*” – OCOP trata das necessidades de Material de Emprego Militar para atender a demanda de todas as Organizações Militares Operacionais com a finalidade de obter as capacidades necessárias para o adestramento e emprego da Força Terrestre, modernizando materiais e sistemas de armas e agregando inovações tecnológicas.

É um Projeto que impacta o desenvolvimento da indústria nacional de defesa devido a diversidade de equipamentos envolvidos.

O Projeto inicialmente começou com o PEE Recuperação da Capacidade Operacional (RECOP) para um período de 2012 a 2022. Este ano o projeto está se transformando em PEE Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) para um período de 2015 a 2035.

Sua meta básica é dotar as unidades operacionais com no mínimo de 80% de material de emprego militar moderno, previsto nos Quadros de Dotação de Material das referidas organizações, para atingir um nível mínimo de prontidão e operacionalidade.

A implantação de novas tecnologias dos sistemas de armas e logísticos vai obter um forte impacto no campo de batalha e na geração de emprego e renda em toda a cadeia produtiva da base industrial de defesa (BID).

Seus principais produtos foram referentes a aquisições e modernização de viaturas operacionais, obtenção de munição, fabricação de fuzis e morteiros pela indústria bélica nacional, aquisição de mísseis IGLA, VANT, modernização de aparelhos de visão e pontaria, melhoria da infraestrutura e dos meios de embarcações da Amazônia, modernização e revitalização dos blindados M-113, substituição de equipamentos rádio por meios mais modernos, manutenção de viaturas autopropulsadas de artilharia M 109 A5, manutenção de pontes de engenharia e aquisição de um posto de triagem de saúde de campanha, tudo no intuito de permitir à Força Terrestre aumentar sua capacidade dissuasória e operativa em regiões de interesse estratégico do Brasil.

5.3.17.2 Organograma funcional

O Projeto OCOP se encontra na 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), tendo como gerente o oficial general Chefe da 4ª Subchefia do EME.

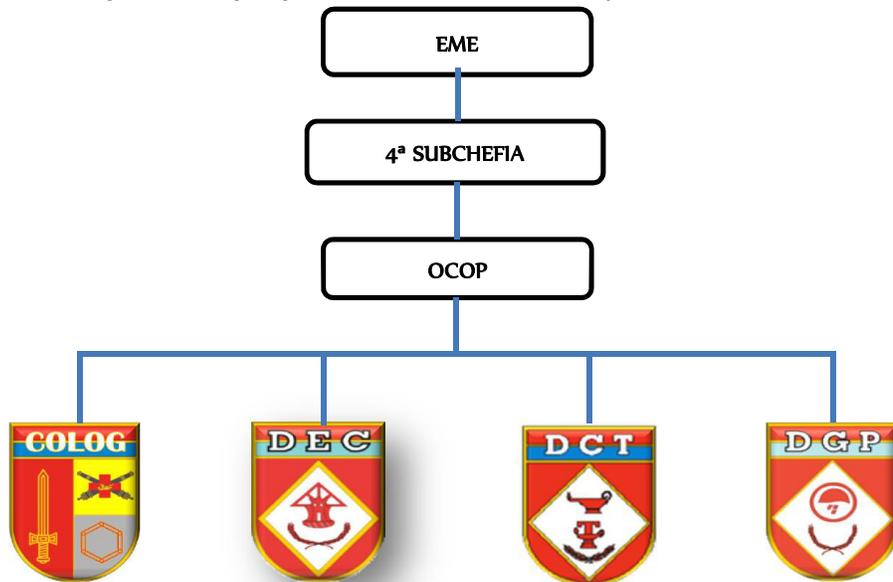
Possui atualmente 19 subprojetos, com seus gerentes distribuídos dentro do EME, Comando Logístico, Departamento de Engenharia e Construção, Departamento de Ciência e Tecnologia e Departamento-Geral do Pessoal.

As Unidades Gestoras na execução do projeto são o Comando Logístico (COLOG), Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

Os subprojetos integrantes são os seguintes:

- 1 – Viaturas Não Blindadas e Especializadas(COLOG)
- 2 – Munição(COLOG)
- 3 – Armamento(COLOG)
- 4 – Equipamentos de Visão e Pontaria(COLOG)
- 5 – Embarcações(DEC)
- 6 – Manutenção e Recuperação de Blindados(COLOG)
- 7 – Material de Estacionamento, Aeroterrestre, Equipamento Individual e Fardamento (COLOG)
- 8 – Aquisição de Suprimento, Ferramental e Manutenção de Meios(COLOG)
- 9 – Material de Guerra Eletrônica e Comunicações(DCT)
- 10 – Artilharia de Campanha(COLOG)
- 11 – Recuperação de Aeronaves(COLOG)
- 12 – Adestramento da Aviação do Exército(COLOG)
- 13 – Material de Engenharia de Combate(DEC)
- 14 – Material de Saúde de Campanha (DGP)
- 15 – Ração Operacional(COLOG)
- 16 – Combustíveis e Lubrificantes(COLOG)
- 17 – Adestramento da Força Terrestre(COLOG, DEC e DCT)
- 18 – DQBRN (COLOG)
- 19 – Combatente Brasileiro do Futuro (COBRA)(COLOG, DCT e DGP)

Figura 17 – Organograma funcional referente ao Projeto OCOP



5.3.17.3 Grupos de interesse

A implantação de novas tecnologias aos sistemas de armas e logísticos do Exército Brasileiro vem impactando a geração de emprego e renda em toda a cadeia produtiva da base industrial de defesa (BID).

A aquisição de mais de 6.000 viaturas militares no mercado nacional impactou muito as indústrias automobilísticas, sendo que ainda há uma grande demanda de viaturas abaixo de 1,5 Ton da indústria nacional, tais como viaturas ambulâncias e outras.

O desenvolvimento e a aquisição de um sistema VANT HORUS 100, já provocou a exportação deste produto para outro país.

O desenvolvimento do míssil MSS 1.2 está em sua fase final e há interessados no referido produto.

A expertise na modernização da viatura blindada URUTU e CASCAVEL está chamando a atenção de outros países que já mostraram interesse no projeto.

A Universidade de Brasília está desenvolvendo um programa de controle de materiais de emprego militar em conjunto com a equipe do projeto.

O projeto financiou e apoiou o início do desenvolvimento da munição calibre 30 mm para canhões da viatura blindada 6x6 GUARANI, sendo que o primeiro lote deve ser entregue este ano com grandes possibilidades de vendas para o exterior.

As empresas CBC e TAURUS estão entregando novos armamentos para testes, no Centro de Avaliação do Exército, depois do projeto ter adquirido mais de 3.000 novas armas.

Três empresas brasileiras estão entregando embarcações de combate, de pequeno porte, para avaliações no Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia, depois do projeto ter adquirido o lote inicial de 22 lanchas de combate Guardian 25 no exterior, pois na época da aquisição não havia fabricação de lanchas similares no Brasil.

É mantida a linha de produção de páraquedas no Brasil pelas aquisições feitas pelo projeto. A empresa também exporta para outros países da América do Sul.

A indústria nacional produziu passadeiras de engenharia, pela primeira vez no Brasil.

O projeto de fabricação de morteiros calibre 120mm, 81mm e 60 mm conduzido pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro vem empenhando no mínimo 5 empresas para sua produção.

O Subprojeto Material de Guerra Eletrônica e Comunicações já provocou a nacionalização e fabricação de uma nova linha de rádios no Brasil, por exemplo o rádio TPP 1.400 da IMBEL.

As Federações de Indústria, principalmente a de São Paulo (FIESP), estão muito interessadas no projeto pelos investimentos feitos até o presente momento.

A diversidade de equipamentos adquiridos causa interesse na Defesa Civil devido à grande dualidade do emprego dos materiais adquiridos.

5.3.17.4 Valor global estimado

O Projeto inicialmente começou com o PEE Recuperação da Capacidade Operacional (RECOP) para um período de 2012 a 2022, com um valor estimado de R\$ 11.403.000.000,00.

Este ano o projeto está se transformando em PEE Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) para um período de 2015 a 2035, com o valor estimado de R\$ 30.155.300.000,00.

5.3.17.5 Fontes de financiamento

Até a presente data as fontes de recursos foram R\$ 1.451.152.000,00 do PAC equipamentos 2012, referente a lei 12.729 de 2012, e recursos da LOA Exército Brasileiro, no valor de R\$ 523.501.053,66.

5.3.17.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Valores empenhados: R\$ 1.974.653.053,66

Valores liquidados: R\$ 1.877.934.499,76

Valores pagos: R\$ 1.871.438.499,76

5.3.17.7 Acordos de Compensação

Não foram realizados, até a presente data, acordos de compensação.

5.3.17.8 Estrutura de gestão e controle

O projeto se utiliza, inicialmente, da estrutura de gestão e controle orçamentário da 4ª Subchefia do EME e da estrutura de controle de entregas dos Órgãos de Direção Setorial (Comando Logístico, Departamento de Engenharia e Construção, Departamento de Ciência e Tecnologia e Departamento-Geral do Pessoal).

5.3.17.9 Diagnósticos acerca da performance

A variação dos custos, inflação de 2 % ao ano, foi embutida no projeto.

Existe boa parte de equipamentos adquiridos no exterior e enquanto a Indústria Nacional de Defesa não desenvolve ou nacionaliza produtos com as mesmas características, o orçamento para atender as necessidades destes materiais fica à mercê da variação cambial do dólar.

Os cálculos iniciais levaram em conta a referida moeda valendo R\$ 2,90 o dólar.

Há previsão que os valores sejam recalculados a cada 2 anos.

Os prazos das entregas dependem da velocidade da produção da indústria nacional o que, até a presente data, foram realizadas dentro do planejado.

Os equipamentos e sistemas adquiridos no exterior, em cerca de 35 % das entregas, chegam fora do prazo previsto, devido as demandas dos conflitos internacionais que tem prioridade em se tratando das aquisições brasileiras, mas não tem impactado negativamente no projeto.

O escopo do projeto não tem sido cumprido na quantidade de equipamentos e sistemas de armas a serem desenvolvidos na Indústria Nacional de Defesa e nos montantes das aquisições a serem realizadas devido aos recursos alocados anualmente serem em torno de 17% das necessidades do projeto.

A execução do projeto até a presente data encontra-se conforme tabela abaixo:

Quadro A.5.3.17.9.1 – Evolução do Percentual de Execução do Projeto Guarani

	INVESTIMENTOS PREVISTOS 2012-2035	INVESTIMENTOS EMPENHADOS 2012- 2015	% DA EXECUÇÃO
1 Modernização da frota de viaturas	5.559.200.000,00	1.533.014.387,09	27,58
2 Aquisição e distribuição de munição letal e não letal	710.540.000,00	76.415.487,38	10,75
3 Aquisição e manutenção de armamento	2.425.940.000,00	67.800.342,45	2,79
4 Aquisição e manutenção do equipamento de visão e pontaria	388.720.000,00	19.140.399,32	4,92
5 Aquisição, modernização e manutenção de embarcações	2.616.560.000,00	40.384.550,75	1,54
6 Manutenção e recuperação de blindados	1.570.860.000,00	115.579.475,47	7,36
7 Aquisição de Material de Estacionamento, MaterialAero terrestre, Equipamento Individual e Fardamento.	1.639.550.000,00	13.724.466,46	0,84
8 Aquisição de Suprimento, Ferramental e Manutenção dos Meios	150.100.000,00	3.005.031,77	2,00
9 Aquisição de material de Comunicação e Guerra Eletrônica	1.430.380.000,00	20.376.814,87	1,42
10 Aquisição de Material, Manutenção e modernização da Artilharia de Campanha	1.761.970.000,00	67.398.181,81	3,83
11 Recuperação de aeronaves	8.877.600.000,00	1.802.176,33	0,02
12 Aquisição de Suprimento e contratação de serviços de Manutenção para atender o Adestramento da Aviação do Exército	0,00	0,00	0,00
13Aquisição e Manutenção do Material de Engenharia e Combate	1.926.740.000,00	13.397.618,11	0,70
14 Aquisição e Manutenção do Material de Saúde e Campanha	302.440.000,00	2.115.290,85	0,70
15 Aquisição de Ração Operacional	23.550.000,00	0,00	0,00
16 Aquisição e estocagem de combustíveis e lubrificantes	82.700.000,00	0,00	0,00
17 Aquisição e Desenvolvimento de programas e Construção de instalações para apoiar o Adestramento da Força Terrestre	224.150.000,00	450.000,00	0,20
18 DQBRN	350.300.000,00	48.831,00	0,01
19 COBRA	114.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL	30.155.300.000,00	1.974.653.053,66	6,55

5.3.18 SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO DE DEFESA E COMUNICAÇÕES (SGDC)

Descrição:

Transferência para o desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações – SGCD

Finalidade:

A aquisição do direito de uso futuro da banda X do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações da Empresa e Telecomunicações Brasileiras – TELEBRAS para operar terminais no Brasil, nas Américas do Sul e Central, no Caribe e nos Oceanos Atlântico e Pacífico, ampliando a capacidade de comunicação e atuação do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC.

Principais características:

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SGDC) é parte da infraestrutura de telecomunicações para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

5.3.18.2 Organograma funcional

O projeto é gerenciado pelo Ministério das Comunicações/TELEBRAS em parceria com o EMCFA/MD e a FAB.

5.3.18.3 Grupos de interesse

- Ministério da Defesa
- Ministério das Comunicações
- Embraer Defesa e Segurança
- TELEBRAS

5.3.18.4 Valor global estimado

O valor total de US\$ 326.240.000,00, cujo montante em Reais é de R\$ 489.360.000,00 (considerando-se uma Taxa de Câmbio de US\$ 1,00 = R\$ 2,5), distribuídos de 2014 até 2016.

O valor total do contrato deverá ser pago em 4 quotas, descritas a seguir:

- 1ª – no valor de R\$ 38.344.791,40 paga em 13 de outubro de 2014;
- 2ª – no valor de R\$ 134.000.000,00, a ser paga até 30 de setembro de 2015;
- 3ª - no valor de R\$ 218.255.208,40, a ser paga até 30 de setembro de 2015; e
- 4ª – no valor de R\$ 98.760.000,00, a ser paga até 30 de setembro de 2016.

5.3.18.5 Fontes de financiamento

O pagamento do preço total do Contrato (R\$ 489.360.000,00) será efetuado por meio de recursos de contratos de financiamento, utilizando-se de créditos do Tesouro Nacional alocados no MD.

5.3.18.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

2014:

empenhado = 97.889.356

liquidado = 95.546.526

5.3.18.7 Acordos de Compensação

-

5.3.18.8 Estrutura de gestão e controle

O Decreto nº 7769, de 28 de Junho de 2012 estabelece a forma de gestão do planejamento, do monitoramento, da construção, do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC, e da implantação da sua infraestrutura de solo, por meio de um Comitê Diretor e o Grupo-Executivo do Projeto.

5.3.18.9 Diagnósticos acerca da performance

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é parte da infraestrutura de telecomunicações do Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

A aquisição do direito de uso futuro da banda X, do SGDC, da Empresa de Telecomunicações Brasileiras – TELEBRAS, com a finalidade de operar terminais no Brasil, nas Américas do Sul e Central, no Caribe e nos Oceanos Atlântico e Pacífico, ampliando a capacidade de comunicação e atuação do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC², foi realizada com o Contrato 035/2014, entre o MD e a TELEBRAS, assinado em 11 de setembro de 2014.

O contrato tem previsto o pagamento do valor final em três cotas, sendo: a primeira no valor de R\$ 38.344.791,40 no ano de 2014; a segunda no valor de R\$ 352.255.208,60 no ano de 2015; e a terceira no valor de R\$ 98.760.000,00 no ano de 2016, podendo haver a antecipação de valores de acordo com a dotação orçamentária.

Durante o ano de 2014 foram feitos pagamentos à Telebras relativos ao Contrato 035/2014, no valor total de R\$ 94.199.460,00, sendo R\$ 38.340.000,00 relativa à primeira cota (2014) e R\$ 55.854.668,60 em função da antecipação da cota do ano de 2015, prevista na Cláusula 6.5 do Contrato.

Da dotação inicial de R\$ 113.000.000,00, foi bloqueado pela SOF o valor de R\$ 4.000.000,00 e o MD contingenciou o valor de R\$ 10.163.800,00, devendo se considerar como valor utilizado na Ação R\$ 98.836.200,00.

Foram empenhados pelo MD, o valor de R\$ 98.001,20 para as viagens de acompanhamento do contrato de confecção do SGDC pela Tales Alenia, na França, conforme previsto no Decreto nº 7769, de 28 de Junho de 2012, que estabelece a governança do Projeto.

Para a preparação de 8 engenheiros dos Centros de Operação Espaciais, foi contratado um curso na Empresa MDA, do Canadá com duração de 10 meses, no valor total de R\$ 1.628.250,00, sendo que o pagamento foi estabelecida para ser realizado em 3 etapas durante sua realização. Durante o exercício de 2014 foi realizado o 1º pagamento, sendo inscritos com restos a pagar o valor de R\$ 1.029.003,25.

Ainda dos recursos descentralizados para a CISCEA para preparação de pessoal para operação e gerência do satélite, foram inscritos em restos a pagar, o valor de R\$ 208.957,68 que deverão ser utilizados em passagens aéreas.

4 – AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.

6 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada conforme justificado na Introdução.

7. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

A força de trabalho é composta por servidores de carreira vinculada ao órgão, requisitados de outros órgãos, cargos comissionados sem vínculo efetivo com a administração e militares.

Atualmente a quantidade da lotação autorizada para o Gabinete da Secretaria-Geral não é suficiente para atender, de forma eficiente, sua demanda de atividades. Em 2015, serão envidados esforços para incremento e qualificação da força de trabalho da Secretaria-Geral, não obstante a dificuldades mais gerais do MD, que carece de carreira civil própria, o que a torna excessivamente dependente dos servidores militares que, por característica funcional, tem tempo limitado de permanência em órgãos da ACMD.

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

No quadro demonstrativo abaixo está relacionada quantitativamente a força de trabalho autorizada e a efetiva, ora existente, na estrutura do Gabinete da Secretaria-Geral, em 31 de dezembro de 2014.

Quadro A.7.1.1 – Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	14	6	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13	5	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13	1	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	4	1	1
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	5	0	0
3. Militares das Forças Armadas	0	7	1	0
3.1 Militares da ativa	0	7	1	0
3.2 Militares prestadores de tarefa por tempo certo	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	14	18	2	1

Fonte: SIRHU/MD

8 – GESTÃO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DA UNIÃO.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada conforme justificado na Introdução.

9 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada conforme justificado na Introdução.

10 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada conforme justificado na Introdução.

11 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada conforme justificado na Introdução.

12 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada conforme justificado na Introdução.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.

13.1.1 Planejamento Estratégico de Defesa (PED)

Ao longo de 2014, foram realizadas diversas ações que contribuíram para o amadurecimento do papel da Secretaria-Geral como órgão central de direção da pasta Ministerial da Defesa, realizando a coordenação e planejamento das atividades da Seori, Seprod, Sepesd, do Censipam e do DPCN.

A Secretaria-Geral tem trabalhado exaustivamente para cumprir sua missão e responder ao indiscutível desafio de executar, inclusive junto a outras instâncias de Governo, a ação articuladora que permeia as políticas públicas e ações governamentais, dentre as quais se destacam:

a) a atuação para que os projetos da Defesa, em especial os que integram o Plano de Aceleração do Crescimento, e que são de importância estratégica para o País, tenham êxito;

b) a contínua articulação com os Ministérios e demais órgãos de Governo na busca de soluções viáveis que garantam os recursos organizacionais e orçamentários ajustado à dimensão que a estatura política-estratégica do Brasil impõe aos meios nacionais de defesa;

c) a promoção de políticas e estratégias setoriais relacionadas ao fomento da indústria de defesa, fundamental para a promoção da ciência, tecnologia e inovação nacionais, além da necessária promoção comercial dos produtos de defesa;

d) a constante modernização de estruturas e otimização de serviços, tais como nas aéreas de ensino, saúde e assistência social, que se refletem no oferecimento de melhores condições organizacionais e de gestão de pessoas, com impactos benéficos à operacionalidade das Forças Armadas;

e) o apoio às políticas públicas de interesse da sociedade brasileira, em especial àquelas que dão suporte às Políticas Sociais do Governo e que visam a potencializar o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Nesse sentido, com vistas à melhoria e modernização da gestão estratégica e a necessidade de integrar planejamento, orçamento e gestão, e de compatibilizar cronogramas e processos próprios àqueles relativos ao planejamento orçamentário da União, de forma que as propostas às LOA e aos PPA refletissem os objetivos e ações contidos nos planos estratégicos do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, foi concluído em 2014 o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) – Metodologia.

Assim, o desenvolvimento do método em questão teve por objetivo estruturar, integrar e compatibilizar processos de planejamento e gestão estratégica do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, bem como aos do âmbito do Governo Federal, respeitando-se as atribuições específicas de cada setor.

Nesse mesmo documento, foi previsto o posterior detalhamento de processos específicos, relativos à construção de cenários, formulação e formatação de documentos estratégicos (políticas, estratégias e planos), gestão de projetos, definição de indicadores e

especificação de ferramenta informatizada para a sua gestão. Tudo isso de forma a atender ao que prevê o ciclo de planejamento do SISPED e em conformidade com o cronograma previsto para a sua implementação.

Caberá à ASPLAN, setor ao qual compete a coordenação da elaboração do planejamento estratégico do MD, a formatação do Plano Estratégico de Defesa (PED).

13.1.2 Ações subsidiárias das Forças Armadas

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas realizam ações subsidiárias que contribuem com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil.

Marinha, Exército e Aeronáutica atuam diretamente junto a diversos segmentos da sociedade, participando da vida da população no apoio a eventos comunitários, ações cívico-sociais, campanhas de saúde pública e no socorro a vítimas de desastres naturais.

Por meio de unidades militares espelhadas por todo o território nacional, as Forças Armadas atuam no suporte logístico-operacional em casos de calamidade, reduzindo o prazo de resposta das autoridades frente às contingências.

Além disso, prestam serviços relativos à fiscalização de produtos controlados, salvaguarda da vida humana, segurança da navegação, controle do espaço aéreo e atividades de busca e salvamento.

Em relação à Marinha do Brasil, além de sua ampla atuação no monitoramento e controle para a proteção do litoral brasileiro, ela também desenvolve diversas atividades em caráter complementar às suas atribuições constitucionais. Abaixo são enumeradas algumas das principais ações subsidiárias realizadas pela Marinha:

- Fiscaliza o cumprimento da legislação da segurança do tráfego aquaviário;
- Controla o ensino profissional marítimo e portuário, contribuindo para a formação de profissionais da Marinha Mercante em todo o País;
- Por meio do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (capitanias dos portos, delegacias e agências), zela pela salva-guarda da vida humana no mar e nas águas interiores, pela segurança da navegação e pelo controle da poluição hídrica por embarcações, plataformas e instalações de apoio;
- Por meio dos Navios de Assistência Hospitalar (NAsH), atende as populações carentes da Amazônia e do Pantanal Mato-Grossense. São as chamadas Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (ASSHOP). Os NAsH são conhecidos pelas populações ribeirinhas como os “navios da esperança”;
- Atua na execução de Ações Cívico-Sociais (ACISO) em diversas comunidades carentes do País, por meio, entre outros, da recuperação de escolas e abrigos, da assistência médico-odontológica e da doação de sangue a entidades locais; e
- Participa de operações de apoio humanitário, com a montagem de hospitais de campanha, inclusive no exterior.

Já o Exército Brasileiro, além de manter seus efetivos preparados para o

cumprimento da missão constitucional de defesa da pátria, inclusive nas áreas de fronteira, desenvolve as seguintes atividades em caráter complementar às suas atribuições constitucionais:

- Fiscaliza a produção e o comércio de produtos controlados;
- Executa obras de engenharia em diversas regiões do País, participando ativamente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal;
- Oferece apoio em calamidades públicas, emergências sociais e campanhas de saúde pública;
- Nos setores de saúde e educação, apoia as comunidades indígenas da região Amazônica por intermédio dos Pelotões Especiais de Fronteira;
- Distribui água na região Nordeste; e
- Fiscaliza e controla a produção e o comércio de material bélico. A atividade abrange a fabricação, importação, exportação, desembaraço alfandegário, comercialização e tráfico de armas, munições e explosivos.

Por último, a Força Aérea Brasileira, além de manter a soberania do espaço aéreo nacional, prevenindo e impedindo a prática de atos hostis ou contrários aos interesses do país, também desenvolve diversas atividades em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, dentre as quais podem ser citadas:

- Por meio da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), executa obras de construção e pavimentação de aeroportos e edificações aeroportuárias, além de vias públicas em municípios da Amazônia, contribuindo para a integração nacional, uma vez que só se tem acesso a determinadas localidades por meio de avião ou helicóptero;
- Realiza Ações Cívico-Sociais (ACISO) em localidades carentes, transportando, por meio aéreo, médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares, equipamentos e medicamentos para apoiar a população local; e
- Transporta pessoas, víveres e realiza evacuações aeromédicas para populações carentes ou afetadas por catástrofes naturais. Algumas dessas atividades são realizadas por meio do Correio Aéreo Nacional (CAN), programa que, desde 1931, contribui para a integração do território nacional com linhas aéreas de atendimento a 52 localidades.

13.1.3 Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPED)

Criado para incentivar a produção da Base Industrial de Defesa (BID), o SisCaPED é o instrumento pelo qual o Ministério da Defesa credencia e classifica as empresas e os produtos do setor. O interesse das indústrias pelo cadastro é crescente, já que, dependendo da classificação obtida, ela poderá ter acesso a uma série de benefícios, como regime tributário especial, isenção de pagamento de alguns impostos e até participação exclusiva em licitações.

Com menos de um ano de criação, o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPED) catalogou, até dezembro de 2014 (14ª reunião da Comissão Mista da Indústria de Defesa – CMID), mais de 2 mil produtos e credenciou 60 empresas estratégicas de defesa.

Além disso, o SisCaPED encerrou o ano de 2014 com 248 empresas cadastradas e 237 produtos classificados como estratégicos de defesa.

A CMID é composta por representantes dos ministérios da Defesa, Planejamento, Relações Exteriores, Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, Fazenda e das três Forças Armadas. Levando-se em consideração o ineditismo do trabalho realizado pela Comissão e os números citados acima, é correto afirmar que, em 2014, o resultado alcançado foi extremamente positivo.

A previsão é de que, em 2015, o Sistema de Cadastramento passe a contar com mais técnicos o que dará mais agilidade ao processo de classificação dos produtos e empresas.

13.1.4 Contrato de aquisição dos caças GRIPEN NG (projeto FX2)

Em 2014 foi firmado o contrato de aquisição dos 36 caças Gripen NG para reequipar a Força Aérea Brasileira (FAB).

As aeronaves fabricadas pela empresa sueca Saab foram escolhidas, no âmbito do projeto F-X2, por critérios técnicos, como performance e transferência de tecnologia, e de preço – estes últimos associados aos custos de aquisição e manutenção.

De acordo com o processo de fabricação definido pela FAB, 13 caças vão ser desenvolvidos na Suécia, com o acompanhamento de engenheiros brasileiros; oito deles serão feitos também na Suécia sob a coordenação de brasileiros supervisionados por suecos; e os 15 restantes terão construção e montagem no Brasil. Ao todo, 160 profissionais brasileiros, entre técnicos e engenheiros, estarão no país europeu envolvidos na iniciativa e absorvendo conhecimentos.

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, o fator decisivo para aquisição deve ser a menor dependência possível do fornecedor. Assim, além do preço, o principal motivo que levou a escolha do Gripen foi a propriedade intelectual e transferência de tecnologia, fundamentais para capacitar a indústria aeroespacial brasileira e para a criação de empregos de alta qualidade no Brasil.

13.1.5 Inova Aerodefesa

O programa Inova Aerodefesa foi instituído em maio de 2013, com a assinatura de protocolo de intenções entre os Ministérios da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e o da Ciência, Tecnologia e Inovação. O programa tem vigência de cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período. Até 2017, está prevista a liberação, ao todo, de R\$ 2,9 bilhões.

O plano Inova Aerodefesa, tem o objetivo de impulsionar a produtividade e competitividade do setor. O projeto é parte de um programa maior do governo federal chamado Inova Empresa, que prevê a articulação de órgãos, entre eles o Ministério da Defesa (MD), para dar apoio financeiro a projetos por meio de instituições de fomento.

A iniciativa é dividida em quatro linhas temáticas: aeroespacial, defesa, segurança e

materiais especiais. Nesse contexto, podem ser beneficiados projetos acerca de plataformas espaciais, foguetes, sensores, sistemas de identificação biométrica, armas não letais, ligas metálicas, resinas, tubos e propelentes sólidos.

O Plano de Apoio Conjunto Inova Aerodefesa vai beneficiar mais de 60 projetos de empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), com recursos não-reembolsáveis que podem chegar a até R\$ 291 milhões.

Fruto de uma parceria entre o Ministério da Defesa, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e a Agência Espacial Brasileira (AEB), o plano foi criado para impulsionar a produtividade do setor, por meio de incentivo financeiro para o desenvolvimento de novas tecnologias. Além de gerar avanço científico, os produtos, criados a partir desse upgrade tecnológico, serão usados em ações estratégicas para a Defesa Nacional.

Entre os projetos que receberão recursos do governo estão equipamentos de comunicações submarinas, radares, sistemas associados a microssatélites, além de produtos de comando e controle e sistemas de segurança e de vigilância. A maioria deles reúne em sua composição tecnologias que o Brasil, até pouco tempo, precisava comprar de outros países, mas que passaram a ser desenvolvidos em território nacional graças a iniciativas de fomento para a indústria de defesa.

A maior parte do investimento para 2014 é de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que disponibilizará R\$ 191 milhões em subvenção econômica para cooperação entre instituições de ciência e tecnologia e empresas. Os R\$ 100 milhões restantes são provenientes do Fundo Tecnológico (Funtec) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além dos R\$ 291 milhões não reembolsáveis previstos para 2014, outros R\$ 8,4 bilhões poderão ser liberados em crédito reembolsável – que devem ser restituídos - para 64 empresas selecionadas, responsáveis por 315 projetos.

Estão previstas propostas sobre comunicações submarinas e sonar nacional; visão multiespectral para veículos blindados; radares; desenvolvimento de fibra de carbono; e bateria de uso militar.

Para acompanhar o desenvolvimento dessas tecnologias, os departamentos de ciência e tecnologia das Forças Armadas vão trabalhar em conjunto com as empresas contratadas. Além disso, as instituições beneficiadas precisarão enviar relatórios de prestações de contas para a Finep e o BNDES.

13.1.6 Providências sobre recomendações do TCU, constantes do relatório e parecer prévio sobre a PCPR de 2013.

A administração do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas, antes mesmo da decisão adotada pelo Tribunal de Contas da União, nos Acórdãos nº 2.059/2012-TCU-Plenário e nº 2.468/2013-TCU-Plenário, tem defendido entendimento de que o regramento a que se submete os militares, por ocasião da transferência para reserva remunerada, cujas remunerações são assumidas integralmente à conta do Tesouro, não se confunde com o conceito de aposentadoria, o qual remete aos regimes previdenciários geral (RGPS) e próprio do servidor

público (RPPS).

Aliás, tal entendimento, tem como fundamento as peculiaridades da carreira militar e o respectivo ordenamento jurídico, uma vez que não há a expectativa do gozo de benefício previdenciário, decorrente de aposentadoria, por parte do militar das Forças Armadas, pelo fato deste ser transferido para a reserva remunerada, podendo ser convocado para o serviço ativo, a qualquer momento, principalmente nas situações de guerra.

Nesse cerne, as Forças Armadas, como forma de demonstrar a peculiaridade da carreira militar, bem assim desconfigurar a existência de regime de contribuição e/ou previdenciário, tem invocado a falta de contribuição individual e ou patronal, para fins de custeio dos benefícios decorrentes da inatividade dos militares.

Aliada às razões já abordadas, acrescente-se as dificuldades, de natureza técnica, em efetuar projeções de custos constitucionais com militares inativos com base em terminologia e metodologia que considere a natureza atuarial de dados e valores envolvidos, em virtude do regime jurídico diferenciado dos militares das Forças Armadas não reunir a característica contributiva, haja vista a sua separação do regime jurídico a que estão sujeitos os servidores, consagrada em legislação especial, além do uso de diferentes sistemas de controle e processamento da folha de pagamentos utilizados por cada Comando Militar.

No intuito de propiciar o esclarecimento de questões de natureza técnica e operacional, fruto das determinações do Tribunal de Contas da União, o Ministério da Defesa vem promovendo gestões junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF-MPOG) e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN-MF), inclusive com o oferecimento de subsídios técnicos, no intuito de auxiliar nos procedimentos necessários, cuja operacionalização depende de iniciativas e orientações daqueles órgãos.

Nesse sentido, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial, constituído na forma da Portaria Conjunta nº 218, de 19 de dezembro de 2014, pelos Secretários-Executivos da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Previdência Social (DOU nº 247, de 22.12.2014), no sentido de adotar práticas consentâneas com aquelas que venham a ser aplicadas na elaboração e divulgação de demonstrações sobre a situação atuarial da previdência social.

EVA MARIA CHIAVON
Secretária-Geral

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram tratadas no item Outras Informações sobre a Gestão.

APENDICES E ANEXOS

Não existem apêndices e nem anexos no Relatório de Gestão.